

INTERVENÇÃO INTEGRADA DE BASE TERRITORIAL

Estratégia & Plano de Ação

“ALTO MINHO 2030”

setembro | 2023



ÍNDICE



ÍNDICE

I. Estratégia “Alto Minho 2030”	4
I.1. Construção & Processo	6
I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT	15
A - Escalas de posicionamento do Alto Minho	16
B - Ocupação e Uso do Solo	21
C - Serviços Coletivos Territoriais	27
D – As Pessoas	47
E – Dinâmica Económica	64
I.3. Missão & Visão	79
I.4. Eixos Temáticos de Intervenção	89
II. Plano de Ação	99
II.1 Missões & Desafios	100
II.2 Articulação Estratégica & Programas de Ação	106
II.3. Programas de Ação (síntese conclusiva)	122
III. Metas & Indicadores	148
IV. Modelo de Governação	155
IV.1. Ecossistema dos Fundos	159
IV.2. Modelo & Prática no Alto Minho	161

I. Estratégia “Alto Minho 2030”



I. Estratégia “Alto Minho 2030”

Esta iniciativa da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho visa concertar um diagnóstico, uma visão, uma estratégia e um plano de ação para o próximo período de programação dos fundos estruturais (2021-2027) - o Portugal 2030. O processo de planeamento e desenvolvimento do Alto Minho é uma iniciativa de condução à mudança, que desafia a participação dos cidadãos de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte do Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira no debate, na reflexão e na consensualização de uma estratégia de futuro para a região.

Que visão temos para o Alto Minho em 2030 / Revisitação?

Ao longo dos últimos anos, num processo iniciado em 2019, fortemente impactado pela pandemia, os agentes económicos, entidades públicas e privadas, parceiros sociais e peritos convidados, além da população do Alto Minho, em geral, foram e são por norma desafiados a contribuir com a sua opinião para este processo de consensualização de objetivos e na seleção de iniciativas estruturantes em torno de quatro grandes objetivos:

1. Alto Minho 2030: Uma região competitiva

Uma região que cria empregos e gera riqueza.

2. Alto Minho 2030: Uma região conectada

Uma região ligada à Europa e ao Mundo.

3. Alto Minho 2030: Uma região atrativa

Uma região onde as pessoas querem viver, que os turistas querem visitar e onde as empresas querem investir.

4. Alto Minho 2030: Uma região resiliente

Uma região capaz de se adaptar à mudança e de defender o seu património natural.

Uma região que se projeta e conduz à transformação/mudança, assenta na participação e mobilização.



I.1. Construção & Processo



participado, colaborativo e regional

I.1. Construção & Processo

A Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, considerando as alterações de contexto registadas no período 2014-2020, assumiu o desafio de promover um processo de atualização/revisitação da sua estratégia de desenvolvimento de base territorial no horizonte 2030, orientado para a construção de uma visão de “futuro desejável”, em estreita parceria com os principais atores (públicos e privados) territoriais.

Atualmente, os problemas e as respetivas propostas de solução são demasiado complexas para que a leitura do presente e a projeção do futuro estejam centradas só na legitimidade dos decisores políticos e técnicos especializados. A participação e a implicação de novos atores, em particular dos cidadãos, são assim fatores que determinam, em grande medida, o sucesso e insucesso das políticas públicas, numa lógica de planeamento ágil e flexível, ajustado ao contexto, conjuntura macro e necessidades.

Deste modo, esta iniciativa de atualização da estratégia “Alto Minho 2030” continuou a ser entendida como um processo de envolvimento e participação pública, com preocupações dirigidas de comunicação, assumindo o mote “Desafio 2030” como catalisador da mobilização que se pretende assegurar.

A metodologia adotada combina e articula as várias etapas, os diferentes instrumentos e a participação pública, quer na produção de informação mais qualitativa e sistematizada sobre a região, quer na apreciação, na definição e validação das propostas de intervenção. Na linha de progresso dos trabalhos, conjugaram instrumentos práticos com iniciativas de marketing territorial, subscritores da participação da comunidade (2 conferências e 10 debates-workshops temáticos, concurso escolar “Alto Minho 2030 – Que Futuro?” e 1 site de divulgação e recolha de contributos - <http://www.desafio2030.altominho.pt>).

Globalmente participaram mais de 600 pessoas na construção da estratégia Alto Minho 2030.

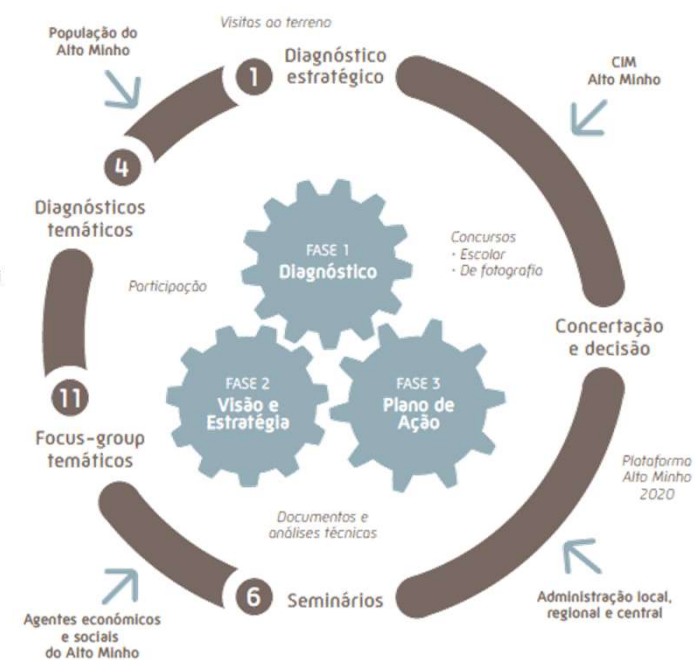


I.1. Construção & Processo

As diferentes etapas vão-se assim alimentando através de um processo de trabalho interativo que permitiu reforçar a coerência do diagnóstico prospetivo inicial, complementando-o com a elaboração de diagnósticos temáticos, mais aprofundados, realizados no quadro de cada uma das temáticas abordadas.

Ao longo do processo foram identificadas, robustecidas e validadas as linhas estratégicas temáticas que suportam a atualização da visão para o Alto Minho 2030, com a identificação das prioridades e das linhas de atuação, orientadoras do plano global de ação que consubstancia a estratégia de desenvolvimento. O resultado desta abordagem de planeamento estratégico não é só um documento no sentido convencional do termo, mas também um processo de condução da mudança que compreende:

- O processo de atualização de uma visão de futuro, prospetiva, com a identificação das prioridades e linhas de atuação e respetiva definição das principais linhas de intervenção estratégica para o desenvolvimento, competitividade, coesão e sustentabilidade da região;
- A seleção de um conjunto de iniciativas e ações chave através das quais se obtém a evolução da região da situação de partida para o cenário ambicionado;
- A participação, o empenho e a mobilização dos atores chave na elaboração e execução das iniciativas e ações a desenvolver;
- O reforço da dimensão intermunicipal, promovendo a articulação integração e síntese das principais prioridades dos municípios, da administração central, do setor empresarial, das entidades do sistema científico e tecnológico e das instituições da economia social.



II.1. Construção & Processo

No pós-Covid a CIM Alto Minho deu necessariamente um novo impulso na estruturação de um Roadmap para a Ação desta iniciativa que visou orientar a operacionalização da Estratégia Alto Minho 2030 de forma a contribuir para a concretização da sua visão, dos eixos temáticos e dos objetivos específicos, tornando mais eficiente e eficaz a utilização e afetação dos recursos disponíveis, à luz das estratégias europeias, nacionais e regionais e das tendências que se fizeram sentir no pós pandemia.

A partir da base da Estratégia Alto Minho 2030 que já se encontra estabilizada foi possível:

- Detetar, perceber e evidenciar o impacto da pandemia no desenvolvimento e nas dinâmicas territoriais atuais e futuras no Alto Minho;
- Reequacionar o Plano Preliminar de Ação Alto Minho 2030 em função: (i) quadro geral de instrumentos financeiros que se foi desenhando (Norte 2030, PRR PT, Portugal 2030, etc) e (ii) das alterações e tendências introduzidas pela pandemia nas dinâmicas sociais e empresariais e, conseqüentemente, nas políticas públicas;
- Reforçar a dinamização de um processo em rede de concertação e de capacitação institucional suscetível a conduzir à construção de um Roadmap para a Ação através da (i) definição e consensualização dos grandes desafios que se colocam em cada eixo da Estratégia, (ii) formulação e consensualização de compromissos e ações assumir por parte de todos os stakeholders e, em particular dos Municípios, (iii) construção e montagem do Roadmap para Ação do Alto Minho, focado na operacionalização dos programas / projetos âncora e da superação das metas propostas.
- Estruturação de mecanismos de relacionamento e de modelo organizativo / governança assente em redes colaborativas institucionais que permitam de forma ágil e flexível planear, experimentar, testar, operacionalizar, monitorizar / avaliar, corrigir, planear...



II.1. Construção & Processo

O presente exercício de atualização estratégica compreende a construção de uma visão pautada por eixos temáticos (que surgem em diferentes momentos, desde o início da reflexão participada, passando pela identificação e seleção de instrumentos de atuação) que se materializam numa estratégia de intervenção e pela correspondente identificação de projetos e ações.

Assumida desde o início como uma estratégia de desenvolvimento regional “sem fronteiras entre concelhos” e assente numa abordagem “top-down”, a estratégia “Alto Minho 2030” pretendeu reforçar a lógica de afirmação da escala funcional da dimensão NUT III, dando prioridade à criação de parcerias alargadas de coordenação, cooperação e concertação de iniciativas de âmbito intermunicipal, sem prejuízo de parcerias sub-regionais mais alargadas e consolidadas à escala dos territórios..

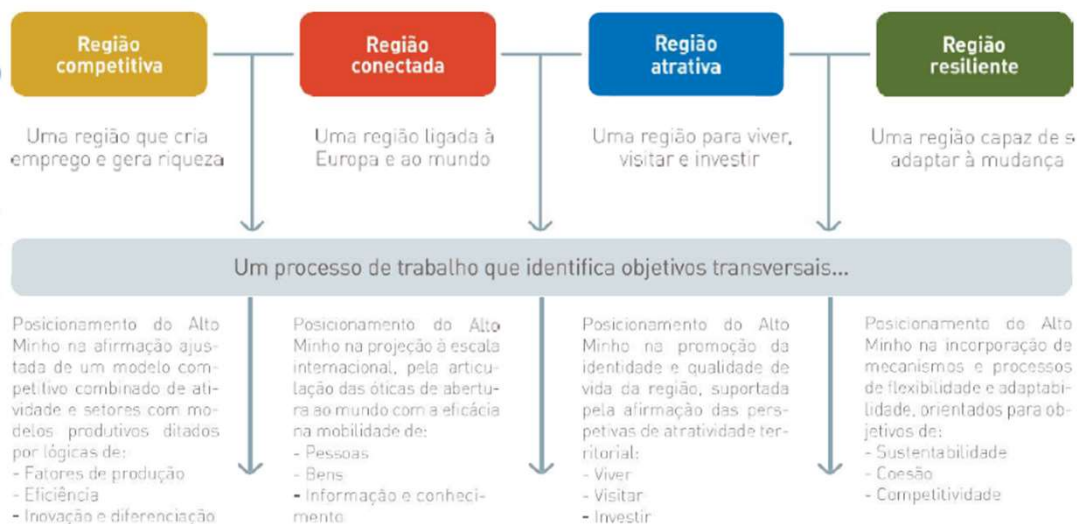
A visão e prioridades propostas pela estratégia “Alto Minho 2030” procuram responder deste modo aos principais desafios que se colocam à região, definindo percursos, trajetórias e respetivas metas. O plano global de ação consubstancia esta estratégia e entronca em projetos estruturantes, ancorados nas competências dos ativos regionais (públicos e privados), orientados segundo critérios de pertinência, de viabilidade e de sinergias, respeitar as prioridades estratégicas definidas para a região.

A atualização da estratégia “Alto Minho 2030” continuou a sustentar-se em quatro desígnios temáticos de análise focalizada (Alto Minho, “**Região competitiva, conectada, atrativa e resiliente**”), os quais se materializaram em intervenções específicas em áreas consideradas prioritárias, nomeadamente, a atratividade turística e residencial (“**atrair visitantes e residentes**”), a competitividade empresarial (“**atrair empresários e investimentos**”) e a valorização territorial (“**cuidar do território**”), numa perspetiva interconectada e integradora.



II.1. Construção & Processo

Desígnios temáticos assumidos na Estratégia "Alto Minho 2030"



Dos objetivos e das restrições à definição seletiva de caminhos de desenvolvimento



II.1. Construção & Processo

O processo de atualização da Estratégia “Alto Minho 2030” envolveu, assim, o desenvolvimento das seguintes ações:

- Definição da metodologia para o desenvolvimento do processo de atualização da Estratégia “Alto Minho 2030”, deliberada pelo Conselho Intermunicipal da CIM Alto Minho, na sequência da auscultação e reflexão conjunta prévia com os principais atores territoriais, sobre os principais desafios chave para o território do Alto Minho no horizonte 2030;
- Seguiram-se dois momentos de atualização do pré-diagnóstico prospetivo e diagnóstico pós-Covid, abrangendo, quer a evolução dos principais indicadores de acompanhamento da estratégia “Alto Minho 2020”, quer a incidência territorial do “Portugal 2020” no território do Alto Minho, bem como a publicação em junho de 2022 de um Dashboard sub-regional;

Os principais resultados deste pré-diagnóstico foram apresentados e debatidos no seminário de arranque e divulgação pública da iniciativa "Alto Minho 2030: Balanço 2014-2020 & Novos Desafios", onde se lançaram também as bases do processo de envolvimento e participação da comunidade que se pretendia despoletar; e numa fase mais adiantada do processo destacaram-se 3 momentos fundamentais:

- Dinamização de um Conselho Estratégico de desenvolvimento Intermunicipal que decorreu a 29 de julho de 2021;
- Apresentação pública da Estratégia Alto Minho 2030 no âmbito de ciclo de conferências Alto Minho 2030, realizada a 25 de outubro de 2022;
- Dinamização do Fórum Participativo da Juventude "Vamos reinventar o Alto Minho" dirigida aos jovens do território, entre os 16 e os 30 anos, realizado no dia 24 de junho de 2023.



II.1. Construção & Processo

Destaque ainda para a organização 12 debates/encontros temáticos orientados para uma reflexão e interação mais próxima com os principais atores territoriais (com a participação de instituições do sistema científico e tecnológico, do setor empresarial, da economia social, de organizações sociais, económicas e ambientais representativas do tecido institucional do Alto Minho, bem como representantes de serviços nacionais e regionais), sobre balanço do ciclo 2014-2020, perspetivas e propostas de ação no que respeita aos seguintes desafios chave para o desenvolvimento do Alto Minho no horizonte 2030:

- Por um Alto Minho mais conectado, Paredes de Coura;
- Por um Alto Minho mais verde”, Ponte da Barca;
- Desafios Europeus & Cooperação Territorial, Valença;
- Políticas de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Ponte de Lima;
- Políticas de Assuntos Marítimos e das Pescas, Caminha;
- Por um Alto Minho mais inteligente, Arcos de Valdevez;
- Por um Alto Minho mais inclusivo, Melgaço;
- Por um Alto Minho mais próximo dos cidadãos, Monção;
- Políticas de Demografia, Território e Descentralização, Vila Nova de Cerveira;
- Competitividade, Inovação e Empreendedorismo (Políticas de Clusters 2030), Ponte de Lima;

Igual destaque para alguns encontros numa lógica de visão conjunta, tais como:

- Desafios da Cooperação Transfronteiriça & Conetividade e Acessibilidade Territorial: Qual o posicionamento do território do Alto Minho?
- Alto Minho 2030: Desafios para a Cultura e Turismo.



II.1. Construção & Processo

Por fim, sublinhar também a ação de popularização e de disseminação pública da iniciativa, envolvendo, nomeadamente, o desenvolvimento (em curso) do Concurso Escolar “**Alto Minho 2030 – Que Futuro?**”; e o Concurso “**Planear para Intervir**”.

No âmbito deste processo de atualização estratégica “Alto Minho 2030” destaque para os momentos de auscultação à **Assembleia Intermunicipal** e ao **Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal**.

No final deste processo de atualização estratégica “Alto Minho 2030” e respetivo Plano de Ação está igualmente prevista a celebração de um contrato de desenvolvimento e coesão territorial (CDCT), onde as principais instituições públicas, privadas e associativas assumem o compromisso de colaboração na prossecução da estratégia “Alto Minho 2030”, através da participação no respetivo modelo de governação.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT



amplo, diverso e multidisciplinar

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

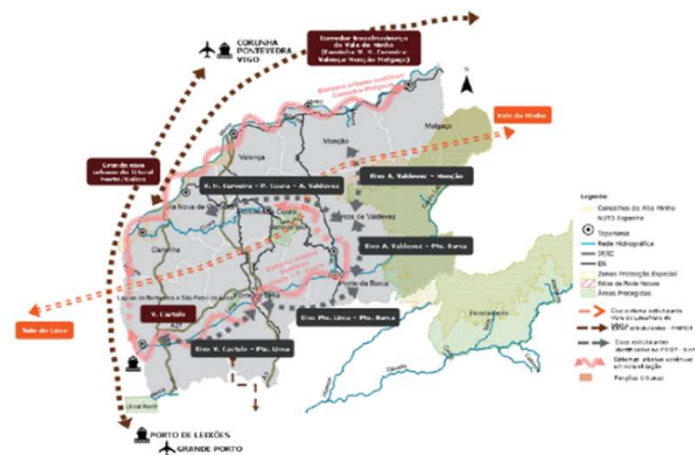
A - Escalas de posicionamento do Alto Minho // Nível Interno

Ao nível interno o Alto Minho beneficia da coerência de dois vales, em torno dos grandes rios, Minho e Lima, que deram solidez aos sistemas urbanos contínuos, e que, claramente, importa integrar. Com efeito, não obstante o perfil de ocupação do território fazer sobressair a grande dispersão do espaço construído, é possível perceber uma gradual consolidação de dois sistemas urbanos contínuos, em que as freguesias urbanas das sedes de concelho constituem nós centrais que se alastram progressivamente às freguesias vizinhas:

- O sistema urbano de fronteira que percorre o arco definido pelos concelhos de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço;
- O sistema urbano interior que integra os concelhos de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Paredes de Coura.

O Parque Nacional da Peneda-Gerês e as diversas áreas protegidas de âmbito local da região são símbolos incontornáveis de excelência ambiental que podem contribuir para a afirmação do Alto Minho.

A faixa litoral norte, que promove o encontro com o Atlântico, tem uma extensão de cerca de 60km, a que correspondem os territórios de mais baixa altitude, razoavelmente povoados, com praias de qualidade balnear e paisagística, com uma dimensão de geodiversidade assinalável, e albergando um porto de mar – Viana do Castelo.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

A - Escalas de posicionamento do Alto Minho // Nível Europeu

Ao nível europeu e transfronteiriço pode afirmar-se que o Alto Minho parte de uma posição de “território de articulações” para assumir o compromisso de ser um “território de convergências”. Esta posição de fronteira é realçada no Programa Nacional da Política e Ordenamento do Território (PNPOT), que caracteriza o território do Alto Minho como um “espaço intermédio entre a região urbano-metropolitana do Noroeste e a Galiza”, sendo uma região de transição entre as áreas metropolitanas de Porto e Vigo, podendo este “efeito costura” ser responsável por uma contenção no seu desenvolvimento. Ultrapassar a posição de fronteira (no limite de Portugal) e de passagem (de Portugal para Espanha, ou do Norte para a Galiza) são objetivos que se materializam através da consolidação de ações concertadas entre agentes económicos, que exigem a integração das diferentes perspetivas de articulação e posicionamento relativo do Alto Minho que, consoante a natureza dos fenómenos, são canalizados em escalas de abordagem diferenciadas”.

Os constrangimentos que derivam do posicionamento do Alto Minho enquanto espaço de transição podem ser ultrapassados pelos benefícios gerados pela proximidade da região a espaços urbanos densamente povoados que são desenhados pelo triângulo Porto, Braga/Guimarães e Vigo/Santiago de Compostela. Com efeito, a inserção ativa e o aproveitamento das dinâmicas deste triângulo constitui uma alavanca para a melhoria da atratividade e competitividade do Alto Minho, num quadro em que a região seja capaz de usufruir dos efeitos sistémicos gerados pela sua participação num espaço mais alargado que é povoado por mais de três milhões de habitantes e onde se localizam um conjunto de infraestruturas (aeroportos e portos) e instituições (universidades do Porto, Minho, Vigo e Santiago de Compostela) a menos de uma hora de distância que podem ser decisivas para o desenvolvimento do território”.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

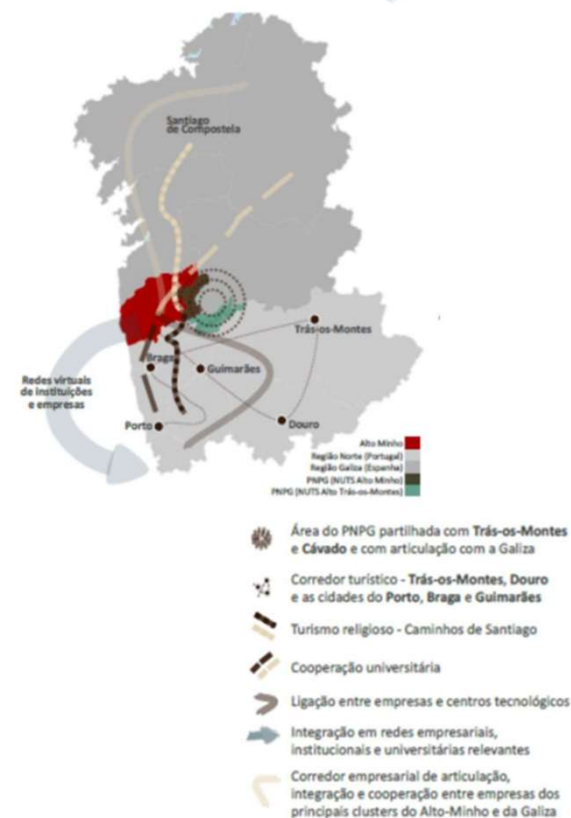
A - Escalas de posicionamento do Alto Minho // Nível Transfronteiriço

Numa perspetiva mais local e transfronteiriça o Alto Minho tem uma posição geoestratégica singular enquanto território onde se concentra parte significativa das dinâmicas populacionais (3,5 milhões de habitantes a menos de 60 minutos), de fluxos (47% dos movimentos de veículos de passageiros entre Portugal e Espanha), com relevante expressão de trabalhadores transfronteiriços e de competitividade económica (pela relação de proximidade com a Galiza, com uma acessibilidade sub-regional que pode rapidamente ser alavancada com o reforço das ligações transfronteiriças e onde, por exemplo, a menos de 30 minutos da fronteira, a fábrica da PSA de Vigo se configura como a “Auto Europa do Noroeste Peninsular”, com uma produção quatro vezes superior, suscetível de atrair – como de resto tem vindo a suceder – investimento empresarial para o território do Alto Minho oriundo de um vasto conjunto de empresas fornecedoras).

Para promover a atratividade dos territórios de fronteira é fulcral eliminar barreiras e custos do contexto, facilitando a interação transfronteiriça e reforçando as dinâmicas de cooperação, sendo a Conetividade e Acessibilidade Territorial Transfronteiriça uma peça chave fundamental para atingir esse objetivo, para que este território, em definitivo acelere no contexto da competitividade e atratividade.

O dinamismo das relações locais transfronteiriças está também bem patente na existência de uma Rede de centros históricos transfronteiriços, a Rede Eurocidades – Valença – Tui, Monção – Salvaterra e Cerveira-Tomiño, para além de outras dinâmicas de proximidade e em franco crescimento (ex. futura Eurocidade Melgaço – Arbo – Crescente).

A fronteira terrestre entre a Eurocidade Valença-Tui é a mais movimentada do país, com um volume de circulação diário de 22.000 veículos.



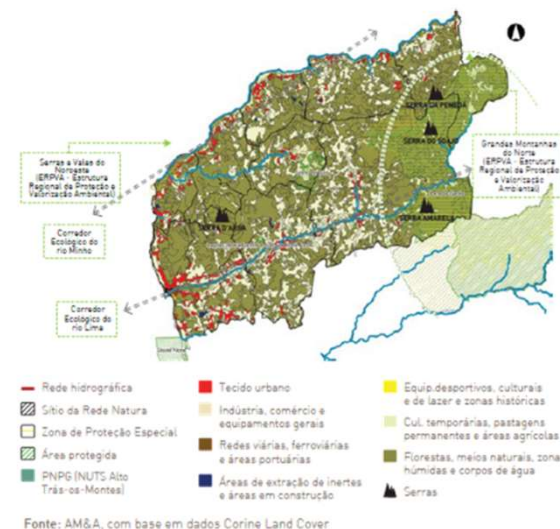
I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

B - Ocupação e Uso do Solo // Ocupação do solo

A diversidade territorial do Alto Minho abrange uma fisiografia variada, combinando o litoral atlântico (com uma extensão de cerca de 60 km) com vales, serras e a montanha interior. Possui um relevo dinâmico que se faz acompanhar de grandes extensões de coberto florestal e natural, atingindo a pluviosidade valores elevados. Os territórios situados a maior altitude reúnem a maior parte das cabeceiras de linhas de água, com particular destaque para cabeceira montanhosa do rio Lima. Dois vales transversais, o vale do Minho e o vale do Lima, desenvolvem-se ao longo da direção nascente-poente, dominados pelos rios Minho e Lima, suportando eixos de povoamento (numa continuidade em fase de consolidação) e corredores rodoviários. Este território constitui ainda uma porta de entrada para o Parque Nacional da Peneda Gerês, único no país, metade do qual se inclui nesta região.

O Alto Minho é, assim, um território composto pela trilogia urbano-rural-natural, onde a dispersão do tecido construído, a difícil separação entre natural de produção e de conservação e a coexistência de uma agricultura do tipo familiar em regime de minifúndio, maioritariamente com o propósito de complemento de rendimento e subsistência, fomentam a existência de um mosaico complexo e dinâmico de interdependências que influenciam a tipologia de ocupação associada a cada espaço.

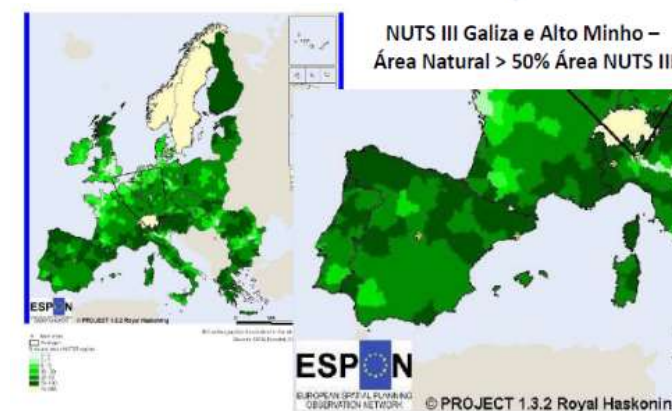
O Alto Minho, segundo o Corine Land Cover de 2018, tem como três maiores tipologias de ocupação do solo a vegetação arbustiva e herbácea (44,6%), as áreas agrícolas heterogéneas (23,6%) e as florestas (23,06%). O tecido urbano ocupa 4% do território total do Alto Minho, registando uma variação pouco expressiva entre 2012 e 2018 (+0,09%). Na análise da evolução destes tipos de ocupação, verificam-se, entre 2012 e 2018, reduções de -17,9% das florestas e de -2,3% nas áreas agrícolas heterogéneas. Em contrapartida, o solo ocupado por vegetação arbustiva e herbácea apresentou um crescimento de 22,7% no mesmo período. Por fim, importa referir ainda a redução significativa entre 2012 e 2018 nas zonas descobertas e com pouca vegetação (-220,4%).



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

B - Ocupação e Uso do Solo// Ocupação do solo

- (>50%) do território “área natural ou seminatural” (1/2 de 221.884 ha);
- (71%) do território “espaços florestais” (IFN5);
- 87.801 ha (≈ 40% do território) “matos”;
- 68.485 ha (≈ 31% do território) “povoamentos florestais”;
- (>30%) do território “povoamentos florestais”;
- (39%) do território “submetido a regime florestal”;
- Na Região Norte a Única NUT III com Espaços de Rede NATURA 2000 com 4 dimensões ambientais: * Rio * Litoral * Estuário * Montanha;
- Uma das NUTS III da União Europeia com maior sensibilidade às alterações climáticas (em particular no contexto dos incêndios rurais);
- Alto Minho representa mais de 10% Volume de Negócios anual na região Norte (Indústria Madeira e Mobiliário [4%] e Indústria Pasta de papel e Cartão [79%]);
- A fronteira do Alto Minho é não só claramente a zona mais densamente povoada da fronteira entre Portugal e Espanha, mas também a que regista o maior número de fluxos, representando cerca de 47% dos movimentos de veículos ligeiros entre os dois Países.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

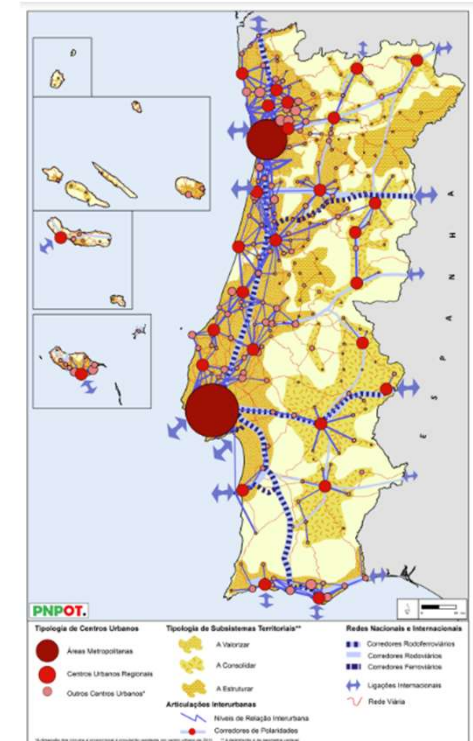
B - Ocupação e Uso do Solo // Espaço Urbano

Tal como referido, o espaço urbano do Alto Minho, consubstanciado nas cidades e nos centros urbanos das vilas, caracteriza-se por ser um espaço de fronteira entre o Norte de Portugal e a Galiza, de transição entre as áreas metropolitanas de Porto e Vigo /Santiago de Compostela.

Ao nível do Alto Minho, a arquitetura do sistema urbano desenhada no Esquema Global do PROT Norte estrutura-se, assim, nos seguintes níveis:

Cidades Regionais/ Conjuntos Regionais de Cidades	"Cidades ou conjuntos de cidades que, possuindo capacidades de polarização de espaços territoriais alargados por via da sua dimensão física, funcional e relacional, constituem, em conjunto com as dos dois níveis anteriores, as rótulas principais da estruturação do território da Região, desempenhando funções de articulação territorial e capacidades para construir e dinamizar redes urbanas." Integra esta categoria a cidade de Viana do Castelo.
Centros Estruturantes Sub-Regionais	"Cidades e vilas que desenvolvem um leque de funções razoavelmente diversificado ou um conjunto de funções especializadas, polarizadoras do sistema urbano numa escala supramunicipal. São Centros Estruturantes Sub-Regionais: Valença, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez/ Ponte da Barca.
Centros Estruturantes Municipais	Integram este nível todos os restantes centros urbanos sede de concelho, não incluídos nos dois níveis anteriores, que prestam o leque das funções urbanas fundamentais para a sustentação da coesão territorial e para a consolidação de redes de proximidade. São Centros Estruturantes Municipais: Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Caminha.

Por sua vez, de acordo com o PNPOT o sistema urbano nacional organiza-se em torno dos seguintes elementos: i) os centros urbanos, que estruturam a organização do território e garantem uma oferta diversificada de funções urbanas; ii) os subsistemas urbanos, que articulam relacionamentos de proximidade e são o suporte da equidade territorial na prestação de serviços de interesse geral; iii) os corredores de polaridades, que proporcionam o desenvolvimento de eixos favoráveis à cooperação e à integração entre diferentes territórios.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

B - Ocupação e Uso do Solo // Espaço Urbano

O primeiro daqueles elementos, os centros urbanos, inclui três situações complementares: as duas áreas metropolitanas, um conjunto de centros urbanos regionais e um leque diversificado de outros centros urbanos, que no caso do Alto Minho, esse centro urbano regional é, de forma natural, Viana do Castelo. A consolidação de um sistema urbano policêntrico nacional assenta ainda na existência de diversos subsistemas, sustentados em mobilidades, interações e parcerias de base territorial envolvendo os três tipos de centros urbanos acima referidos. Posicionam-se enquanto espaços de cidadania, de valorização de recursos, de quadros de vida e de integração territorial, nomeadamente nas dimensões interurbanas e rurais-urbanas, devendo garantir uma distribuição de serviços e uma oferta de equipamentos que promova a polivalência e a complementaridade funcional bem como a equidade territorial.

O modelo territorial policêntrico só se atinge quando nenhum território da rede tiver um papel dominante face aos outros territórios, não apresente grandes assimetrias económicas entre si e opte por um modelo de governança em que as entidades políticas, mas também os atores do território e as populações intervêm no desenvolvimento territorial (ESPON, 2003).

São as seguintes as orientações de desenvolvimento urbano assinaladas na proposta do PROT-Norte para o Alto Minho:

- Afirmação de Viana do Castelo como elo relevante do eixo urbano do Litoral Norte/Galiza, quer com base no desenvolvimento da sua oferta turística e de lazer, quer através da consolidação de vocações produtivas tradicionais (portuária, construção naval e de recreio, pesca), de vocações emergentes (nomeadamente do cluster das energias renováveis e das atividades ligadas ao mar e à exploração dos seus recursos) e do desenvolvimento de funções avançadas com estas relacionadas.
- Consolidação do corredor transfronteiriço do Vale do Minho (Caminha – Vila Nova de Cerveira – Valença – Monção – Melgaço) e do papel de Valença na afirmação e estruturação do mesmo, em torno dos domínios do Turismo/Ambiente, do desenvolvimento de novas funções económicas associadas à logística (reforçando a articulação deste território com a plataforma logística de Salvaterra/As Neves) e à economia do vinho, e ainda ao desenvolvimento de ofertas urbanas complementares.

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

B - Ocupação e Uso do Solo // Espaço Urbano

- Valorização das condições de acessibilidade e do potencial locativo do eixo Viana do Castelo – Ponte de Lima no quadro da ligação Porto-Corunha, como forma de atrair funções avançadas de natureza terciária que contribuam para a qualificação do principal espaço urbano deste território e para o reforço da sua articulação quer com a Aglomeração Metropolitana do Porto quer com a aglomeração urbana de Braga.
- Densificação do eixo urbano Arcos de Valdevez – Ponte da Barca a partir de uma maior concertação intermunicipal de infraestruturas, equipamentos e funções urbanas, consubstanciando uma polaridade estruturante para qualificar o espaço do interior do Alto Minho, para consolidar especializações funcionais (nomeadamente no acolhimento empresarial, no ambiente e bio recursos e nas produções agropecuárias de montanha) e para ganhar massa crítica e escala no reforço do relacionamento transfronteiriço com o interior da Galiza.
- Qualificação de eixos viários longitudinais ao território, concretamente o eixo Vila Nova de Cerveira – Paredes de Coura – Arcos de Valdevez e o eixo Monção – Arcos de Valdevez – Ponte da Barca – Braga, promovendo uma maior mobilidade interurbana que permita não só o reforço da coesão interna, mas também a articulação com outros subsistemas da Região, concretamente com a Cidade de Equilíbrio Territorial de Braga.

Segundo dados do INE, de 2023, o Alto Minho é, igualmente, um território marcadamente rural, indissociável do notável património natural da região, mas onde se assiste ao esvaziamento populacional das zonas rurais em favor das zonas urbanas, que concentram mais de 75,6% da população em apenas um terço do território. As zonas rurais têm sido preferidas para alojamento de 2ª residência (30% do parque habitacional da região) e como opção de residência para modelos familiares mais alargados. Os recursos naturais e o "verde" dominam também a imagem projetada pelo Alto Minho e marcam a sua identidade, diversidade e diferenciação, ressaltando as áreas de paisagem protegida – na Rede Natura 2000, cerca de 45% do território está afeto a ZPE e 27% a SIC.

O território do Alto Minho é maioritariamente ocupado por um coberto florestal e natural (cerca de 68%), seguido de áreas agrícolas heterogêneas e culturas temporárias (28%), espaços estes maioritariamente afetos a figuras conservacionistas de proteção e com escasso povoamento.

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

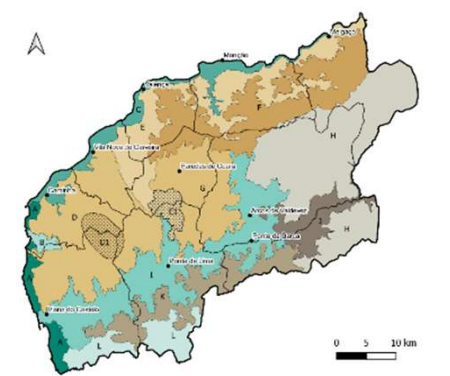
B - Ocupação e Uso do Solo // Capital Natural e Paisagem

O Alto Minho é a NUT III transfronteiriça da Região do Norte com maior percentagem de área protegida e classificada, encontrando-se inserido no conjunto de NUTS III da União Europeia com maior nível de incidência relativa de espaços naturais.

A área SIC afeta ao Parque Nacional da Peneda-Gerês é o grande “ex-libris” do Alto Minho representando a sua área cerca de 40% deste território. O Parque Transfronteiriço do Gerês/Xurés, criado em 1997 entre o Parque Nacional da Peneda-Gerês, em Portugal e do Xurés/Baixo Límia, na Galiza, Espanha, "para fomentar o estabelecimento de normas medidas similares ou complementares para a defesa, preservação e conservação dos valores naturais de ambos os Parques”, foi designado em 2009 pela UNESCO com a classificação de Reserva da Biosfera.

Os Eixos prioritários de intervenção definidos no âmbito da Estratégia Regional de Paisagem do Alto Minho são os seguintes:

- E1 - Governança;
- E2 - Implementação da Rede Regional de Espaços para a Conservação da Natureza (RREC�) no Alto Minho;
- E3 - Conservação e recuperação da paisagem e dos valores naturais existentes;
- E4- Valorização e divulgação da RREC�;
- E5 - Envolvimento das comunidades locais;
- E6 - Promoção de oportunidades de desenvolvimento económico sustentável;
- E7 - Monitorização / Acompanhamento de proximidade local



Unidades de paisagem (escala regional)

Unidades

A - Litoral Norte	G - Mosaico Agroflorestal de Montanha
B - Vale do Azeite	H - Alto Montanha (Sistema Laborim / Soajo / Amarela)
C - Vale do Minho	I - Vega do Lima e Vez
D - Serra - Serras (Ara / Santa Luzia)	J - Vale Roldão do Lima
E - Encostas Agrícolas do Minho	K - Cadeia Montanhosa Sul (Zibre Lima e Velva)
F - Cadeia Montanhosa Norte (Serra do Extremo)	L - Vale do Neiva

Subunidades

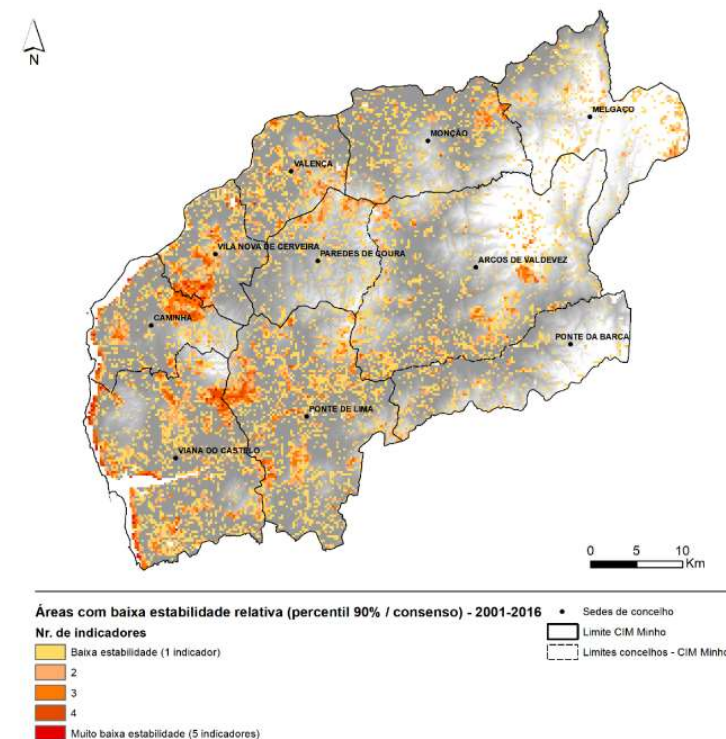
D1 - Batióito de Arga	• Serras do corcelho
E1 - Cabocelos do Labrujo	□ Limite de área de estudo
	□ Limites municipais

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

B - Ocupação e Uso do Solo // Capital Natural e Paisagem

Principais ameaças

- Invasão biológica por espécies exóticas;
- Fogos florestais: tendência de aumento da severidade;
- Povoamentos florestais intensivos de eucalipto e pinheiro-bravo: diminuição da resiliência dos ecossistemas e da paisagem face às falhas na gestão florestal desses povoamentos/riscos abandono;
- Alterações climáticas: aumento de riscos, degradação de valores existentes
- Elevada pressão humana nos vales principais e no litoral: fragmentação / destruição de ecossistemas, diminuição da resiliência e qualidade da paisagem;
- Abandono do interior: desaparecimento de tipos de habitat e de paisagens com elevado valor ecológico e cultural;
- Falta de conhecimento / regulamentação / capacitação e especialização de agentes locais: degradação de valores naturais sem estatuto de proteção, desaproveitamento de oportunidades.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

B - Ocupação e Uso do Solo // Capital Natural e Paisagem

A singularidade do Alto Minho reside, assim, na circunstância de, numa única NUTS III, se encontrar tamanha concentração e diversidade de espaços protegidos e classificados, abrangendo, nomeadamente, espaços classificados em montanha, em rio, em estuário e no litoral, alguns deles com partilha e reconhecimento internacional.

Identificam-se, pois, grandes desafios ao ordenamento do solo disponível no Alto Minho, nomeadamente no que concerne aos solos periurbanos, bem como ao desenvolvimento de modelos territoriais que alavanquem novas atividades e funções económicas, que coexistam em patamares de sustentabilidade com o meio natural e rural. A riqueza dos valores naturais do espaço de transição e de confluência que o Alto Minho representa, quer em termos de biodiversidade espontânea e selvagem, quer doméstica e cultivada, deve ser objeto de uma estratégia de equilíbrio entre preservação e valorização económica, sob a perspetiva da ecologia humana e dos sistemas sócio-ecológicos complexos subjacentes;

Os constrangimentos que derivam do posicionamento do Alto Minho enquanto espaço de transição podem, na verdade, ser ultrapassados pelos benefícios gerados pela proximidade da região a espaços urbanos densamente povoados que são desenhados pelo triângulo Porto, Braga/Guimarães e Vigo /Santiago de Compostela. Com efeito, a inserção ativa e o aproveitamento das dinâmicas deste triângulo constitui uma alavanca para a melhoria da atratividade e competitividade do Alto Minho, num quadro em que a região seja capaz de usufruir dos efeitos sistémicos gerados pela sua participação num espaço mais alargado que é povoado por mais de três milhões de habitantes e onde se localizam um conjunto de infraestruturas (aerportos e portos) e instituições (universidades do Porto, Minho, Vigo e Santiago de Compostela) a menos de uma hora de distância que podem ser decisivas para o desenvolvimento do território.

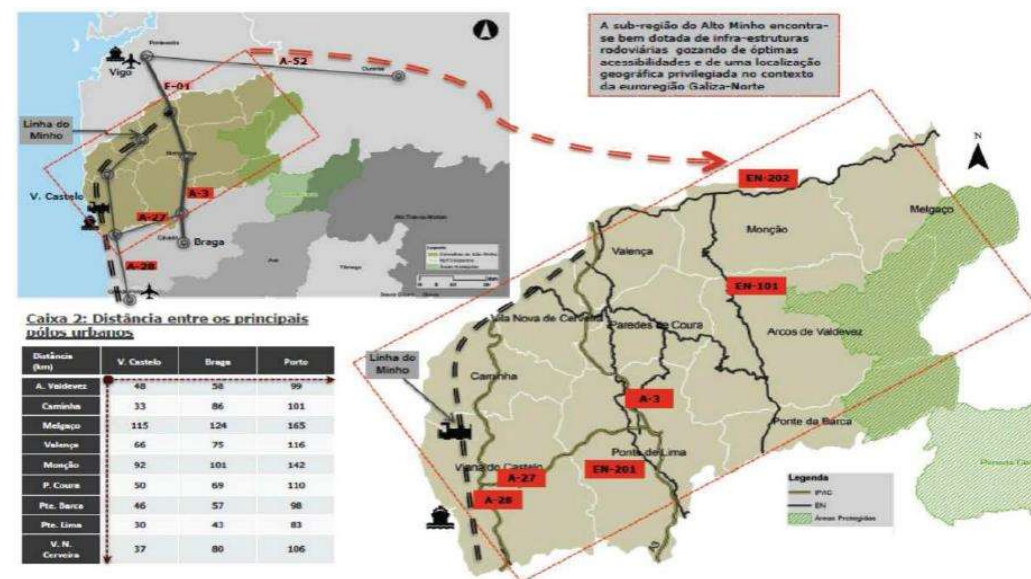


I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

C - Serviços Coletivos Territoriais // Acessibilidade rodoviária

Em termos de rede rodoviária principal, o anel A28, A27, A3 estrutura o território do Alto Minho ao nível interno, assumindo três contínuos urbanos:

- A A28 constitui o eixo estrutural da região Norte litoral, ligando o Porto a Caminha, estando previsto o seu prolongamento até Valença, em que se constituirá nessa altura como alternativa à A3 na ligação fronteiriça com Espanha;
- A A27, conhecida como auto-estrada do Vale do Lima faz a ligação entre a A28 (junto a Viana do Castelo) e a A3 (junto a Ponte de Lima), tendo seguimento através do IC 28 em direção ao interior e ao Parque Nacional da Peneda Gerês, procurando o seu reforço até à fronteira com Ourense (Madalena);
- A A3 é o eixo fundamental de ligação ao norte de Espanha e à Galiza, fazendo parte da estrada europeia E01 que prossegue até à cidade da Corunha.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

C - Serviços Coletivos Territoriais // Acessibilidade ferroviária

Neste contexto, importa também destacar a visão estratégica da Comissão Europeia (Conectar Europa - Ferrovia):

- No final de janeiro (31 de janeiro) foi anunciado pela Comissão Europeia que apoiará 10 projetos-piloto para estabelecer novos serviços ferroviários ou melhorar os existentes;
- Juntos, eles irão melhorar as conexões ferroviárias transfronteiriças em toda a UE, tornando-as mais rápidas, mais frequentes e mais acessíveis. As propostas foram apresentadas pelo setor ferroviário e autoridades relevantes em resposta ao Plano de Ação da Comissão para impulsionar o transporte ferroviário de passageiros de longa distância e transfronteiriço. Uma dessas medidas são os serviços-piloto que ajudarão os operadores ferroviários e as autoridades a derrubar na prática as barreiras remanescentes, com o apoio da Comissão;
- A Comissão vai agora convidar os responsáveis pelas 10 propostas selecionadas a lançar os seus projetos (Comboio de alta velocidade Porto-Braga-Vigo e a escolha do projeto piloto da Comissão Europeia entre Lisboa-Corunha).



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

C - Serviços Coletivos Territoriais // Acessibilidade ferroviária

Em termos ferroviários, o Alto Minho é servido pela Linha do Minho, a qual apresenta as seguintes características :

- A sua construção iniciou-se em 1872, tendo ficado concluída em 1882;
- Características técnicas (134 km de extensão – 29% em via dupla e 71% em via única; 20 estações e 29 apeadeiros – com serviço de passageiros e mercadorias; Eletrificada até à Estação de Nine (2004); Sinalização eletrónica até Nine, controlada a partir do Porto; Sistema de controlo automático de velocidade até Nine);
- Número de comboios médio na Linha do Minho (Nine - Viana do Castelo – 31 (passageiros) + 7 (mercadorias) + Viana do Castelo - Valença – 22 (passageiros) + 7 (mercadorias))

De acordo com o Plano Ferroviário Nacional instrumento que irá definir a rede ferroviária de interesse nacional e internacional para Portugal, em 2030 o Alto Minho será coberto por uma linha de alta velocidade que ligará Porto-Vigo em cerca de 60 minutos (com ligação ao Aeroporto Sá Carneiro). Esta ligação vai-se desenvolver de forma faseada, sendo dada prioridade ao troço entre Braga e Valença, com forte impacto na forma de gerar e atrair pessoas e negócios para o território, sendo de relevar a possibilidade já avançada de existirem duas estações no Alto Minho (Valença e Ponte de Lima), e da importância da sua interoperabilidade com a linha do Minho (Eixo Arcos de Valdevez-Ponte de Lima-Viana do Castelo).



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

C - Serviços Coletivos Territoriais // Porto de Mar de Viana do Castelo

Em termos portuários, destaque para a localização no Alto Minho do **Porto de Viana do Castelo** (APDL), cuja jurisdição portuária abrange um total de 358 ha, tendo uma capacidade instalada superior a 1 milhão de toneladas/ano e recebendo navios até 180 mts de comprimento e 8 mts de calado.

O Porto de Viana do Castelo dispõe de 4 valências: i) comercial, ii) Estaleiros navais, iii) Porto de Pesca e iv) Porto de recreio.

Terminal Roll-On/Roll-Off - Constituído por um cais de atracação com 245 metros de comprimento, equipado com um pontão flutuante e uma ponte de ligação ao terra-pleno. Este, destinado ao estacionamento de atrelados e contentores, possui uma área com 3.000 m². O terminal permite operar navios com rampa lateral, rampa de proa ou de popa, em qualquer situação de maré.

O **porto de Pesca** está localizado na margem norte do Rio Lima, junto à Foz, e é base de uma robusta frota pesqueira com tradições históricas na cidade, alimentando um trânsito diário com expressão económica e social no tecido urbano, incluindo Estaleiros de Construção e Reparação Naval de Embarcações de Pesca.

Os **estaleiros navais** são uma empresa de construção e reparação naval de tamanho médio em atividade desde 1944. Ocupam uma área de implantação de 250.000 m² da qual 50.000 m² corresponde a área coberta.

A **ENERCON** é um dos fabricantes líder no ramo da Energia Eólica. Há mais de 25 anos que a ENERCON estabelece padrões tecnológicos na Indústria da Energia Eólica. Representada em mais de 30 países em todo o mundo, em apenas 2 anos a ENERCON criou um moderno centro para a Indústria Eólica em Portugal, nas suas instalações em Viana do Castelo, onde foram construídas 5 fábricas de produção de componentes essenciais para os Aerogeradores ENERCON: uma Fábrica de Pás de Rotor e uma de Torres de Betão no porto industrial de Viana do Castelo, e uma Fábrica de Geradores e Mecatrónica em Lanheses, onde se encontra também o Edifício Administrativo e Centro de Formação.

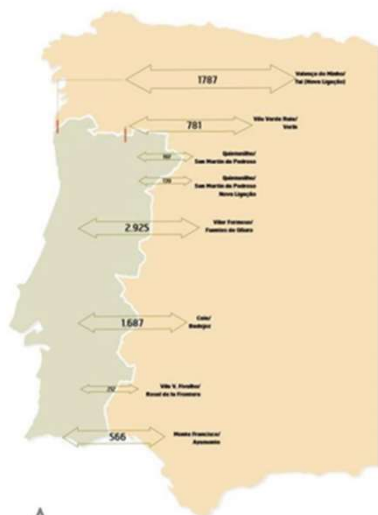


I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

C - Serviços Coletivos Territoriais // Mobilidade transfronteiriça

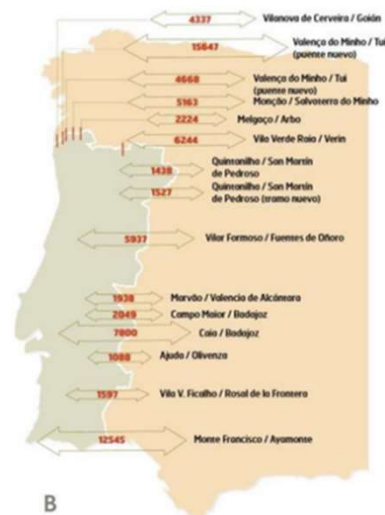
Considerando todas as fronteiras entre Espanha e Portugal, importa referir que a fronteira do Alto Minho é a mais povoada entre estes dois Estados, registando quase metade da **mobilidade dos fluxos transfronteiriços** de veículos ligeiros, tendo 44% dos veículos durante o encerramento de fronteiras transitado pela ponte Tui-Valença.

A – tráfego médio diário de veículos pesados de mercadorias nas principais fronteiras;



A

B – tráfego médio diário de veículos ligeiros de passageiros nas principais fronteiras (2019);



B

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

C - Serviços Coletivos Territoriais // Acolhimento Empresarial

O Alto Minho possui uma **rede qualificada e competitiva de espaços de acolhimento e incubação empresarial**, com uma área de acolhimento empresarial que ultrapassa, no total, os 7 milhões de m² e mais de 300 empresas instaladas. De acordo com o levantamento efetuado, os municípios de Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira são os que contam com o maior número de áreas/ parques de acolhimento empresarial.

As áreas de acolhimento empresarial permitem reforçar a competitividade empresarial e o desenvolvimento da economia da região e dos seus municípios, através da atração e fixação de empresas e investidores (nacionais e internacionais) na região, diversificação da economia, criação de emprego, permitindo ainda a fixação de população jovem na região.

Estas áreas são dotadas de infraestruturas e serviços de apoio às empresas que aí se instalam, que permitem dar resposta às suas necessidades, nomeadamente ao nível das infraestruturas, da localização e acessibilidades, da envolvente, da disponibilidade de mão de obra, da integração na cadeia logística, entre outras.

No território foram identificadas 27 áreas de acolhimento empresarial, quer públicas quer privadas, distribuídas pelos 10 municípios do Alto Minho, sendo a maioria destas áreas promovidas pelos municípios.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

C - Serviços Coletivos Territoriais // Acolhimento Empresarial

Num esforço para captar a atenção de empresas e trabalhadores e promover a sua fixação no território, a região do Alto Minho tem à disposição dos empreendedores vários espaços dedicados ao acolhimento e apoio empresarial de jovens empresários que procuram desenvolver ideias para um nível empresarial, ou de empresas inovadoras já estabelecidas, mas ainda na sua fase de arranque.

Atualmente, a oferta do Alto Minho totaliza 21 espaços de incubação e/ou coworking, que se dividem em 7 incubadoras municipais e 3 incubadoras público-privadas, 5 espaços de coworking municipal e 6 espaços de coworking público-privado ou privados.

As incubadoras são espaços especializados no acompanhamento de jovens empreendedores e empresas durante as primeiras etapas de vida, procurando aumentar as taxas de sobrevivência no mercado. Oferecem, geralmente, um espaço físico para a instalação do negócio e um conjunto de serviços ligados à consultoria, gestão, orientações legais, tecnologia, marketing, networking, entre outros.

Foram, também, identificados 5 espaços de coworking municipal e 4 espaços de coworking público-privado, sendo que estes são espaços idealizados para o trabalho partilhado, networking, partilha de ideias e experiências entre entidades, empresas e freelancers. Estes espaços têm à disposição das empresas, diferentes áreas técnicas, como workspaces, salas de reunião, e áreas de lazer devidamente apetrechados com vários equipamentos de apoio.

Áreas de Acolhimento Empresarial/ Zonas Industriais	Localidade	Entidade Promotora	Tipo Gestão	Área Total (m ²)	Nº Empr.	Acessibilidades Rodoviárias
Arcos de Valdevez						
1 Parque Empresarial de Paços	Paços	Município	Pública	155 967	30	IC28, EN101
2 Parque Empresarial de Padreiro	Padreiro (Salvador)	Município	Pública	98 875	25	IC28, EN202, A3/A27
3 Parque Empresarial de Mogueiras	Tabaço	Município	Pública	194 265	20	A3/A27, EN101/EN203
Caminha						
4 Zona Industrial da Gelfa	Gelfa (Âncora)	Município	Pública	54 044	26	IC28, A27, EN202
Melgaço						
5 Zona Industrial do Penso	Penso	Município	Pública	50 000	(nd)	N13
Monção						
6 Zona Industrial da Lagoa/ Pólo Empresarial de Lagoa	Cortes	Município	Pública	181 821	(nd)	EN202, EN201, IP1/A3
7 Minho Park Monção/ Parque Empresarial do Noroeste Peninsular	Pinheiros, Lara, Mazedo e Troportiz	Município	Pública	847 155	(nd)	N101
Paredes de Coura						
8 Parque Industrial da Castanheira	Corredouras (Castanheira)	Município	Pública	112 400	(nd)	EN306, N303
9 Parque Industrial de Formariz	Formariz	Município	Pública	437 480	(nd)	N303, A3
Ponte da Barca						
10 Parque Empresarial do Rodo	Rodo (Vila Nova de Muia)	Lotes Privados	Privada	15 178	9	IC23, EN303, A3
11 Área Empresarial do Couto	Couto (Vila Nova de Muia)	Lotes Privados	Privada	10 215	(nd)	A27, N305
Ponte de Lima						
12 Pólo Industrial e Empresarial da Gemieira	Gemieira	Município	Pública	218 900	28	EN203, A27/IC28
13 Pólo Industrial e Empresarial da Queijada	Queijada	Município	Pública	148 200	(nd)	EN201, A3
14 Pólo Empresarial de Calvelo	Calvelo	Município	Pública	147 030	(nd)	A3
Valença						
15 Parque Empresarial de Valença	Gandra	Intermínio, EM	Público	893 257	28	EN201, EN13, A3
16 Pólo Empresarial de S. Pedro da Torre	São Pedro da Torre	Conselho Diretivo dos Baldios de São Pedro da Torre	Privada	117 111	26	N13, A3
Viana do Castelo						
17 Parque Empresarial de Mazarefes/ Zona Industrial de Darque/ Uma Retail Park	Darque	Sierra Management Portugal	Privada	663 808	(nd)	N13
18 Parque Empresarial de Lanheses	Lanheses	Município	Pública	597 661	(nd)	N305, A27
19 Parque Empresarial da Meadela	Meadela	Município	Pública	52 987	17	A27, N305
20 Zona Industrial do Neiva	Alvarães	Município	Pública	1 386 338	(nd)	A27, A28, N302
21 Parque Empresarial da Praia Norte	Monserrete	Município	Pública	154 886	66	A28, N103
22 Zona de Atividades Económicas de Carvoeiro	Carvoeiro	Município	Pública	146 199	(nd)	N13
Vila Nova de Cerveira						
23 Zona Industrial de Cerveira - Pólo I	Campos	Município	Pública	253 000	36	N13, A3
24 Zona Industrial de Cerveira - Pólo II	Campos e Comes	Município	Pública	370 000	45	EN13, A3
25 Parque Empresarial do Fulão	Campos	Grupo Empresarial Gradin	Privada	450 000	(nd)	EN13, A3
26 Loteamento de Telheira Norte	Campos	Salvador Alba Fernandez	Privada	74 900	(nd)	EN13, A3
27 Loteamento de Telheira Sul	Campos	João Pires	Privada	(nd)	(nd)	EN13, A3

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

C - Serviços Coletivos Territoriais // Acessibilidade Digital

Nos últimos anos assistiu-se a um forte crescimento em termos de acesso à internet em banda larga, justificada pela existência de uma rede de fibra ótica com cerca de 372 km que liga os 10 Municípios do Alto Minho (Minho EIM, que inclui Esposende) e os cerca de 21 parques empresariais públicos, bem como devido ao projeto das “Redes de Nova Geração” que permitiu o acesso à banda larga das regiões de baixa densidade. Ainda assim, a percentagem de acessos por 100 habitantes permanece abaixo dos níveis regionais e nacionais.

Com o projeto “Redes de Nova Geração” (DsTelecom) foi assegurado o acesso à internet em banda larga nas áreas rurais, permitindo, desta forma, esbater as assimetrias no que concerne à disponibilização da banda larga, nos municípios de baixa densidade.

Apesar das melhorias introduzidas na rede, e o crescente nº de acessos à internet em banda larga pelas pessoas, regista-se uma percentagem de acessos por 100 habitantes que se posiciona abaixo dos indicadores regionais e nacionais, algo que, de forma análoga também ocorre nos acessos à internet a partir de pontos fixos.

Por fim, de acordo com o processo de consulta pública sobre a cobertura das redes fixas de capacidade muito elevada existentes no território nacional e sobre as peças do concurso para a instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de capacidade muito elevada nas zonas sem cobertura, surgem um conjunto elevado de freguesias classificadas como áreas brancas de acordo com a metodologia adotada pela ANACOM.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

C - Serviços Coletivos Territoriais // Energias renováveis

O aproveitamento do potencial energético do território do Alto Minho e a respetiva compatibilização com a promoção e preservação do património natural, da paisagem e da biodiversidade, têm sido apostas estratégicas da região nos últimos anos.

Num passado recente registou-se uma forte aposta da região na energia eólica (cluster eólico, que culminou com a instalação, não só de um conjunto de fábricas como também de parques eólicos). Em matéria de pioneirismo e inovação, de destacar o facto de, à data, estar instalado desde 2019, a 20 quilómetros de Viana do Castelo, o primeiro parque eólico flutuante da Europa.

O WindFloat Atlantic é o primeiro parque eólico marítimo flutuante na Europa Continental, que se localiza na costa de Viana do Castelo, em Portugal. Desde fevereiro de 2020, o WindFloat Atlantic tem fornecido a rede elétrica Portuguesa com energia limpa inovadora. Em operação em 2020, este parque eólico marítimo usa tecnologia de ponta, o que permitiu a instalação de plataformas flutuantes em profundidades do mar anteriormente inacessíveis, onde os abundantes recursos eólicos podem ser aproveitados. Depois de vários anos de trabalho, o projeto ficou plenamente operacional a julho de 2020. No final do mês de maio de 2022, o WindFloat Atlantic registou uma produção cumulativa total de 131 GWh, alcançando assim os números planeados.

Em suma, o Alto Minho é um território com um superavit crescente e exportador líquido de energia elétrica, facto que coloca a região numa trajetória favorável para atingir as metas constantes do Regulamento (UE) 2018/1999 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, relativo à Governança da União da Energia e da Ação Climática.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

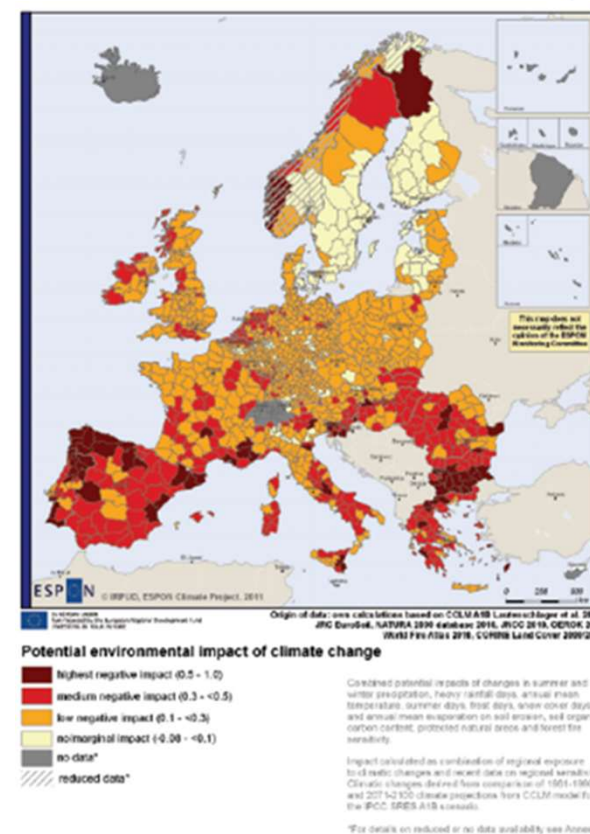
C - Serviços Coletivos Territoriais // Riscos e Mudança Climática

De acordo com o Relatório ESPON Climate Project (2013), são as seguintes as principais mudanças perspetivadas para o território do Alto Minho decorrentes das alterações climáticas:

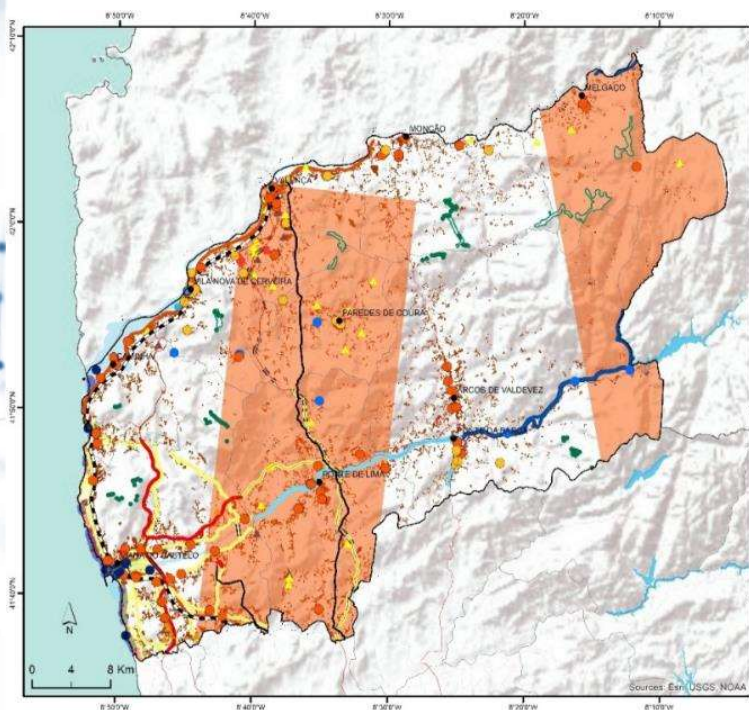
- aumento da temperatura média anual (de 3.6 a 4.0°C);
- aumento do número médio anual de dias de verão (superior a 50 dias/ano);
- decréscimo da precipitação média anual nos meses de verão (superior a 40%).

Deste modo, o referido estudo prevê para o Alto Minho um impacto potencial:

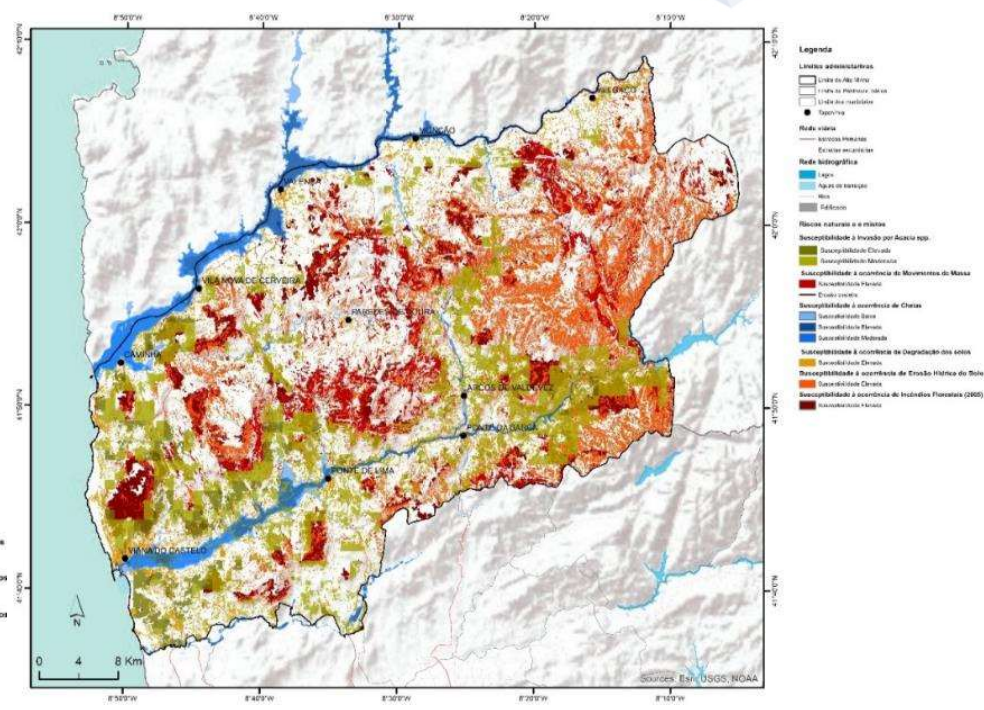
- negativo para as vertentes ambiente e economia [alto e baixo, respetivamente];
- nulo, para a vertente cultura;
- positivo, para as vertentes social e infraestruturas físicas (centros electroprodutores; infraestruturas de transporte; povoações; etc.) [médio e baixo, respetivamente].



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

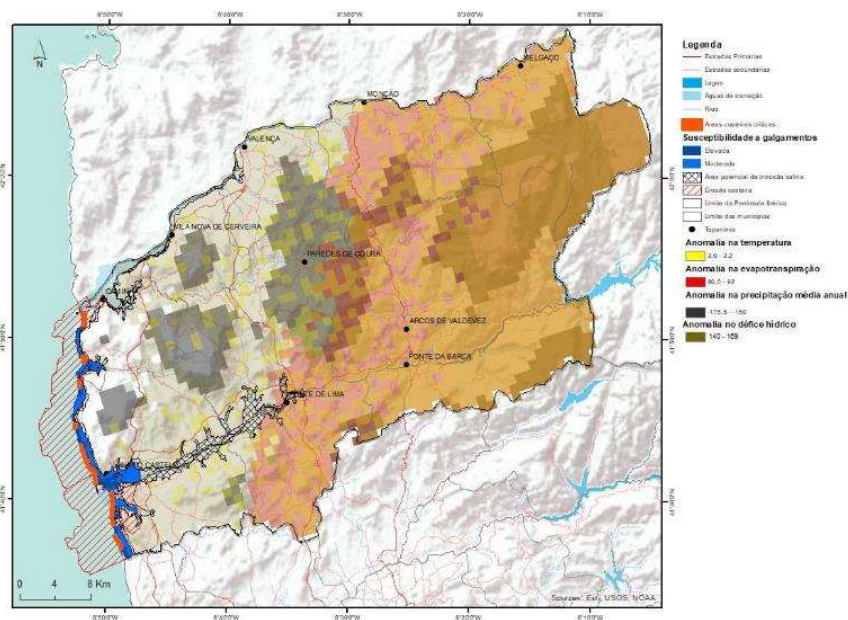


Síntese da distribuição das áreas de maior suscetibilidade e principais **riscos tecnológicos** no Alto Minho



Síntese da distribuição das áreas de maior suscetibilidade e principais **riscos naturais e mistos** no Alto Minho

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT



Síntese de anomalias médias anuais esperadas para o Alto Minho (até final do século) e suscetibilidade a galgamentos

	<p>Aumento de lesões devido ao aumento da intensidade de eventos extremos (SP6)</p> <p>Custos pela imposição direta do consumo de energia (ET1)</p> <p>Custos associados à diminuição de consumos e emissões (ET2)</p> <p>Risco físicos associados e os custos (indiretos de eventos climáticos e extremos (ET7)</p> <p>Manutenção, reparação e garantia do bom estado das vias (TC1)</p> <p>Mudanças dos padrões de mobilidade (TC2)</p> <p>Aumentos nas perturbações ecológicas (B3)</p> <p>Alteração da distribuição e dos processos migratórios de espécies (B7)</p> <p>Condições climáticas mais propícias a atividades de lazer (ET4)</p>	<p>Pressão sobre os nichos ecológicos (galénias rpioclas) (B5)</p> <p>Mudanças em cadeia cumulativas ou cascata nas cadeias ecológicas (B1)</p> <p>Impactes sobre as alterações em zonas costeiras e a produção de energia eólica e das marés (ZC10)</p> <p>Diminuição das áreas afetadas e custos de deslocação/adaptação de locais de armazenamento de energia (ES4)</p> <p>Menor pressão sobre o abastecimento de água potável (SP5)</p> <p>Diminuição da qualidade do ar (SH5) e (SP2)</p> <p>Oportunidades de inovações e oferta de novos produtos em serviços na mitigação e adaptação (ET6)</p>	<p>Incêndios (AF8) Riscos biológicos (invasão biológica (B4) e (AF10))</p> <p>Diminuição dos espaços de dunas e dunas (linha salina) (B10)</p> <p>Impactes sobre a ecologia e fenologia das espécies agrícolas, animais e florestais (AF1)</p> <p>Oportunidade para as espécies menos exigentes e mais adaptadas como aspricos e pragas autóctones (AF12)</p> <p>Aumento da procura hospitalar e índices de mortalidade (vagas de calor e frio) (SH1) e (SP3)</p> <p>Impactes sobre o papel/austodades e aumento da necessidade de colaboração (SP9) e (SP10)</p> <p>Oportunidade para o turismo (E5)</p>
	<p>Impactes na população e distribuição de espécies com interesse cinegético (B8)</p> <p>Aumento da temperatura das massas de água (B9)</p> <p>Aumento de produtividade potencial para espécies silvícolas (AF9)</p> <p>Alterações dos padrões de armazenamento, transporte e distribuição (ES5)</p> <p>Propagação de vetores que difundam doenças e pragas (SH2)</p> <p>Implicações sobre o reforço dos padrões de outros riscos (ex. radiação) (SH5)</p> <p>Riscos associados ao transporte e armazenamento de substâncias perigosas (TC5)</p> <p>Quebras de comunicações devido a fenómenos extremos (SP7)</p>	<p>Impactes sobre os habitats de montanha (áreas de turfeira) (B6)</p> <p>Alteração de propriedades físicas, químicas e biológicas do solo (AF2)</p> <p>Alterações dos padrões de distribuição espacial e temporal das espécies (B2)</p> <p>Necessidade de (captura, armazenamento, distribuição e aplicação da água de rega) drenagem (AF3)</p> <p>Menor período ótimo e oportunidade de intervenção nas operações culturais (AF4)</p> <p>Perdas/destruição de culturas e infraestruturas (AF7)</p> <p>Acidificação dos oceanos com impactes sobre a biodiversidade e pesca (ZC2)</p> <p>Erosão costeira e inundação em estuários/terço terminal dos rios (ZC7)</p> <p>Eventos extremos de precipitação transportando contaminantes (SP4)</p> <p>Aumento das doenças e pragas provocadas em áreas balneares (SH4)</p>	<p>Ambiente desfavorável para plantas que precisam de repouso invernal (AF5)</p> <p>Riscos biológicos associados aos riscos sanitários ao nível das pragas e doenças vegetais (AF6)</p> <p>Aumento do nível médio do mar, frequência e dimensão da agitação marítima, frequência dos temporais com valores elevados de altura de onda, furacões (ZC1)</p> <p>Diminuição da largura de praia, perda de biodiversidade ligada à abdução do solo em habitats semnaturais (ZC3)</p> <p>Mudanças nas zonas húmidas de estuários e águas interiores (ZC8)</p> <p>Problemas relacionados com a visão, doenças pulmonares e da pele (UV) (SH7)</p> <p>Alteração dos padrões de consumo de energia (ES6)</p>
Frequência de ocorrência do evento	<p>Custos, investimentos e maiores riscos em transportes e plataformas logística (ET8)</p> <p>Diminuição da qualidade alimentar (Higié-Sanidade) (SH8)</p> <p>Invernos mais suaves que melhoram os níveis de conforto das comunidades (SP1)</p> <p>Necessidade de melhorar, adaptar e integrar as infraestruturas de transporte (TC3)</p> <p>Diminuição da taxa da capacidade de regeneração das espécies autóctones (AF11)</p> <p>Pedidos e impactes sobre os custos de instalação e manutenção de equipamentos (ZC5)</p> <p>Impactes sobre o potencial e realização de desportos náuticos (ZC6)</p>	<p>Danos causados por ventos fortes no edificado, queda de infraestruturas e danos na vegetação de grande porte (ZC8)</p> <p>Alterações dos padrões de produção de energia renovável (ES1)</p> <p>Impactes sobre os custos de produção de energia renovável (ES2)</p> <p>Impactes sobre os custos de produção/adaptação e distribuição de energia e Interrupção do fornecimento de energia devido danos nas infraestruturas (ES3) e (ES7)</p> <p>Oportunidade de novas de energia renováveis (ES8)</p> <p>Impactes sobre a fenologia das plantas e o pólen (alergologia) (SH6)</p> <p>Impactes sobre a instalação/gestão de Zonas Industriais Responsáveis (ET3)</p> <p>Movimentos de massa que coloquem em risco vias de comunicação e rodoviárias (TC6)</p>	<p>Alteração das dinâmicas de transporte, sedimentação no terço terminal/estuários e erosão costeira (ZC4)</p> <p>Doenças/epidémias relacionadas com a produção animal e zoonoses (SH3)</p> <p>Riscos associados a qualidade do abastecimento de água e saneamento (ET9)</p> <p>Alterações na navegabilidade nos espaços ribeirinhos, estuários, junto à linha de costa (TC4)</p> <p>Oportunidades de inovação em modelos e sistemas de transportes individuais e coletivos de baixa energia e inteligentes (TC7)</p>
	Consequência do Impacto		

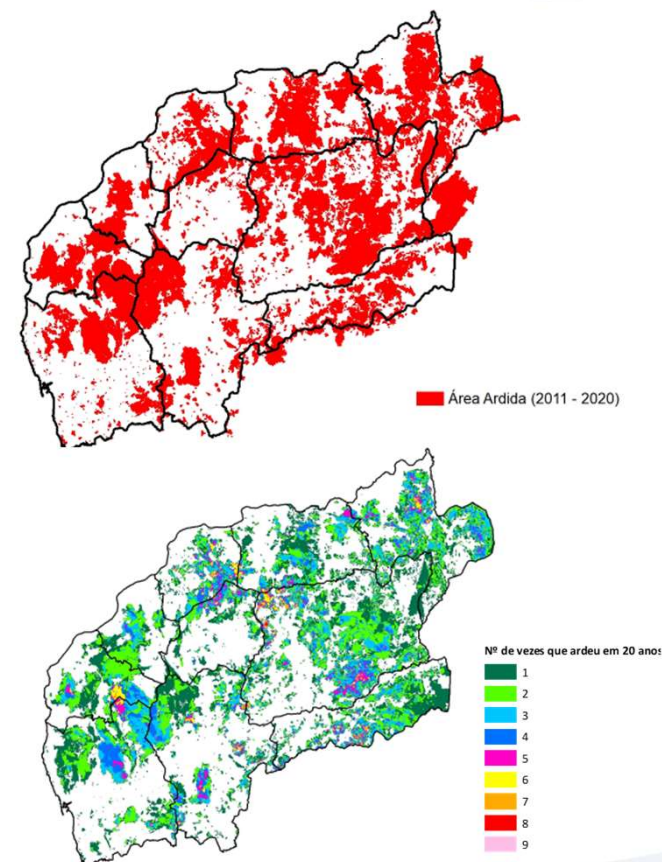
Matriz de impactes [frequência da ocorrência/consequência do impacto]

Maior frequência e mais impactante (a vermelho): incêndios; invasão biológica; erosão costeira; aumento da necessidade de colaboração (inter)institucional; aumento da procura hospitalar e dos índices de mortalidade (associados às vagas de frio e calor); alterações na ecologia a fenologia das espécies – com impactes, também , em matéria de produção agrícola, pecuária e florestal.

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

C - Serviços Coletivos Territoriais // Riscos e Mudança Climática

Incêndios Florestais. O regime de incêndios florestais no Alto Minho e dos riscos que lhes estão inerentes assume um papel crítico na caracterização do risco no território. Os incêndios florestais constituem um importante fator de mudança no território, incrementada pela frequência, recorrência e severidade com que se tem manifestado nas últimas duas décadas, sendo atualmente um dos principais fatores de vulnerabilidade territorial. A Mudança Climática tem igualmente contribuído para um aumento do Risco Meteorológico e condicionado um incremento significativo da intensidade e severidade dos incêndios florestais. O Alto Minho surge, aliás, no estudo da ESPON, no conjunto de NUTS III europeia com maior impacto potencial das alterações climáticas nos fogos florestais. A superfície de área ardida no Alto Minho, entre 2008 e 2018, aumentou 188%, acompanhando o valor da região Norte (127%) mas abaixo do valor nacional (224%). Para o Alto Minho estes valores foram acompanhados do aumento do número de incêndios (mais 202), o que parece evidenciar dificuldades na monitorização dos sistemas de vigilância e extinção. A realidade dos incêndios florestais neste território é, assim, muito complexa, devido, nomeadamente, a um desequilíbrio nas políticas de gestão florestal e no uso do fogo. Hoje, face ao papel dos Municípios em matéria de defesa da floresta contra incêndios (PRA – Fogos Rurais/PSA/PMDFCI), impõem-se medidas transversais a todo este território, numa política de prevenção e gestão florestal intermunicipal e de partilha transfronteiriça de formação e de recursos na área de prevenção que implique todos os intervenientes quer no campo da gestão florestal quer no campo da defesa da floresta contra incêndios.

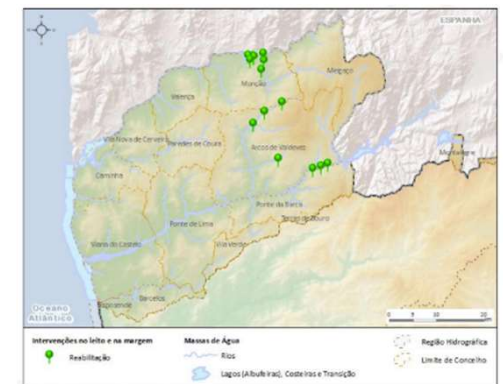
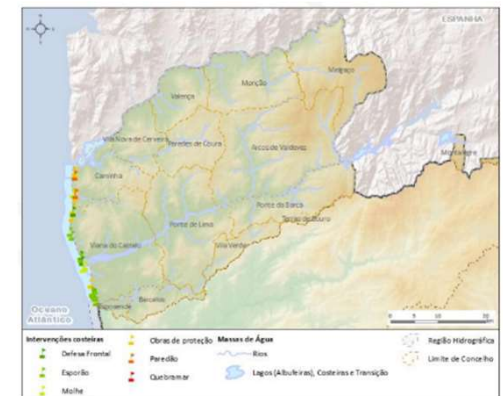


I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

C - Serviços Coletivos Territoriais// Riscos e Mudança Climática

Erosão da orla costeira. Este fenómeno que atualmente se faz sentir no litoral galego e no litoral norte português tem múltiplas causas. Apesar de algumas dessas causas serem de origem natural, as mais importantes resultam de atividades antrópicas. A intensa e densa ocupação do litoral tem vindo a ser efetuada de forma pouco regrada ao longo de décadas, o que não viabiliza um desenvolvimento sustentável da faixa costeira. Assim, embora seja necessário intervir a diferentes níveis (nomeadamente através da concretização dos investimentos previstos no POOC), torna-se obrigatório proceder, em grande parte dos casos, a um reordenamento da faixa litoral de ambos os países, pois ações estruturais para defesa do litoral que se desenvolvam a montante, no litoral galego, de alguma forma poderão afetar o litoral norte português.

Cheias. Neste território, verifica-se uma considerável concentração de elementos de risco junto aos principais rios do Alto Minho (rio Lima e rio Minho) e aos seus principais afluentes. Além dos investimentos em zonas críticas já referenciadas no PO Sustentabilidade para o Alto Minho (ARH – Norte – Ponte de Lima e Ponte da Barca – Rio Lima), numa escala de maior proximidade e possíveis danos/perda de valor e tal como definido no plano de riscos do Alto Minho, surgem ainda as seguintes zonas de suscetibilidade elevada: i) Monção/Melgaço – devido ao perfil de encaixo do rio Minho, com o acréscimo de confluência do rio Tea (Espanha); ii) Ponte de Lima (Margem Direita) – confluência do rio Lima com os rios Labruja e Estorãos; iii) Valença - zona de confluência do rio Louro (Espanha), uma vez que este afluente espanhol tem dimensão considerável conjugado com o facto de estarmos perante uma zona de vale. Por último, sem prejuízo de estar previsto um conjunto importante de investimentos para combater este problema no Alto Minho, importa também atuar ao nível preventivo, designadamente, no aumento da capacidade de infiltração/retenção de água nas cabeceiras de linhas de água das principais sub-bacias hidrográficas dos Rios Minho e Lima, sugerindo-se assim intervenções ao nível da florestação das “mães de água” nas cotas mais altas do território, aumentando a capacidade de resiliência de tudo o sistema a jusante com efeitos a curto/médio prazo na redução de investimentos/ medidas corretivas.

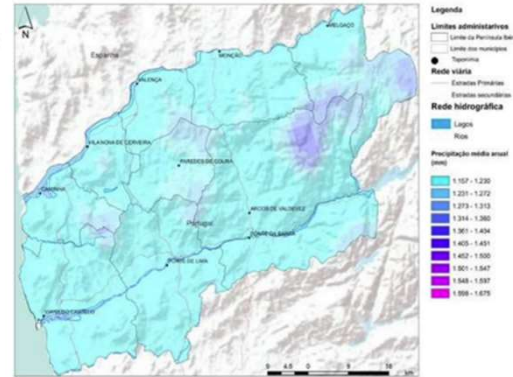
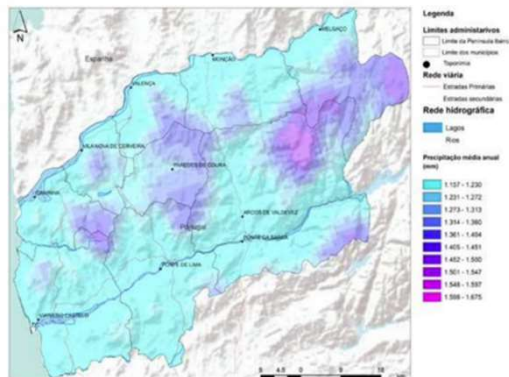


I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

C - Serviços Coletivos Territoriais

Movimentos de Vertente. Observa-se uma influência significativa de fatores como a intensidade de precipitação, o declive e a topografia local, na determinação do risco de movimentos de vertente. Os resultados obtidos a partir do modelo de análise adotados no estudo dos riscos no âmbito do projeto PROTEC|GEORISK, permitem observar que os locais de suscetibilidade elevada se distribuem acima de tudo em zonas de maior altitude (acima dos 450 metros), com declives mais pronunciados (acima de 30%) e com um maior índice de precipitação (acima de 100 mm/24h) e de substrato rochoso mais facilmente desagregável.

De acordo com o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações climáticas do Alto Minho (PIAAC), no caso da precipitação, é de assinalar os contrastes na sua distribuição ao longo do território devido à topografia acidentada da região. Contudo, à semelhança da tendência presente no território (com diminuição na ordem dos 10% da precipitação total), é expectável a continuação e agravamento desta tendência. Quanto aos cenários de precipitação sazonal, prevê-se que os padrões de precipitação deverão diminuir, principalmente no verão, podendo passar para metade, e, no outono, com diminuições de 20% a 34% até 2100. Em relação ao inverno, as projeções não apresentam um sinal inequívoco, com as anomalias para o final do século a variarem entre uma diminuição e ligeiros aumentos.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

C - Serviços Coletivos Territoriais// Riscos e Mudança Climática

Riscos Tecnológicos. Entre os riscos tecnológicos o aumento da concentração populacional, o reforço da infraestruturas e da atividade económica associada a uma maior mobilidade e polarização entre a dinâmica e a densidade do litoral e marginalização, envelhecimento e abandono das zonas mais altas contribuem para o aumento de riscos de acidentes viários, de acidentes com substâncias perigosas, de contaminação associadas a atividades (agro)industrias bem como, nos principais centros logísticos e transporte, nos centro de produção, armazenamento e distribuição de energia (ex. aerogeradores e condutas de gás natural).

Neste processo destacam-se ainda os riscos próprios dos centros urbanos, em particular nas zonas históricas que apresentam uma elevada vulnerabilidade pela idade média dos edifícios, riscos de queda de aeronaves em alguns dos corredores aéreos definidos, e ainda, riscos associados à mobilidade e passagem de transportes de substâncias perigosas entre as infraestruturas aeroportuárias do Norte de Portugal e Galiza.

O transporte de matérias perigosas envolve o risco inerente ao facto de poderem acontecer acidentes durante as viagens. Nestes casos, o transporte é regulamentado pelo acordo europeu, conhecido como ADR – o Acordo Internacional para o Transporte de Mercadorias Perigosas por Estradas. É de salientar que o Alto Minho, dada a sua localização estratégica entre os grandes polos industriais do Norte de Portugal e da Galiza, usufrui de um elevado tráfego de transportes de matérias para as indústrias localizadas em ambos países, algumas classificadas de matérias perigosas. As vias de circulação existentes e mais utilizadas pelas empresas transportadoras atravessam zonas densamente urbanizadas e populacionais, o que incrementa o risco de acidentes com o transporte destas matérias. Em termos de acidentes rodoviários, assinala-se que apesar do risco ser transversal a todo o território, os municípios de Viana do Castelo e de Ponte de Lima, em conjunto, representam cerca de 57% do total de acidentes com vítimas, o que não é surpreendente atendendo a que são aqueles que concentram o maior número de habitantes no território.

Em resumo, as condições naturais e as atividades humanas contribuem para a formação de um conjunto de processos geradores de riscos naturais, mistos e tecnológicos no Alto Minho. A dimensão cumulativa e em cascata destes, deve ser tida em conta no processo de zonagem dos principais riscos regionais. Entre os riscos naturais e mistos destacam-se áreas com riscos sísmológicos moderados, os riscos climatológicos de ondas de frio (nas zonas mais altas) e ondas de calor acompanhados pelo aumento da vegetação e uniformidade da paisagem provocando um maior número de ignições, aumento da recorrência, dimensão e severidade dos incêndios. A diminuição da cobertura do solo favorece a expansão e invisibilidade das invasoras herbáceas e lenhosas. O aumento das áreas ardidas diminui a infiltração e a qualidade da água nos aquíferos, aumentam os níveis de erosão hídrica, de risco de movimento de massa em vertentes, a ocorrência de cheias e favorece o transporte de sedimentos e sedimentação nos terços terminais das linhas de água provocando assoreamentos e dificuldades à navegação e menor deposição de inertes nos espaços costeiros. Estes processos associados à subida do nível médio das águas do mar, favorece a erosão e galgamentos costeiros, as mudanças acentuadas nos estuários e mesmo, o risco de intrusão salina nas principais várzeas da região.

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

C - Serviços Coletivos Territoriais// Ciclo Urbano da Água

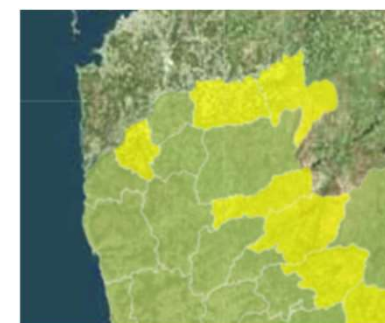
O setor das águas subdivide-se em dois serviços distintos: o de abastecimento de água para consumo humano e o de saneamento de águas residuais urbanas. A atividade de abastecimento público de água compreende a captação, o tratamento, a elevação, o transporte, o armazenamento, a distribuição e a utilização da água. A atividade de saneamento de águas residuais urbanas compreende a descarga, a drenagem, a elevação, o transporte e o tratamento das águas residuais de origem urbana, bem como a sua rejeição no meio hídrico. Esta atividade é fundamental para garantir a salvaguarda da qualidade das massas de água, sendo determinante no condicionamento dos outros usos do domínio hídrico, designadamente a captação de água para consumo humano.

Nos sistemas em alta, o Grupo Águas de Portugal, através das Águas do Norte, constitui o principal operador no Alto Minho.

Nos sistemas em baixa:

- 7 dos sistemas municipais são geridos pela Águas do Alto Minho (parceria entre Águas de Portugal e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira), responsável pela gestão e exploração do sistema integrado de abastecimento de água e de saneamento do Alto Minho, servindo uma população residente de 204 mil habitantes nos sete municípios envolvidos e abrangendo 5 400 km de rede;
- os municípios de Monção, Melgaço e Ponte da Barca constituem as gestoras dos respetivos serviços.

Segundo o relatório anual da ERSAR de 2022 (último relatório disponibilizado à data) a taxa de acessibilidade física do serviço é igual a 98 % (média dos 7 Municípios agregados), pelo que apresentam uma qualidade boa de acesso. No caso da acessibilidade física do serviço de águas residuais é boa, em média boa corresponde a 66%.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

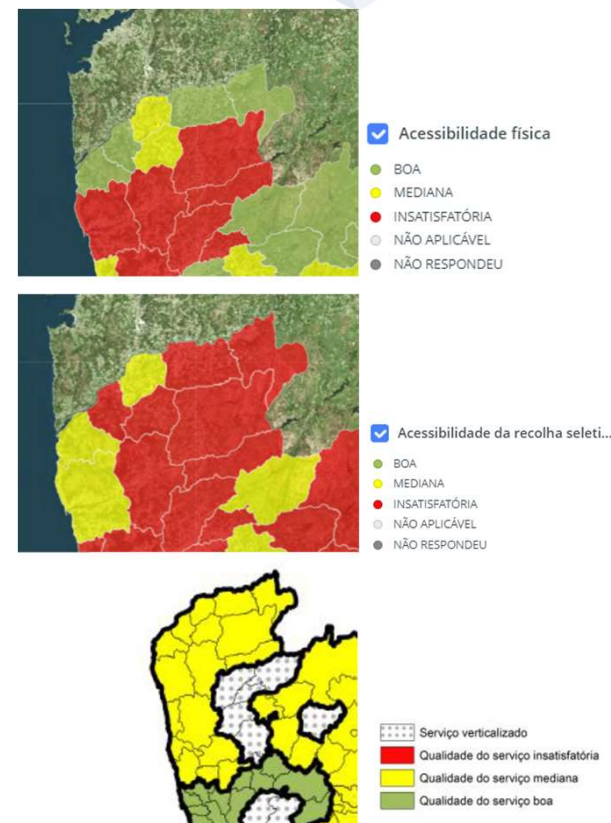
C - Serviços Coletivos Territoriais// Resíduos Urbanos

O sistema de gestão de resíduos urbanos no território do Alto Minho (NUTIII) organiza-se em duas categorias: (i) sistemas multimunicipais e (ii) sistemas municipais. Os sistemas multimunicipais compreendem operações de recolha seletiva, triagem para valorização multimaterial, recuperação energética a partir do biogás produzido em aterro e eliminação através de deposição em aterro, ou seja, desempenham um papel de gestão predominantemente em alta, embora a atividade de recolha propriamente dita se insira no conceito de gestão em baixa. Os sistemas multimunicipais são aprovionados pelos sistemas municipais, consubstanciados pelas operações de gestão em baixa, isto é, recolha e transporte dos resíduos urbanos (RU) indiferenciados, pese embora alguns Municípios assumam responsabilidades no domínio da recolha seletiva (de um ou mais fluxos). O território do Alto Minho integra dois Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) multimunicipais, concessionados às empresas RESULIMA, S.A. e VALORMINHO, S.A. Os sistemas em baixa são da responsabilidade dos respetivos Municípios.

No caso do SGRU VALORMINHO integra os Municípios de: Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença, Vila Nova de Cerveira - perfazendo uma superfície total de cerca de 949,87 km² (INE, 2020) e abrangendo uma população residente de cerca de 72 070 habitantes (INE, 2020). O SGRU RESULIMA abrange uma área total de 1.743 km² e serve uma população de cerca de 319 mil habitantes abrangendo os Municípios de Arcos de Valdevez, Barcelos, Esposende, Ponte de Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo.

Em Portugal continental, no que respeita aos serviços em alta e baixa, a acessibilidade ao serviço de recolha seletiva é boa nas áreas predominantemente urbanas e mediana nas áreas mediamente urbanas e predominantemente rurais, o que constitui uma evolução positiva face ao ano anterior. No entanto, ainda se verifica uma diferença significativa quando comparados os valores com o acesso ao serviço de recolha indiferenciada, o que evidencia um potencial de melhoria, através da densificação dos equipamentos de deposição ou realocação dos mesmos.

Relativamente à reciclagem de resíduos de embalagem, definida como a percentagem de resíduos de embalagem recolhidos seletivamente na área de intervenção da entidade gestora face ao objetivo de retoma estabelecido, a avaliação dos serviços prestados no âmbito territorial dos municípios do Alto Minho evidencia existir uma margem de progresso assinalável.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

C - Serviços Coletivos Territoriais// Cultura & Desporto

A riqueza patrimonial do Alto Minho, a par das iniciativas e dos investimentos realizados no passado mais recente, têm proporcionado, aos habitantes da Região, um acesso mais fácil e expedito a atividades culturais e desportivas.

Os indicadores do domínio cultural que ilustram o posicionamento relativo do Alto Minho no contexto nacional e da Região Norte permitem concluir pela boa dotação do território a nível de equipamentos culturais que, regra geral, se encontra em linha com a representatividade populacional da Região. Numa perspetiva estritamente financeira, a aferição das despesas em atividades culturais e desportivas no Alto Minho evidencia um peso percentual no investimento total superior à média da região Norte e da média nacional.

O Alto Minho constitui, a par da Área Metropolitana do Porto, a NUTIII da Região do Norte com mais Monumentos Nacionais Classificados (num total de 53 imóveis com esta classificação), abrangendo quer Rotas Patrimoniais como o “Caminho Português de Santiago”, “Rupestre e Megalitismo”, “Castros”, “Romano”, “Românico ao Gótico”, “Mosteiros”, “Descobrimientos”, “Castelos e Fortalezas”, “Barroco”, “Arquitetura Tradicional”, “Moderno ao Contemporâneo”, quer o riquíssimo “Património Imaterial”, quer ainda o património edificado nos seus centros históricos de excelência;

Assinale-se ainda que 3 das 14 aldeias portuguesas selecionadas como finalistas do concurso “Aldeias - 7 Maravilhas de Portugal” encontram-se localizadas no Alto Minho (Sistelo, Lindoso, Castro Laboreiro).

No Alto Minho existem cerca de 40 museus e núcleos com particular interesse na valorização da cultura e património territorial (traje, cinema, pão, brinquedo, artes decorativas, alvarinho, arqueologia, etnografia e arte sacra, cultura marítima e fluvial, entre outros), dois deles pertencentes à Rede Portuguesa de Museus (Museu de Artes Decorativas de Viana do Castelo e Museu Regional de Paredes de Coura).

Destaque também para a localização da Paisagem Cultural de Sistelo, também classificado como Monumento Nacional classificado em 2018 e para a classificação e registo das pesqueiras do rio Minho no Inventário Nacional do Património Imaterial.

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

C - Serviços Coletivos Territoriais// Cultura & Desporto

Existem múltiplos ativos identitários de natureza imaterial com um papel relevante e singular no território do Alto Minho:

- A enogastronomia típica do Alto Minho;
- As práticas, saberes e expressões como os cantares ao desafio, as danças e cantares do Alto Minho, os grupos de bombos, a olaria/cerâmica, o artesanato do linho e da lã;
- As tradições, os usos e costumes como as Brandas e Inverneiras; as tradições agrárias do Soajo; o "Pai Velho" - Carnaval no Lindoso e A Mui Dolorosa Paixão de Jesus Cristo (Bravães); o Auto Popular de Floripes ou a Serração da Velha de Afife; a cultura marítima e ribeirinha;
- O vasto e rico património lendário do Alto Minho;
- As feiras, festas e romarias que se realizam no Alto Minho e que atraem todos os anos milhares de visitantes;
- Os múltiplos festivais culturais com projeção internacional (por exemplo, Bienal Internacional de Arte de Cerveira, Festivais Paredes de Coura, Vilar de Mouros, Jardins de Ponte de Lima, etc.);

Merece também destaque a oferta cada vez mais significativa e qualificada de prática de atividade física, de desporto e de lazer do território (por exemplo, Centros de Remo, Canoagem e Vela e o Centro de Alto Rendimento de Surf de Viana do Castelo; rede alargada de atividades e desportos náuticos claramente diferenciadora e identificadora do território, como o surf, windsurf, kitesurf, canoagem, remo, vela, mergulho, pesca desportiva, entre outras modalidades; oferta significativa de infraestruturas como trilhos e ecopistas e de eventos de promoção do contacto com a natureza – cycling, walking, trails, btt, grandefondo, etc).

Os desafios mais prementes que, na vertente cultural e desportiva, se colocam na generalidade dos Municípios, respeitam, não tanto à dotação, mas ao usufruto dos equipamentos disponíveis e à sua exploração de forma sustentada, para o que a valorização da componente turística emergiria como um precioso contributo.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

D – As Pessoas // Evolução Demográfica

De acordo com dados do Censos 2021, nesse ano, a população residente no Alto Minho cifrava-se nos 244.836 habitantes, correspondendo a cerca de 6% da população da região Norte. Viana do Castelo constitui o município mais populoso, agregando nesse ano 85.784 habitantes, correspondente a cerca de 37% da população do Alto Minho, seguindo-se Ponte de Lima, com 41.169 habitantes, cerca de 18% da população. Pelo lado oposto, os concelhos de Melgaço, Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira apresentam uma menor população, respetivamente 7.773 habitantes (3,4% da população total do Alto Minho), 8.632 habitantes (3,7%) e 8.923 habitantes (3,9%).

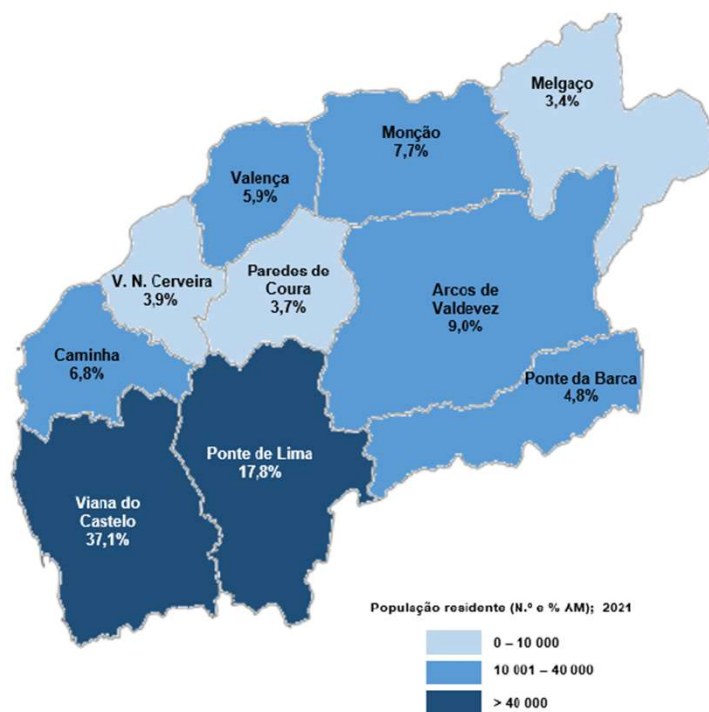
A análise populacional por grupo etário, em 2021, mostra que, em todos os concelhos, se destaca a faixa etária dos 25 aos 64 anos. No Alto Minho, a representatividade das crianças (idades compreendidas entre 0 e 14 anos) é de 11,2%, um pouco inferior às médias nacional e regional.

No que diz respeito à população idosa, o Alto Minho apresenta valores bastante superiores às médias nacional e regional, sendo de 28,1% do total da população. Verifica-se que esta faixa etária é superior no concelho de Melgaço (42,5%), e inferior em Ponte de Lima (24,5%). É ainda relevante analisar a variação no período entre 2011 e 2021, em que se pode verificar que a proporção de crianças e jovens no Alto Minho decresceu (respetivamente - 2,1% e - 0,8%). Embora com um ligeiro decréscimo (-2,1%), a população em idade ativa mantém-se acima dos 50% da população. Pelo oposto, a população idosa registou uma subida de 5% entre 2011 e 2021. A perda populacional no Alto Minho é maioritariamente explicada por um modelo de renovação populacional que não repõe população jovem com a intensidade necessária à manutenção do perfil etário da população.

No futuro, para não perder população, o Alto Minho tem de ser ainda mais atrativa (reforço dos saldos migratórios positivos) e inverter a dinâmica do saldo natural. A trajetória é de perda sobretudo devido ao crescimento natural que é, cada vez mais, negativo. O crescimento migratório foi positivo nos últimos anos.

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

D – As Pessoas // Evolução Demográfica



Concelho	2011	2021	Var. 2011-2021 (%)
Continente	10 047 621	9 857 593	-1,9
Norte	3 689 682	3 587 074	-2,8
Alto Minho	244 836	231 293	-5,5
Arcos de Valdevez	22 847	20 720	-9,3
Caminha	16 684	15 800	-5,3
Melgaço	9 213	7 773	-15,6
Monção	19 230	17 818	-7,3
Paredes de Coura	9 198	8 632	-6,2
Ponte da Barca	12 061	11 049	-8,4
Ponte de Lima	43 498	41 169	-5,4
Valença	14 127	13 625	-3,6
Viana do Castelo	88 725	85 784	-3,6
Vila Nova de Cerveira	9 253	8 923	-3,3

Fonte: INE, Recenseamentos Geral da População – dados preliminares 2021

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

D – As Pessoas // Evolução Demográfica

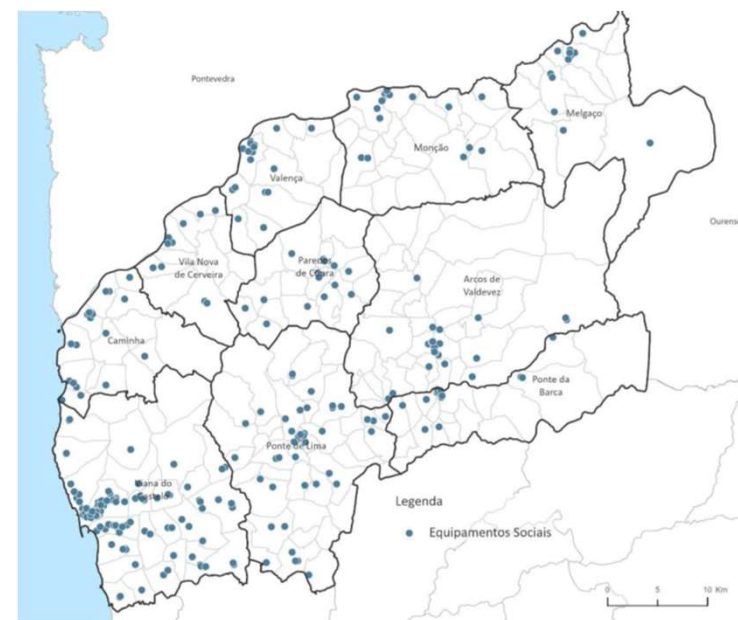
Em síntese, o Alto Minho enfrenta uma tendência de envelhecimento demográfico, apresentando um valor elevado quando comparado com os valores médios do país. Verifica-se também um índice de dependência total superior à região Norte e à média nacional, o que reflete a predominância da população idosa nesta região comparativamente à média do país. Assinale-se ainda que, na “Operação Censos Sénior 2022”, desenvolvida em todo o território nacional, o Comando Territorial da GNR de Viana do Castelo em parceria com a Segurança Social sinalizou 1250 idosos que vivem sozinhos e ou isolados.

No Alto Minho, foram inventariados 319 equipamentos, sendo evidente uma maior concentração no concelho de Viana do Castelo, onde se situa mais de um terço do total de equipamentos da rede. À escala da freguesia é facilmente observável uma maior concentração geral dos equipamentos da rede nas sedes de concelho.

No tocante ao público-alvo a que os serviços providenciados por estas entidades se dirigem, denota-se a relevância dos serviços destinados à população idosa, seguido da família e comunidade em geral, crianças e jovens. Verifica-se ainda que os institutos de organizações religiosas são as mais abrangentes, seguidas das associações e fundações de solidariedade social e centros sociais paroquiais.

A pandemia COVID-19 demonstrou que os modelos de resposta atualmente existentes são insuficientes e têm grandes carências qualitativas, pelo que esta renovação do setor, com modelos inovadores e devidamente capacitados (incluindo ao nível das qualificações profissionais) é urgente.

Neste âmbito, importa, de qualquer forma, considerar o PDS e a Carta Social intermunicipal aprovada para o Alto Minho em junho de 2023.



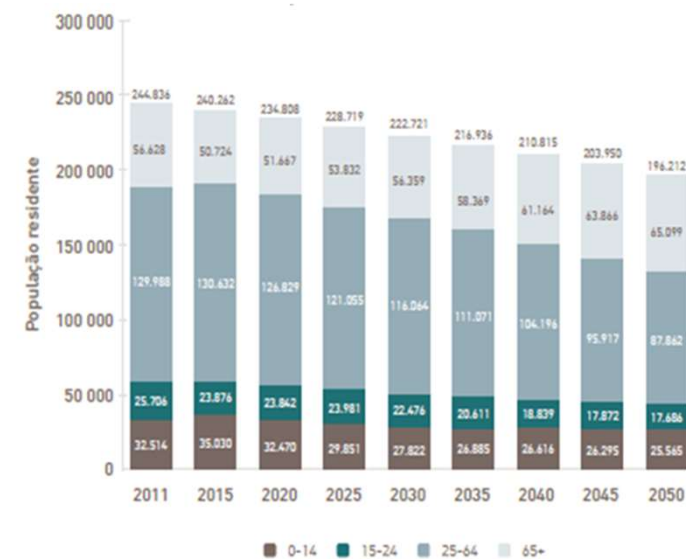
I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

D – As Pessoas // Evolução Demográfica

De acordo com as últimas projeções demográficas disponíveis, a tendência de decréscimo da população residente no Alto Minho vai continuar, previsivelmente, no período 2020-2030.

As projeções da evolução da população residente traduzem-se também na evolução da estrutura etária para uma nova composição, sendo de esperar um aumento significativo do peso da população mais idosa para os próximos 40 anos e uma redução nos restantes grupos etários, em particular no grupo etário dos 25-64 anos;

Num contexto em que o cenário de continuidade projeta um decréscimo populacional, a melhoria da atratividade do Alto Minho revela-se fundamental para uma estratégia que vise a retenção da população, estancando os fluxos migratórios para fora da região, principalmente aqueles que intensificam o fenómeno de esvaziamento do mundo rural e promovendo a captação de novos residentes. Neste sentido, as pressões perspetivadas sobre o modelo de povoamento e o património natural tendem a ser esbatidas por uma lógica de ocupação do território mais orientada para o repovoamento dos centros históricos e do mundo rural, capitalizando a identidade do território, do que pela saturação urbanística dos polos consolidados. No que respeita à evolução do mercado de trabalho, a diminuição da bolsa de mão de obra disponível pode representar um handicap estrutural com implicações na captação de investimento e, em última análise, na própria competitividade da região.



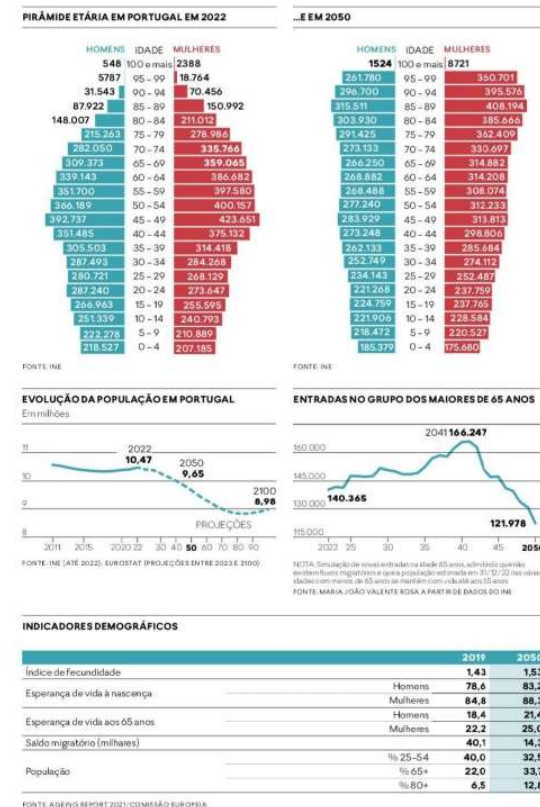
I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

D – As Pessoas // Evolução Demográfica

Recorrendo agora a projeções de tendências estruturais a mais longo prazo (efetuadas pela Universidade de Aveiro no âmbito do projeto DEMOSPIN, 2014), estima-se que, sem migrações, a população do Alto Minho perderá em 2100 pouco mais de 1/5 do seu universo populacional no cenário demográfico mais favorável; contudo, no cenário mais penalizador, ficaria reduzida a menos de 1/3 da sua dimensão, comparativamente com a população dos censos de 2011; mesmo no cenário de reposição geracional, a sua estrutura etária, denotando o envelhecimento da população, não permite, por si só, a manutenção da dimensão atual.”.

Com efeito, “para manter a dimensão da sua população em 80% do valor dos censos de 2011, o Alto Minho requer saldos migratórios positivos continuados entre 2010 e 2100; no entanto, como expectável, o cenário demográfico mais pessimista necessita de três vezes mais imigrantes do que o mais otimista, em 2100; esta diferença acentua-se em 2100, para doze vezes mais, devido à diminuição drástica das necessidades de imigrantes no cenário de reposição geracional”.

Os cenários traçados colocam um desafio substancial à região com implicações na definição da estratégia regional. Neste sentido, importa garantir o planeamento da oferta de equipamentos e serviços do território à procura potencial. A evolução demográfica perspetivada coloca, desde logo, uma exigência ao nível da refuncionalização de alguns equipamentos que se encontram sobredimensionados para que sejam sustentáveis num contexto de decréscimo da população. Por outro lado, o aumento do peso da população idosa requer o desenvolvimento de respostas sociais adequadas às necessidades dessa franja da população, mais premente nas zonas de baixa densidade onde as pressões sobre a oferta de serviços de proximidade se farão sentir com maior intensidade.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

D – As Pessoas // Demografia Escolar

No contexto demográfico apresentado, verifica-se uma diminuição, nos últimos dez anos, do número de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino (educação não superior).

No ano letivo de 2021/2022 frequentavam a rede escolar da Região do Alto Minho 31.850 crianças/jovens, nos diferentes níveis de ensino; em 2011/2012 o número era de 40.743 crianças/jovens. Esta diminuição do número de alunos, aproximadamente 9.000 alunos no espaço de uma década, ocorreu em todos os níveis sem exceção (do pré-escolar ao secundário). A este propósito refira-se que o mais recente relatório “Educação em Números”, publicado pela DGEEC em 2021, apresenta os dados relativos a 2019/2020, para o Continente, que evidenciam uma continuidade da redução do número de alunos em todos os subsistemas de ensino, com uma quebra de cerca de 15 mil alunos por comparação com o ano anterior.

No total da população escolar matriculada na Região do Alto Minho, no ano letivo de 2021/2022, é o ensino secundário, com 8.760 alunos, que assume maior expressão relativa (27,4% do total de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da região), seguido do 1.º CEB (22,5%) e do 3.º CEB (20,8%).

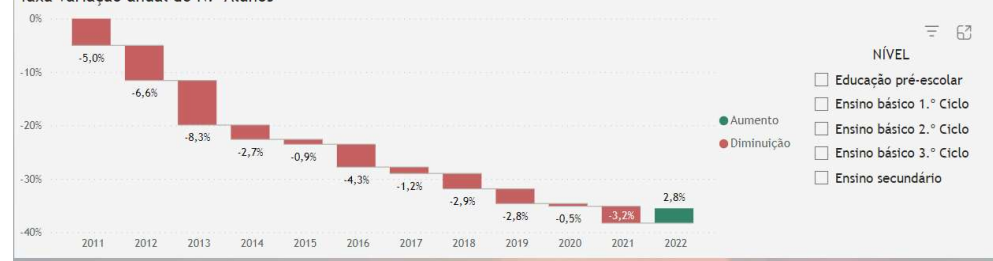
As dinâmicas demográficas, nascimentos e fluxos migratórios, influenciam o número de jovens que se matriculam no sistema educativo nas diferentes modalidades de ensino.

Anualmente a DGEEC elabora projeções assentes num conjunto de indicadores estatísticos que consideram o decréscimo de jovens em idade escolar e os seus resultados escolares com o objetivo de prever o número de alunos de alunos que irão frequentar o sistema educativo cinco anos depois. A previsão do número de alunos matriculados no ensino secundário para os anos letivos de 2019/2025, na região Norte apresenta uma tendência de decréscimo mais evidente nas modalidades “cursos científico-humanísticos” e “ensino artístico” comparativamente a outras modalidades, nas quais se incluem os cursos profissionais.

N.º Alunos, por Ano letivo e Nível de ensino

NÍVEL DE ENSINO	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
Educação pré-escolar	5.988	5.997	5.938	5.811	5.578	5.381	5.189	4.981	4.736	4.813	4.986	5.020	5.232
Ensino básico	27.782	25.193	23.824	21.672	21.285	21.048	20.039	19.713	19.093	18.518	18.051	17.643	17.858
1.º Ciclo	9.669	9.403	9.166	8.788	8.532	8.303	7.954	7.846	7.607	7.353	7.203	6.957	7.194
2.º Ciclo	5.702	5.561	5.323	4.922	4.836	4.685	4.589	4.333	4.243	4.230	4.131	4.027	4.003
3.º Ciclo	12.411	10.229	9.335	7.962	7.917	8.060	7.496	7.534	7.243	6.935	6.717	6.659	6.661
Ensino secundário	12.140	12.421	10.981	9.863	9.478	9.582	9.241	9.363	9.247	8.831	8.964	8.328	8.760
Total	45.910	43.611	40.743	37.346	36.341	36.011	34.469	34.057	33.076	32.162	32.001	30.991	31.850

Taxa variação anual do N.º Alunos



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

D – As Pessoas // Demografia Escolar

A região do Alto Minho regista também uma tendência de aumento de alunos para a modalidade de ensino regular cursos científico-humanísticos (CCH) entre 2017/18 e 2021/22. Em relação à modalidade de ensino artístico entre outras, ocorre um decréscimo de 11% face ao mesmo período de referência.

Ainda que alguma informação só esteja disponível para as NUTS II e cada território tenha a sua realidade, podemos considerar que o Alto Minho não será alheio às principais tendências identificadas ao nível do abandono escolar precoce e à inatividade jovem verificadas para a região mais alargada, o Norte.

No Norte, de acordo com dados do INE (inquérito ao emprego), a taxa de jovens NEET (não trabalham nem frequentam percursos de educação/formação) diminuiu entre 2015 e 2020, situando-se, em finais de 2020, num valor inferior ao verificado em 2011. Isto ocorre se considerarmos quer o grupo etário 15-34 anos quer os dois subgrupos 15-24 anos e 25-34 anos. Segundo a referida fonte, no final do ano de 2020, 9,5% dos jovens residentes na região do Norte com idade entre 15 e 34 anos não trabalhavam nem estudavam, sendo aquela taxa de 9,7% para o Continente. É, pois, significativa a percentagem de jovens (15-34 anos) residentes no Norte que no final de 2020 se encontravam, segundo os critérios estatísticos de aferição utilizados, em situação de inatividade não associada à frequência de educação ou formação. Se considerarmos apenas o grupo 25-34 anos constatamos que esta realidade assume ainda uma expressão mais relevante, uma vez que 10,8% dos jovens residentes no Norte, não estudavam nem trabalhavam.

Um outro indicador que importa considerar, utilizado na monitorização da estratégia Europa 2020, é a taxa de abandono precoce de educação e formação. De acordo com a metodologia de cálculo do Eurostat, os dados disponíveis no INE entre 2011 e 2020 apontam para uma evolução muito favorável daquele indicador no conjunto do país. O abandono escolar precoce dos jovens com idade entre 18-24 anos diminuiu muito significativamente, tendo sido esta uma das principais conquistas do sistema educativo num passado relativamente recente. No espaço de uma década, a Região Norte reduziu a taxa de abandono escolar precoce em 10 p.p. (em 2011 a taxa situava-se em 22,6%).

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

D – As Pessoas // Demografia Escolar

Os concelhos da Região do Alto Minho que apresentam taxas mais baixas de retenção e desistência são: Viana do Castelo, Ponte de Lima e Vila Nova de Cerveira. Em contrapartida os municípios que registam as taxas mais altas de retenção e desistência no ensino secundário por modalidade correspondem a Melgaço, Monção e Ponte da Barca. Se analisarmos a taxa de retenção e desistência no secundário por modalidade no Alto Minho, verifica-se que:

(i) De acordo com os dados mais recentes da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, as taxas de retenção e desistência no ensino secundário por modalidade no Alto Minho são as seguintes, Ensino Regular: 1,3%, Ensino Profissional: 3,2% e Ensino Artístico Especializado: 4,0%. Em comparação com a média nacional, o Alto Minho apresenta taxas de retenção e desistência mais baixas em todas as modalidades de ensino.

(ii) A taxa de retenção e desistência no ensino regular é de 1,3%, o que corresponde a cerca de metade da média nacional, que é de 2,4%. A taxa de retenção e desistência no ensino profissional é de 3,2%, o que é ligeiramente superior à média nacional, que é de 3,1%. A taxa de retenção e desistência no ensino artístico especializado é de 4,0%, o que é superior à média nacional, correspondendo a 3,7%.

(iii) as taxas de retenção e desistência no ensino secundário no Alto Minho têm vindo a diminuir ao longo dos anos. O ensino regular apresenta a taxa mais baixa, seguida do ensino profissional e do ensino artístico especializado.

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

D – As Pessoas // Demografia Escolar

Existe um conjunto significativo de estabelecimentos de ensino profissional no Alto Minho, com um papel importante ao nível das taxas de escolarização na região, que proporcionam alternativas de qualificação aos jovens e os preparam para as novas realidades sociais, económicas e empresariais do meio em que se inserem;

- De acordo com os dados mais recentes da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, no ano letivo de 2022/2023, havia 1.290 alunos inscritos no ensino profissional de equivalência ao 9º e 12º ano no território do Alto Minho. Este número representa cerca de 12% do total de alunos inscritos no ensino secundário no Alto Minho.

De acordo com dados de 2022/2023, no Alto Minho, são os cursos mais frequentados no ensino profissional Gestão e Administração, seguido de Turismo e Informática.

A importância da qualificação profissional dos jovens com vista à empregabilidade ou ao prosseguimento de estudos para níveis superiores tem vindo a ganhar expressão. De acordo com os dados mais recentes da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, a taxa de participação dos jovens em vias profissionalizantes de nível secundário no Alto Minho tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Em 2012/2013, a taxa de participação era de 23,0%. Em 2022/2023, a taxa de participação aumentou para 35,0%, correspondendo a um aumento de 12pp. Conclui-se que a taxa de participação dos jovens em vias profissionalizantes de nível secundário no Alto Minho regista uma tendência de crescimento e em níveis superiores aos da Região do Norte e do Continente.

No ano letivo de 2022/2023, havia 13.010 alunos que frequentavam o ensino secundário no Alto Minho. Destes, 1.290 alunos frequentavam um percurso de dupla certificação, o que representa cerca de 10% do total de alunos do ensino secundário no Alto Minho.

Todos os concelhos do Alto Minho têm oferta formativa de dupla certificação de nível secundário. Contudo, a importância e o peso relativo das modalidades de dupla certificação nos percursos de secundário, sendo transversais aos diferentes concelhos, assumem significado diferente em cada um deles.

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

D – As Pessoas // Demografia Escolar

Segundo os dados da DGEEC, no ano letivo de 2022/2023, dos 1.200 alunos inscritos em CTeSP, na região do Alto Minho, 960 residem nos municípios da região. A taxa de participação dos jovens em vias profissionalizantes de nível secundário no Alto Minho tem vindo a aumentar ao longo dos anos, acompanhando a tendência nacional.

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) oferece 20 cursos CTeSP nas suas seis escolas politécnicas que se encontram distribuídas pelo distrito, de forma a servir e satisfazer as necessidades da região em termos de cursos profissionalizantes: Escola Superior de Educação (Viana do Castelo); Escola Superior Agrária (Ponte de Lima); Escola Superior de Tecnologia e Gestão (Viana do Castelo); Escola Superior de Saúde (Viana do Castelo); Escola Superior de Ciências Empresariais (Valença); Escola Superior de Desporto e Lazer (Melgaço).

Segundo os dados mais recentes disponibilizados pela DGEEC, no ano letivo de 2022/2023, os CTeSP que registavam mais alunos inscritos eram: Construção e Reabilitação, Gestão Hoteleira, Manutenção Mecânica, Mecânica Automóvel, Marketing Digital e E-Commerce, Cuidados Veterinários, Gestão de Empresas Agrícolas, Turismo Rural e de Natureza, Marketing Agroalimentar.

Em conclusão, os cursos CTeSP no Alto Minho que aumentaram vagas em 2021/22 foram aqueles que estão mais alinhados com as necessidades do mercado de trabalho regional, nomeadamente nas áreas da construção civil, turismo, indústria e agricultura. Os cursos CTeSP que diminuíram vagas em 2021/22 podem ter sido afetados por fatores como a redução do número de candidaturas, a mudança de prioridades do IPVC, ou ajustes à oferta formativa do IPVC.



ipvc Instituto Politécnico de Viana do Castelo

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

D – As Pessoas // Emprego

A região Norte – território mais alargado onde se insere o Alto Minho - regista, de acordo com os dados do inquérito ao emprego (2022), taxas de atividade e de emprego ligeiramente superiores à do Continente e uma taxa de desemprego superior à do Continente, indicando um posicionamento, no contexto nacional, a região tem registado uma melhoria significativa na taxa de desemprego nos últimos anos. Em 2012, a taxa de desemprego no Alto Minho era de 13,1%, quando agora corresponde a 6,6%.

Considerando como fonte os Quadros de Pessoal (GEP/ MTSS)¹, o número de estabelecimentos do Alto Minho e o número de pessoas ao serviço nesses estabelecimentos têm registado um crescimento nos últimos anos.

No entanto, é importante notar que o crescimento não é uniforme em toda a região. Alguns setores da economia, como a agricultura e a indústria, têm registado um crescimento mais lento do que outros setores, como o turismo.

O aumento do número de pessoas ao serviço é fundamentalmente explicado pela dinâmica de crescimento de setores com expressão na região como o comércio, o alojamento e restauração e as indústrias transformadoras.

Ainda assim, o crescimento global do número de estabelecimentos e do número de pessoas ao serviço é um indicador positivo para o futuro da região do Alto Minho.

Se complementarmos esta análise suportada nos Quadros de Pessoal/ MTSS com os dados do INE, conclui-se que os dados mais recentes disponíveis são de 2022. Em comparação com 2021, o número de estabelecimentos aumentou 1,4% e o número de pessoas ao serviço aumentou 2,6%.

Relativamente ao número de pessoal ao serviço nas empresas não financeiras localizadas no Alto Minho, nos últimos 10 anos, constatamos também uma dinâmica de crescimento: uma variação positiva de 20,2% registada no Alto Minho, mas um pouco inferior à variação registada naqueles anos na Região Norte (11,3%) e no Continente (11,7%).

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

D – As Pessoas // Emprego

Se analisarmos a evolução do número de empresas nos últimos anos por concelho, verificamos que todos apresentam uma variação positiva, ou seja, aumentaram o número de empresas não financeiras neste período. Paredes de Coura (39,5%) e Caminha (36,6%) são os concelhos que apresentam uma taxa de variação positiva mais elevada nestes anos. Porém, em 2022, Viana do Castelo tinha 5.351 empresas não financeiras registadas, representando 21,3% do total de empresas não financeiras registadas na Região do Alto Minho. Os restantes concelhos da Região do Alto Minho têm uma concentração de empresas não financeiras registadas inferior a 15%.

No conjunto das 30.317 empresas não financeiras de diferentes setores de atividade económica na região do Alto Minho em 2019, destacam-se três setores de atividade: a “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, o setor do “comércio por grosso e a retalho” e o setor da “construção”, 17,4%, 17% e 12,7%, respetivamente. Os setores com menor peso na estrutura empresarial são os da “captação, tratamento e distribuição de água” e as “indústrias extrativas”.

Em relação à evolução de pessoal ao serviço, entre 2015 e 2019, o Alto Minho regista um aumento muito semelhante à da Região Norte e do Continente. Segundo esta fonte, em 2019, no Alto Minho, a maioria das 78.909 pessoas ao serviço em empresas não financeiras concentrava-se no setor dos serviços, indústrias transformadoras e no comércio por grosso e a retalho.

A relação entre o pessoal ao serviço e o número de empresas não financeiras registadas é inversamente proporcional. O setor com mais empresas não financeiras registadas, a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, tem a menor relação entre o pessoal ao serviço e o número de empresas não financeiras registadas. O setor com menos empresas não financeiras registadas, os serviços, tem a maior relação entre o pessoal ao serviço e o número de empresas não financeiras registadas.

Setor de atividade	2019	
	N	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5.289	17,4
Indústrias extrativas	49	0,2
Indústrias transformadoras	1.763	5,8
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	111	0,4
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	38	0,1
Construção	3.846	12,7
Comércio por grosso e a retalho (...)	5.153	17,0
Transporte e armazenagem	457	1,5
Alojamento, restauração e similares	2.593	8,6
Atividade de Informação e comunicação	225	0,7
Atividades imobiliárias	674	2,2
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.126	7,0
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2.727	9,0
Educação	1.293	4,3
Atividades de saúde humana e apoio social	1.985	6,5
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	612	2,0
Outras Atividades de serviços	1.376	4,5
Total	30.317	100,0

Fonte: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas; PORDATA

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

D – As Pessoas // Emprego

Apesar de Viana do Castelo ser o concelho onde se concentra a maior parte do emprego, entre 2015 e 2019, Vila Nova de Cerveira é o concelho que apresenta a maior evolução de pessoal ao serviço, com uma taxa de variação superior a 20%.

A este propósito importa sinalizar que se identifica, no território do Alto Minho, um número significativo de empresas de investimento estrangeiro, nomeadamente no setor automóvel, com crescentes necessidades de técnicos intermédios e mão de obra qualificada, bem como a presença de trabalhadores transfronteiriços que aportam e também exigem qualificação (nomeadamente, operadores industriais, quadros do setor industrial e professores universitários).

Considerando as duas fontes de informação utilizadas – GEP/ MTSS (Quadros pessoal) e INE (Sistema de Contas Integradas) e os diferentes universos estatísticos e formas de recolha de informação, sinalizamos:

- Registo de 30.317 empresas não financeiras e 8.045 estabelecimentos, em 2019, no Alto Minho; Aumento, entre 2015 e 2019, do número de empresas não financeiras localizadas no Alto Minho e diminuição do número de estabelecimentos;
- Aumento do número de pessoas ao serviço, quer nos estabelecimentos quer nas empresas;
- Considerados os dados, os universos estatísticos e as fontes de informação, arriscamos concluir que a par do aumento da dimensão média, global, dos estabelecimentos (por exemplo no setor comércio e alojamento e restauração), foi significativo o aumento dos empresários em nome individual, expressivo sobretudo nas atividades de serviços e setor agrícola.

Se a análise da dinâmica de evolução das empresas por setores de atividade é importante para conhecer o mercado de trabalho, a análise retrospectiva exige também que se considerem outros indicadores que o permitem caracterizar, sobretudo nas faixas mais jovens. Deve assinalar-se que a pandemia COVID-19 produziu impactos significativos nas dinâmicas territoriais e setoriais dos mercados de trabalho, nomeadamente no aumento de desemprego verificado em 2020, não sendo ainda possível aferir todos os seus efeitos e contornos. É, contudo, possível afirmar uma alteração dos modos de prestação de trabalho num conjunto significativo de atividades, sobretudo associada à afirmação do teletrabalho, quer à crescente digitalização dos contextos industriais e de prestação de serviços.

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

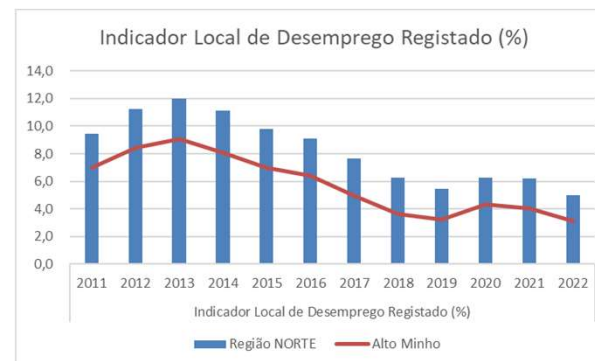
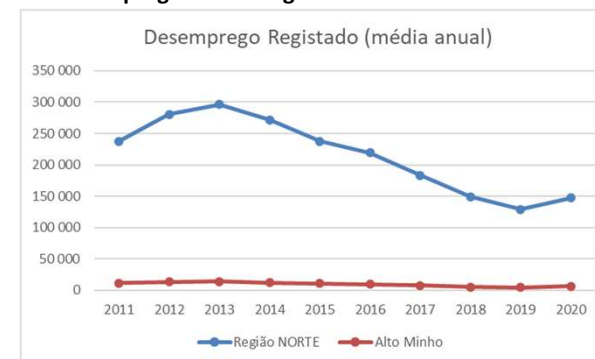
D – As Pessoas // Emprego

A taxa de desemprego estimada pelo INE, no Continente, em 2023, situa-se em 6,3%, ligeiramente inferior ao período homólogo, menos 2pp. Na Região Norte a taxa de desemprego estava estimada em 6,1%, ligeiramente inferior à taxa registada para o Continente e 3pp inferior ao período homólogo.

De acordo com os dados mais recentes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), a média anual de inscritos nos centros de emprego do Alto Minho em 2022 foi de 12.584 desempregados. A taxa de desemprego no Alto Minho em 2022 foi de 6,1%, o que representava 1,7% da taxa de desemprego no Continente (3,6%) e 4,2% da taxa de desemprego na região Norte (14,2%). Portanto, a taxa de desemprego no Alto Minho é inferior à taxa de desemprego no Continente e na região Norte. No entanto, a diferença entre as taxas de desemprego é menor do que em 2020.

A pandemia COVID-19 afetou de forma mais notória as faixas etárias mais jovens, como se pode observar nos dados disponibilizados pelo inquérito ao emprego disponibilizados pelo INE relativos ao 2.º trimestre de 2020, o período que corresponde ao primeiro confinamento obrigatório em Portugal.

Desemprego médio Região Norte e Alto Minho



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

D – As Pessoas // Emprego

A julho de 2023, de acordo com dados do INE, o desemprego jovem (<25 anos) representava 15,4% do total de desempregados inscritos no Alto Minho, um valor acima do registado quer na Região do Norte (14,3%), quer no Continente (12,9%).

O desemprego por nível de escolaridade, aponta para a relação entre baixa qualificação e desemprego mais elevado, uma vez que a maioria dos desempregados inscritos nos centros de emprego no Alto Minho possui escolaridade equivalente ou inferior ao 3.º CEB (26,6%); a proporção de desempregados inscritos com o ensino secundário ou ensino superior é de 29,4%. Paredes de Coura (35,2%), Viana do Castelo (34,9%) e Valença (34,7%) são os concelhos que apresentam um maior desemprego qualificado, segundo dados do INE de julho de 2023.

Na progressiva diminuição do desemprego registado no Alto Minho têm vindo a evidenciar-se as CAE e as Profissões associadas aos setores da construção, do comércio por grosso e a retalho e do alojamento, restauração e similares.

Esta melhoria assinalável da situação do desemprego registado do Alto Minho nos setores da construção, do comércio e do alojamento, restauração e similares, constitui o reflexo do processo da melhoria da economia nacional e dos territórios que o compõem, quer na vertente turística e imobiliária, quer da própria procura interna, quer ainda do volume significativo de investimento empresarial e público que tem vindo a incidir sobre este subespaço regional.

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

D – As Pessoas // Saúde

A esperança de vida à nascença e, em particular, aos 65 anos tem vindo a evoluir de forma favorável nos últimos anos, acompanhando a tendência verificada ao nível nacional e da Região do Norte.

A taxa bruta de mortalidade, segundo dados do INE reportados a 2022, ronda os 13,2%, estando cerca de 2 pontos percentuais acima da média do país, provavelmente devido a um maior envelhecimento desta população. De acordo com a Unidade Local de Saúde do Alto Minho [ULSAM] (2022), as três principais causas de morte no Alto Minho, para todas as idades e sexo masculino, foram doenças cardiovasculares, tumores malignos e doenças respiratórias. Pelo contrário, no sexo feminino, destacam-se as doenças isquémicas do coração, tumores malignos e doenças cerebrovasculares..

De acordo com o Relatório de Contas da ULSAM 2022 a população com idade inferior a 75 anos apresentou maior risco de morrer em doença isquémica do coração, tumores malignos, doenças cerebrovasculares, acidentes de transporte e lesões auto provocadas intencionalmente, representando mais de 60% das mortes registadas. De destacar, particularmente, a elevada taxa de morte por doença crónica do fígado e cirrose que aponta para possíveis Problemas Ligados ao Álcool na região do Alto Minho em ambos os sexos, ainda que com uma maior incidência no sexo masculino. Em termos de proporção, destacam-se os inscritos com hipertensão (24,2%), com alterações de metabolismo dos lípidos (22,2%), diabetes (11%), doença pulmonar obstrutiva crónica (8,9%) e doença isquémica do coração (8,8%) (Perfil Local de Saúde, ULS Alto Minho 2022). As alterações de metabolismo dos lípidos, a diabetes e a doença pulmonar obstrutiva crónica registaram aumentos enquanto as restantes doenças mantiveram a sua prevalência.

Do diagnóstico efetuado, emerge a necessidade de se intervir na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo, bem como o desenvolvimento de estudos mais aprofundados que permitam legitimar a perceção relativa às seguintes problemáticas: (i) Consumo de substâncias psicoativas e Problemas Ligados ao Álcool (PLA); (ii) Doença Mental e situações de depressão; (iii) Deficiência.

O aumento do peso da população idosa requer o desenvolvimento de respostas de saúde e sociais adequadas às necessidades dessa franja da população, mais premente nas zonas de baixa densidade onde as pressões sobre a oferta de serviços de proximidade se farão sentir com maior intensidade.

De acordo com os dados da ULSAM, em 2022, havia 223.862 utentes inscritos no Alto Minho com excesso de peso ($IMC \geq 25$). Este número representa 39,3% da população inscrita na ULSAM. O número de utentes inscritos com excesso de peso tem vindo a aumentar nos últimos anos. Em 2017, havia 176.529 utentes inscritos com excesso de peso, o que representava 29,1% da população inscrita na ULSAM. O perfil de saúde é resultado também dos seguintes determinantes comportamentais: i) excesso de peso, ii) hábitos alimentares inadequados, iii) sedentarismo, iv) tabagismo e v) alcoolismo.

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

D – As Pessoas // Saúde

Estudo realizado pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA) em 2022, houve 88.900 mortes provocadas por dez tipos diferentes de cancro ocorridos na última década no Alto Minho. Este número representa 22,4% de todas as mortes registadas na região no mesmo período.

Segundo a ULSAM, dos principais problemas de saúde relativamente aos utentes acompanhados nas Unidades de Saúde do Alto Minho (2022), destacam-se o consumo de álcool, e particularmente para hipertensos e diabéticos.

O envelhecimento demográfico e o débil acesso a cuidados de saúde muito marcados nos territórios de baixa densidade evidenciam-se como a área sobre a qual se deverá intervir, enquanto oportunidade de promoção do bem-estar e da qualidade de vida a população sénior residente, cada vez mais significativa no total da população.

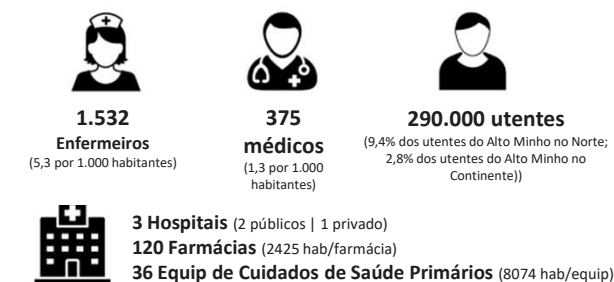
A Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, nomeadamente o Artigo 23.º, n.ºs 1, 2, alíneas c), g), h) e m), constituem-se atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações (...). Dispondo entre outras atribuições, designadamente, nos domínios dos transportes e comunicações, saúde, ação social e promoção do desenvolvimento ativo.

As problemáticas identificadas nas áreas da saúde e ação social estão principalmente enquadradas nas variáveis demográficas e socioeconómicas, nomeadamente o envelhecimento populacional e os problemas a ele ligados como o isolamento, as carências económicas, problemas habitacionais e o acesso a serviços públicos.

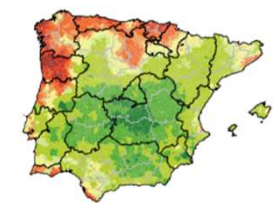
Importa reconhecer a dimensão e atualidade deste desafio (problema):

- primeiro, porque existe uma grande exigência de melhoria de eficiência de governação e de contenção do crescimento da despesa pública;
- segundo, porque se torna cada vez mais difícil assegurar uma prestação de qualidade em áreas desfavorecidas de baixa densidade e em crescente despovoamento.

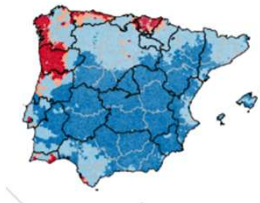
98,8% DOS UTENTES DO ALTO MINHO TÊM MÉDICO DE FAMÍLIA



Relative Risk (RR)



Probability (RR>1)



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

E – Dinâmica Económica

O Alto Minho tem vindo a convergir progressivamente para o nível médio de desenvolvimento nacional e europeu, tendo, no último triénio com dados disponíveis, passado de um PIB per capita de 75,2 % em 2015 para 78,2% em 2013 da média nacional.

O atual ritmo de convergência terá sido induzido, em larga medida, pelo aumento das exportações que passaram a ser o motor do crescimento económico no Alto Minho. Este bom desempenho do comércio internacional do Alto Minho pode ser evidenciado, nomeadamente, por:

- uma balança comercial de bens do Alto Minho com evolução muito favorável nos últimos anos (com níveis de exportações na ordem dos 1.800 M€ em 2023), com saldos positivos cada vez mais favoráveis (na ordem dos 600 M€ em 2017) e uma taxa de cobertura (150,8%) claramente superior à média nacional (79,9%);
- uma orientação exportadora de bens (52,9% em 2023) superior à média da Região Norte (38,7%) e de Portugal (28,3%).

A forte presença do crescimento da indústria transformadora e, em particular, dos setores transacionáveis no Alto Minho, bem como o reduzido nível de endividamento das empresas em relação ao seu PIB, constituem também fatores importantes para explicar a evolução positiva da região nos últimos anos.

A forte presença da indústria no Alto Minho encontra-se, de igual modo, bem evidenciada pelo peso maioritário do setor em termos de volume de negócios e de emprego. O Alto Minho lidera também as NUTS III da Região do Norte em termos de peso percentual de integração das empresas no setor exportador.

Não obstante a evolução positiva registada nos últimos anos, o Alto Minho continua a ter desafios estruturais assinaláveis para continuar esse processo de convergência, sendo de salientar:

- Sem prejuízo da evolução favorável, em termos de rendimento, o Alto Minho é neste momento a quinta NUTS III do País com o menor Rendimento bruto declarado mediano deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo (encontrando-se as 5 piores todas localizadas na Região do Norte);
- De acordo com estudo do ESPON, o Alto Minho continua classificado no conjunto das regiões NUTS III rurais e periféricas com as maiores desvantagens em termos económicos e de acessibilidade;
- Sem prejuízo da evolução positiva, a proporção da despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) no PIB continua a situar-se aquém da média nacional e europeia;
- A escassez de mão de obra decorrente em larga medida do envelhecimento populacional poderá constituir, também, cada vez mais, um desafio relevante para a futura dinâmica económica do Alto Minho;

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

E – Dinâmica Económica

A densidade de empresas (número de empresas/Km²) no Alto Minho continua a ser inferior à média registada na Região do Norte e em Portugal em termos de pessoas ao serviço e de volume de negócios por empresa.

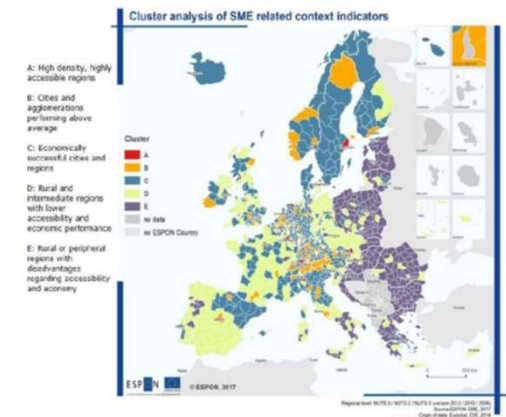
Por seu lado, a concentração do volume de negócios regional nas 4 maiores empresas é claramente mais elevada no Alto Minho do que em termos médios na Região do Norte e em Portugal. As 4 maiores empresas da região representam quase um terço do volume de negócios total da região.

A baixa natalidade de empresas no Alto Minho é acompanhada por uma reduzida mortalidade, quando comparada com outras Regiões NUTS III, sendo a taxa de sobrevivência a dois anos superior à registada na Região do Norte e em Portugal.

Em termos tecnológicos, importa referir que a proporção do VAB das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia é bastante superior à da Região do Norte e à de Portugal; pelo contrário, a proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia era inferior no Alto Minho em relação ao que se verificava na Região do Norte e em Portugal.

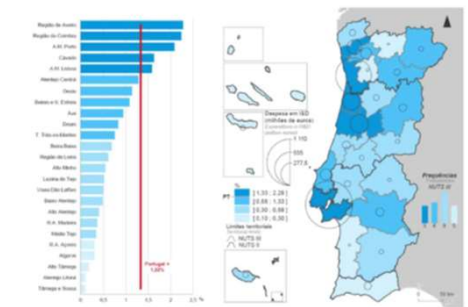
Um fator diferenciador no Alto Minho é a influência de empresas de capital estrangeiro no tecido económico, face ao que se verifica quer na Região do Norte e em qualquer outra das suas NUTS III, quer ao nível nacional.

As cinco atividades económicas com maior VAB - “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”, “Construção”, “Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis”, “Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos” e “Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos” – representam 48,6% do VAB total do Alto Minho.



9.5.1.c - Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB, Portugal e NUTS III, 2017
 9.5.1.c - Proportion of expenditure on research and development (R&D) in GDP, Portugal and NUTS 3, 2017

9.5.1.d - Despesa em I&D e proporção no PIB, NUTS III, 2017
 9.5.1.d - Expenditure on R&D and proportion in GDP, NUTS 3, 2017

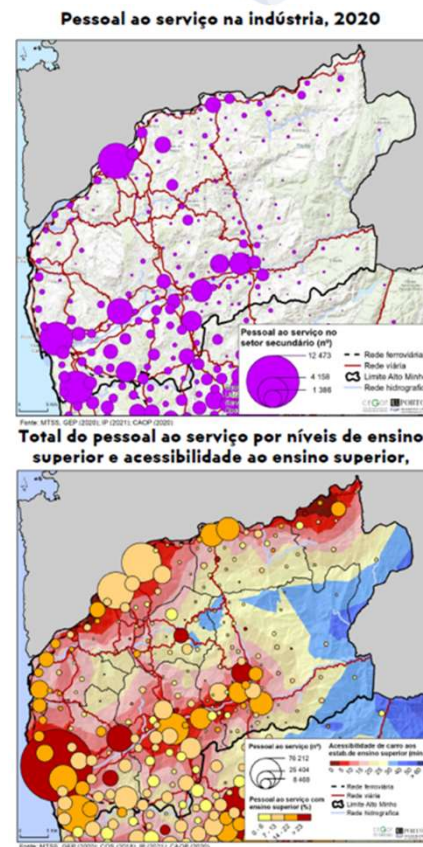
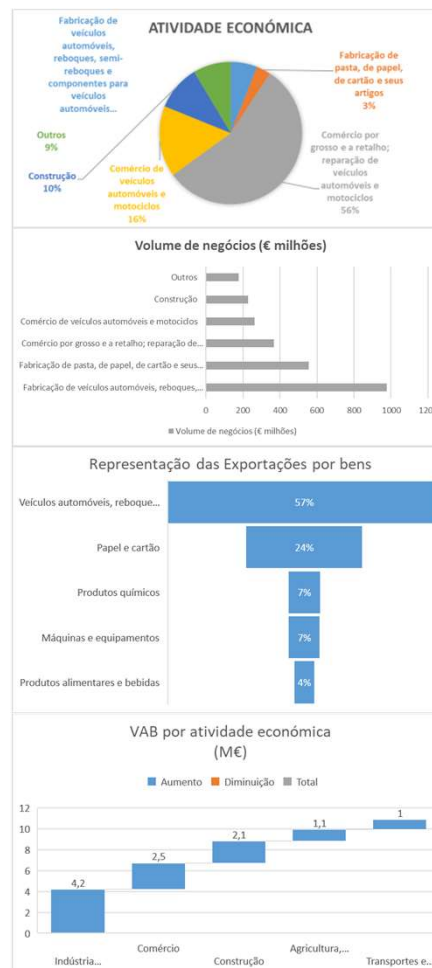


I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

E – Dinâmica Económica

Em suma, as dinâmicas empresarias e de inovação, criação de valor e produtividade e internacionalização, podem resumir-se da seguinte forma:

- Consolidação da estrutura produtiva sub-regional, com uma crescente afirmação industrial;
- Melhoria na capacidade da sub-região no que respeita à criação de valor, a qual se mantém contudo pouco expressiva no quadro regional e nacional, apesar dos seus níveis de produtividade serem similares aos da Região e do Continente (ex. em termos de produtividade aparente, o Alto Minho é a sub-região do Norte com a mais elevada produtividade ao nível da Indústria Transformadora, registando igualmente valores superiores à média regional nas Indústrias Extrativas e na Eletricidade, Gás e Água);
- Uma dinâmica de internacionalização muito positiva (crescimento de 66% nas exportações), aumentando a intensidade exportadora do Alto Minho (atingiu 49,1%), abrindo mais a sub-região ao exterior (84% de grau de abertura), aumentando a inserção da sua base produtiva em cadeias de valor internacionais, e conseguindo mesmo um superavit comercial superior ao da região Norte e ao do Continente (139,1% vs. 116,7% e 81,2%), em 2023.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

E – Dinâmica Económica

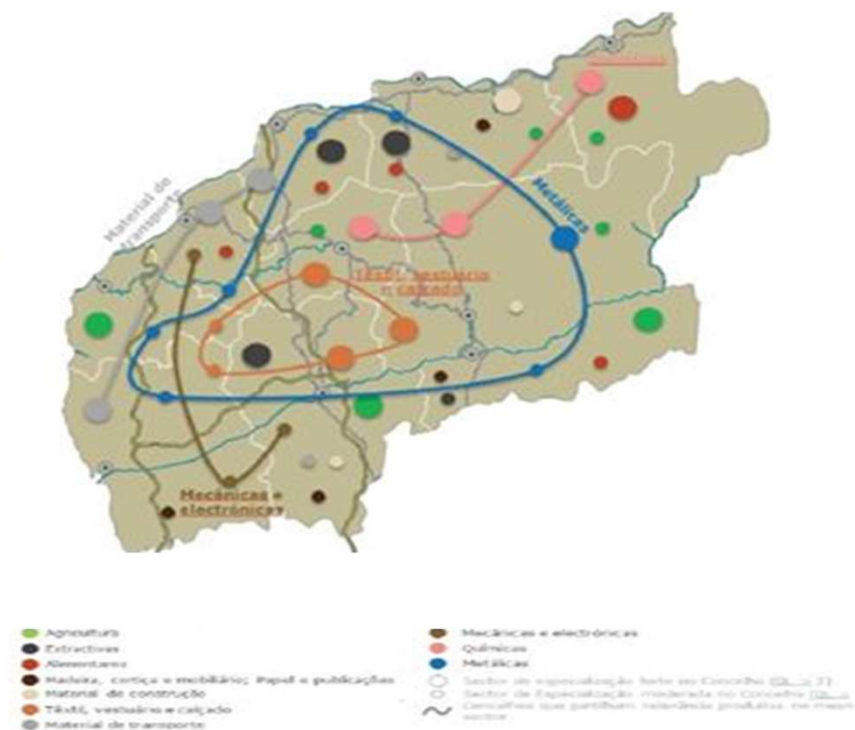
Em 2023, os cinco tipos de bens com maior volume financeiro de exportações representam 81,4% do total de exportações do Alto Minho. No Alto Minho cinco dos tipos de bens registam um quociente de localização superior a 200 em termos de volume financeiro de exportações quando comparados ao nível nacional.

Os “Materiais de Transportes” e as “Pastas de Madeiras ou de outras matérias fibrosas” registam saldos de exportações vs importações na ordem de 86 M€ no Alto Minho.

Na análise à articulação e relevância dos setores económicos no Alto Minho, a agricultura apresenta-se praticamente em todos os concelhos, quase sempre acompanhada da indústria alimentar. As indústrias extrativas têm a sua relevância nos municípios do centro da região, enquanto as atividades relacionadas com a madeira são relevantes nas áreas entre Valença e Viana do Castelo.

As indústrias têxteis localizam-se no centro do Alto Minho, enquanto as metálicas têm uma presença em praticamente todo o território.

As indústrias mecânica e eletrónica estão representadas mais junto ao litoral, por contraposição, as indústrias químicas têm maior relevância no nordeste do Alto Minho.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

E – Dinâmica Económica

A existência comprovada de recursos endógenos distintos no Alto Minho, e as dinâmicas económicas no território, demonstram a concentração geográfica de empresas que mantêm atividades produtivas e/ou comerciais dentro do mesmo setor. Conforme a tabela seguinte evidencia, estes clusters estão alinhados com as estratégias de especialização inteligente desenhadas para a região ou a articulação com o potencial económico global dos recursos naturais e do património, e assentam sobretudo nos setores primários e secundários, nomeadamente: Agroalimentar; Vitivinicultura; Floresta e Madeira; Economia do Mar; Energias Renováveis; Componentes do Automóvel; Metalomecânica; Turismo e Património.

A integração em cluster, e a sua dinamização e promoção, é um meio para que as empresas alcancem a internacionalização e economias de escala que não seria possível de outra forma. A formação de alianças estratégicas entre as empresas que desenvolvem a sua atividade no mesmo setor reduz a incerteza inerente ao mercado e ao negócio, e traduz-se em vantagens e ganhos comuns que não devem ser negligenciados.

Clusters/ Fileiras Estratégicas	Estratégia Alto Minho 2030		Setores da Atividade Económica		
	Setores Econ./ Património	Clusters de Espec. Intelig.	Primário [I]	Secundário [II]	Terciário [III]
Agroalimentar	■	■	■	■	
Vitivinicultura	■	■	■	■	
Floresta e Madeira	■		■	■	
Economia do Mar	■		■	■	
Energias Renováveis	■	■		■	
Componentes do Automóvel		■		■	
Metalomecânica		■		■	
Turismo e Património	■	■			■

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

E – Dinâmica Económica // Turismo

O Alto Minho é a terceira NUTS III da Região do Norte com maior procura turística em termos de número de “Dormidas”, de “Hóspedes” e de “Proveitos” (a seguir à AMP e ao “Cávado”), constituindo uma região com elevado potencial turístico sustentável, o qual se encontra concentrado na seguinte trilogia de recursos / ativos territoriais:

Natureza & Paisagem

O Alto Minho tem no seu território 4 áreas protegidas, salientando-se naturalmente o Parque Nacional da Peneda Gerês, o único Parque Nacional de Portugal, considerado pela UNESCO como Reserva Mundial da Biosfera, juntamente com o Parque de Xurés da Galiza.

O Alto Minho é a primeira NUTS III de Portugal Continental a ter o seu território integralmente coberto pelo galardão Carta Europeia de Turismo Sustentável, certificado atribuído pela Federação Europeia de Parques Nacionais e Naturais – Federação EUROPARC.

Em 2018, o Alto Minho passou a integrar a lista dos 100 melhores destinos sustentáveis do mundo (“Top 100 Sustainable Destinations 2018”).

Em 2018, o Alto Minho foi também reconhecido enquanto uma das primeiras “Estações Náuticas” de Portugal.

O Alto Minho possui atualmente uma rede de vias verdes cicláveis com a extensão total de 124 Km ao longo dos seus três eixos do Rio Minho, do Atlântico e do Rio Lima, bem como uma vasta rede de trilhos pedestres de excelência.

O Alto Minho tem 36 km de costa; 290 km de Grandes rios e 12 praias atlânticas distinguidas com galardão de “Qualidade de Ouro”, onde, com o apoio dos 45 operadores existentes na área da náutica & natureza, podem ser praticadas pelo menos 12 modalidades náuticas e 11 tipologias de atividades de turismo de natureza.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

E – Dinâmica Económica // Turismo

Património, Arte e Cultura

O Alto Minho é, em 2023, juntamente com a Área Metropolitana do Porto, a NUT III da Região Norte com mais Monumentos Nacionais classificados, num total de 54 imóveis classificados.

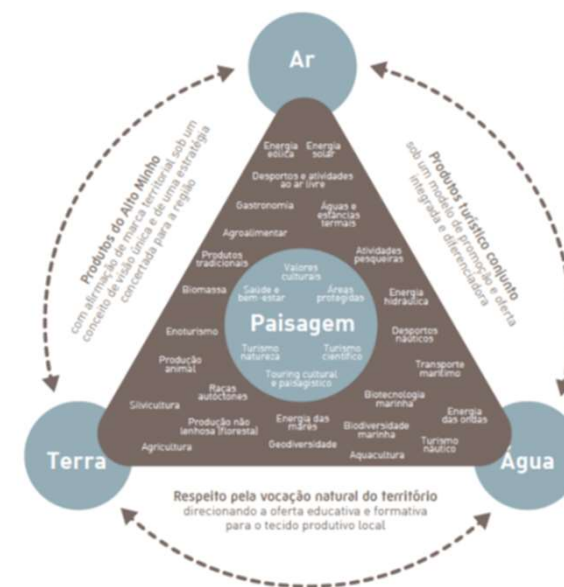
O Alto Minho integra os principais percursos do Caminho Português de Santiago, 1º itinerário Cultural Europeu aprovado pelo Conselho da Europa.

O Alto Minho integra no seu território 3 das 14 Aldeias finalistas das Sete Maravilhas (Sistelo, que venceu uma das categorias, Lindoso e Castro Laboreiro);

No Alto Minho são promovidos eventos culturais, artísticos e desportivos (mostras artísticas, feiras gastronómicas, festivais de música), que conferem ao território uma saudável diversidade de animação sociocultural, sendo de realçar ainda que alguns atingiram já uma projeção nacional e internacional, como é o caso da Bienal de Cerveira, dos festivais musicais de Paredes de Coura e Vilar de Mouros ou do Festival Internacional de Jardins de Ponte de Lima;

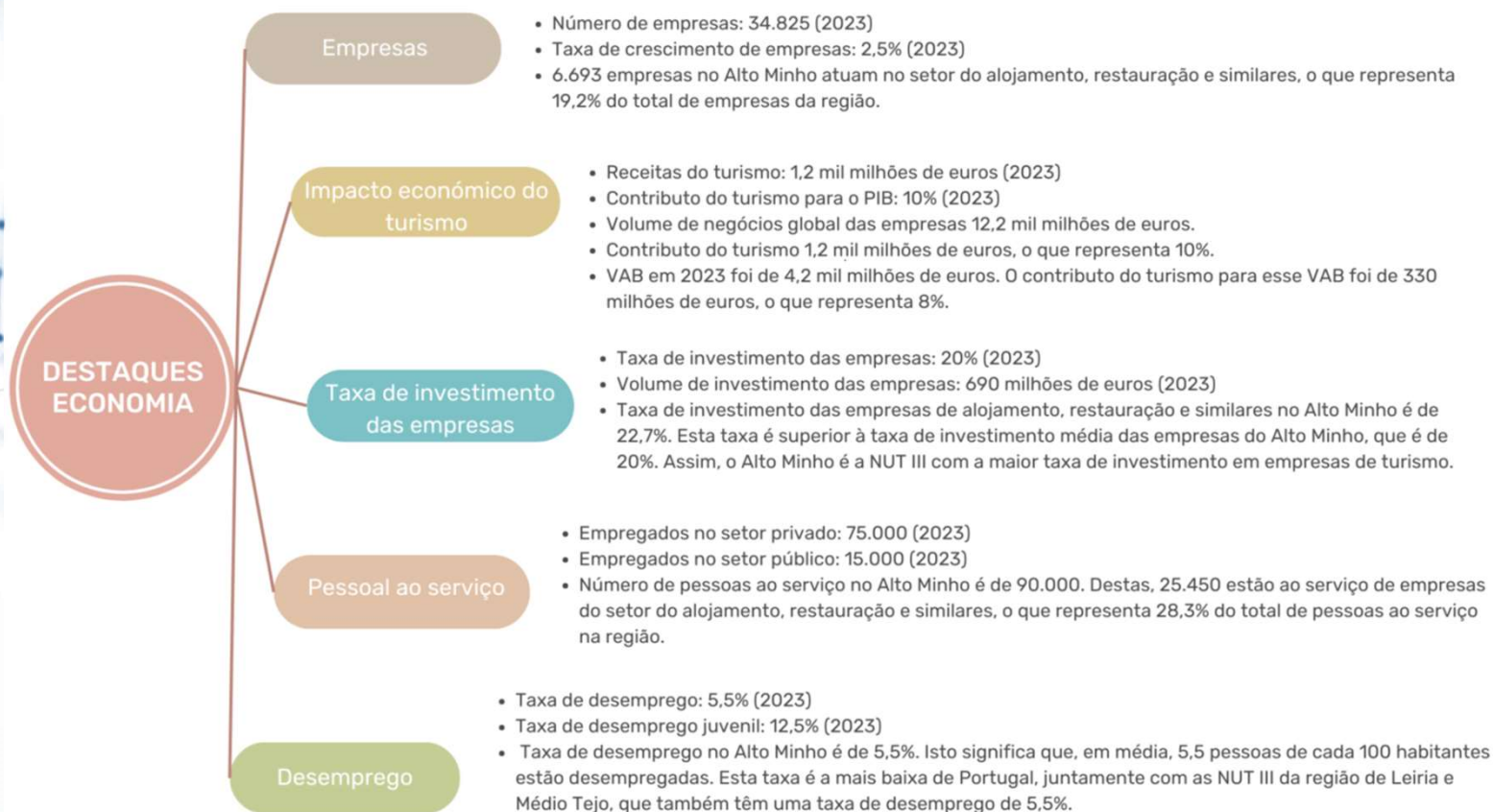
Sabores

O Alto Minho tem cerca de 240 restaurantes aderentes aos Fins de Semana Gastronómicos e 140 restaurantes aderentes à iniciativa de inovação gastronómica PROVE/TASTE Alto Minho, bem como um dos sete pratos (Cordeiro à moda de Monção) e dois dos sete doces (Charutos dos Arcos e Rosquinhas de Monção) vencedores dos Concursos das Sete Maravilhas;



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

E – Dinâmica Económica // Turismo



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

E – Dinâmica Económica // Turismo

De acordo com os dados mais recentes do INE, em 2023, a tipologia com maior número de alojamentos nos Empreendimentos Turísticos de Receção (TER) do Alto Minho foi "Casa de Campo", com 59,4% do total de alojamentos, sendo que situam-se 23% em Ponte de Lima, 20% em Arcos de Valdevez e 13% em Viana do Castelo.

Em 2023, existiam 3.825 unidades de alojamento e 7.771 camas no Alto Minho. Viana do Castelo foi o município com a maior capacidade de alojamento, com 2.043 camas, o que representa 25,8% do total.

De acordo com dados mais recentes do Turismo de Portugal, em 2023, o Alto Minho tinha 1.200 certificações ambientais de empreendimentos turísticos (ET), o que representa 23% do total de certificações ambientais do Norte. O Alto Minho e a Área Metropolitana do Porto (AMP) são as duas NUT III do Norte com mais certificações ambientais, ambas com 23%.

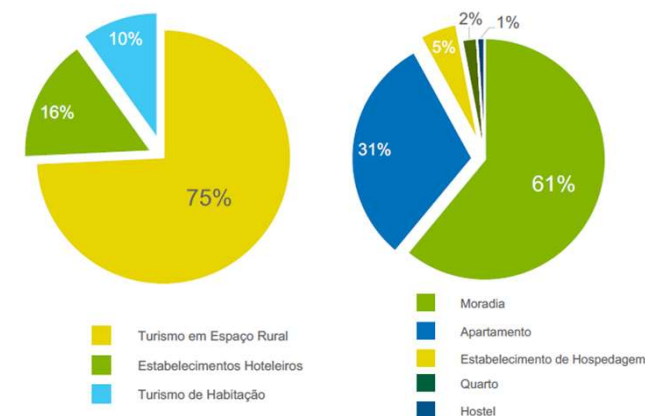
Em 2023, segundo dados do Registo Nacional de Turismo (RNT), o Alto Minho tinha 1.700 empreendimentos turísticos (ET), dos quais 255 foram inaugurados entre 2020 e 2022. Isto representa cerca de 15% do total de ET na região.

Quanto aos alojamentos locais, mesmo com a pandemia de COVID-19, os alojamentos locais continuaram a ser inaugurados. Em 2023, o Alto Minho tinha 1.853 alojamentos locais, o que representa um aumento de 18% em relação ao ano anterior. Em 2022, existiam 1.575 alojamentos locais, um aumento de 15% em relação a 2021. Em 2021, existiam 1.370 alojamentos locais, um aumento de 14% em relação a 2020.

Em 2019, o Alto Minho registou o maior número de dormidas e hóspedes. Em 2021, foram registadas 604 mil dormidas e 311 mil hóspedes, valores cerca de 25% abaixo dos verificados em 2019. Ainda assim, foi a 3ª NUT III do Norte com mais dormidas. Só entre janeiro e agosto de 2022, o Alto Minho já ultrapassou os resultados globais de 2021, sinal da retoma do turismo na região.

A estada média do Alto Minho situa-se nas 1,9 noites, valor que se mantém desde 2018. Em 2019, 40% das dormidas foram realizadas por estrangeiros (4 p.p. acima do valor de 2020).

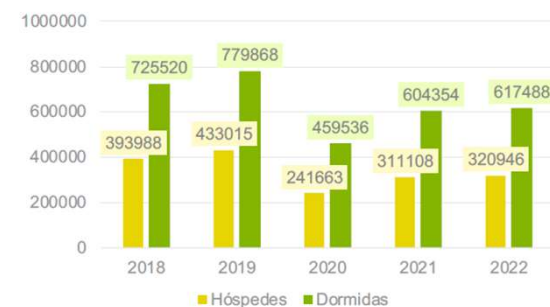
A recuperação do turismo no Alto Minho em 2022 é um sinal positivo para a região.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

E – Dinâmica Económica // Turismo

Em 2021, o Alto Minho registou proveitos de aposento de 25M€, um valor 33% superior a 2020. É a 3ª NUT III do Norte com mais proveitos. Em 2021, o RevPAR situou-se nos 25€, 3 euros abaixo do registo de 2019. Em média, o RevPAR do Alto Minho é inferior ao da região Norte e do país.



Nota: Dados de 2022, apenas compreendem o período entre janeiro e agosto



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

E – Dinâmica Económica // Setor Primário & recursos Endógenos

A agricultura constitui-se como um setor de extrema relevância quer para o tecido económico e social no Alto Minho, quer para a própria paisagem e serviços de ecossistema ambientais.

A expressão social da atividade agrícola no Alto Minho reflete-se no facto de 15 em cada 100 habitantes exercer atividade agrícola numa lógica familiar (este valor desce para 8/100 hab. no País). A atividade agrícola é tipicamente exercida em Portugal numa lógica onde predomina o emprego familiar, acentuando-se no Alto Minho, onde a proporção do emprego familiar no total do emprego agrícola é de 94% (superior à média nacional de 81%);

Os produtores agrícolas do Alto Minho apresentam um perfil envelhecido e com baixo nível médio de formação. A idade média é de 61 anos e apenas 5% têm formação superior. 37% dos produtores do Alto Minho assumem a atividade agrícola a tempo completo, exercendo os restantes 63% de produtores esta atividade numa lógica complementar à principal fonte de rendimentos;

De acordo com dados do Instituto Nacional de Viticultura e Enologia (IVV), o Alto Minho é igualmente uma região com invejáveis potencialidades para a produção de vinhos de grande qualidade, constituindo-se como um produto de extrema importância para a economia, num território com quase 10.000 produtores. O Vinho Verde é hoje destacadamente o segundo vinho mais exportado do país, assumindo inclusivamente a liderança em alguns mercados (tome-se como exemplo o mercado dos EUA onde o Vinho Verde representa 70% dos Vinhos Portugueses não licorosos exportados para aquele país). Dentro do Vinho Verde, um negócio de 80 milhões de euros/ano, 40% dos quais relativos a exportações.

Nº PRODUTORES

10 mil

VOLUME DE NEGÓCIOS

80 M€

% EXPORTAÇÕES

40%

MERCADOS DE EXPORTAÇÃO

EUA, Reino Unido,
França, Alemanha
e Brasil

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

E – Dinâmica Económica // Setor Primário & recursos Endógenos

Principais setores de atividade económica que conjugam a dimensão económica com o património dos recursos endógenos:



- Mais de 221 mil ha de solo, repartidos por 40% de matos, 31% de floresta e 22% de agricultura;
- Diversidade e qualidade dos produtos agroalimentares locais (vinho, gastronomia, doçaria, enchidos e fumeiro artesanais, carne de raças autóctones, laranja do Ermelo, broa de milho, plantas aromáticas, cogumelos, etc.);
- O setor da pesca e seus derivados é particularmente relevante em termos económicos e sociais para a região, havendo ainda potencial a explorar da aquacultura no território;
- Boas condições naturais para a produção de energia de fontes alternativas renováveis (hídrica, eólica, biomassa, solar e das marés).

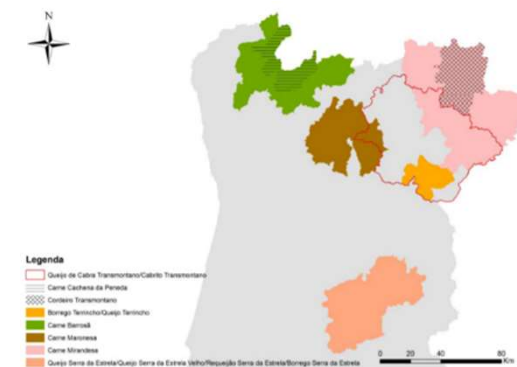


Figura 1 – Produtos DOP gerados pelos sistemas em análise.

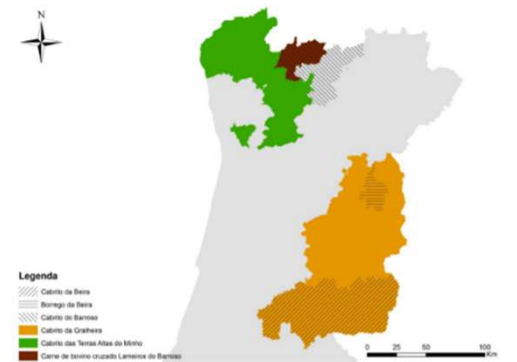


Figura 2 – Produtos IGP gerados pelos sistemas em análise.

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

E – Dinâmica Económica // Setor Primário & recursos Endógenos

Em 2023, segundo dados da Comissão Europeia, os recursos naturais e o “verde” dominam também a imagem projetada pelo Alto Minho e marcam a sua identidade, diversidade e diferenciação, ressaltando as áreas de paisagem protegida – na Rede Natura 2000, cerca de 18% do território está afeto a ZPE (ao abrigo da Diretiva Aves) e 27% a SIC (ao abrigo da Diretiva habitats).

Potencial Económico dos Recursos Endógenos

É um setor de extrema relevância para o tecido económico e social no Alto Minho, assim como para a própria paisagem e serviços de ecossistema ambientais. Em 2023, os 72 mil ha de superfície agrícola utilizada ocupam 34% da área total do Alto Minho. A expressão social da atividade agrícola = 15 em cada 100 habitantes exerce atividade agrícola em lógica familiar (o valor desce para 8/100 hab. no País). Os produtores agrícolas = perfil envelhecido ($\mu=61$ anos) e com nível baixo de formação.

Região com potencial para a produção de vinhos de grande qualidade, sendo um produto de extrema importância para a economia, num território com quase 10.000 produtores. O Vinho Verde (80 milhões de L/ano) é hoje em dia, o 2º vinho mais exportado do país, assumindo a liderança em alguns mercados (EUA, representa 70% Vinhos Portugueses não licorosos exportados).

A valorização económica da riqueza do coberto florestal da região é limitada: o setor emprega apenas 3% do emprego do AM (≈ 1.600 trabalhadores).

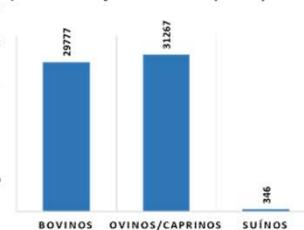
O cadastro e a certificação florestal impõem-se como medidas “sine qua non” da exploração e usufruto sustentável.

Distribuição percentual por Concelho do efetivo de Bovinos, Ovinos/Caprinos e Suínos.

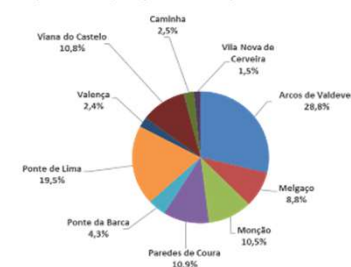


Dados cedidos pela DGAV à data de 26/01/2022

A) Distribuição numérica por espécie



B) Distribuição percentual por Concelho



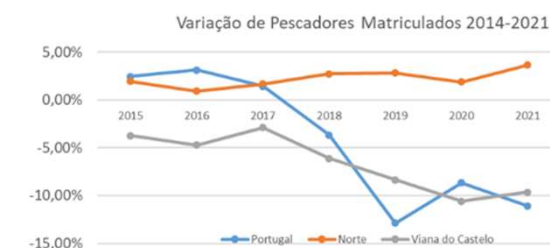
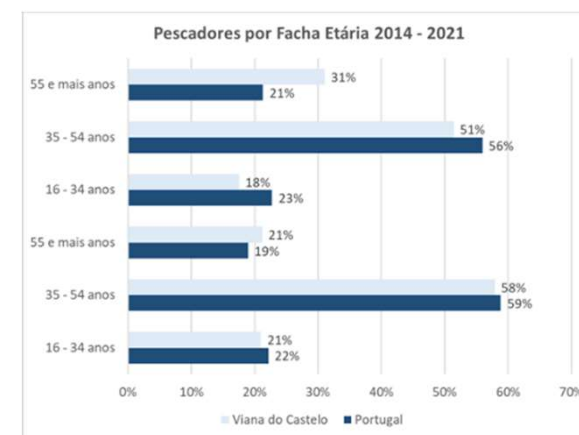
I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

E – Dinâmica Económica // Setor Primário & recursos Endógenos

De acordo com dados de 2023, do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM), passando agora à análise da atividade piscatória, constata-se que a posição geoestratégica e a morfologia do Alto Minho conferem ao setor das pescas uma importância decisiva para a valorização da rede hidrográfica da região. No Rio Minho, em particular, a atividade pesqueira, de natureza sazonal, envolve espécies como o meixão, a enguia, a lampreia, o salmão ou o sável, que servem de complemento à atividade principal dos agregados familiares. Estas atividades, a par das atividades agrícolas, devem ser objeto de uma estratégia de profissionalização capaz de fixar população no território. As capturas nominais de pescado no porto de Viana do Castelo atingiram, em 2023, um volume de cerca de 2.500 toneladas e um valor de 10 milhões de euros, representando cerca de 11% e 22%, respetivamente, da Região Norte.

Em 2021 estavam registados no Porto de Viana do Castelo 879 pescadores, isto é, menos 90 indivíduos (-9,29%) face a 2014. A faixa etária dominante dos pescadores matriculados em 2021 era a de “35 a 54 anos” (51% do total). Entre 2014 e 2021, assistiu-se ao envelhecimento dos pescadores matriculados no Porto de Viana do Castelo, passando a faixa etária dos 16 aos 34 anos de 21 % em 2014 para 18 % em 2021, registando no mesmo período, e paralelamente, um aumento da população da faixa etária dos 55 e mais anos de 21% para 31%.

O Norte tem uma representatividade no número de pescadores matriculados de 31,07% no total de pescadores em Portugal, sendo a representatividade dos pescadores matriculados em Viana do Castelo de 5,89% em 2021. De notar, contudo, que esta representatividade tem vindo a aumentar passando de 5,43% em 2014 para os atuais 5,89% em 2021.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

E – Dinâmica Económica // Setor Primário & recursos Endógenos

Relativamente aos pescadores matriculados no Porto de Viana do Castelo por segmento de pesca, verifica-se uma concentração na pesca polivalente, e uma concentração acima da média nacional de pescadores de “Águas Interiores não Marítimas”, cujo peso relativo cresceu no período de 2014 a 2021, passando de 40% para 43%. Viana do Castelo é o 2º maior Porto de Pesca em número de Pescadores matriculados em “Águas Interiores não Marítimas”, a seguir ao Porto de Aveiro, com 826 Pescadores Matriculados.

Em 31 de dezembro de 2021, estava registada no Porto de Viana do Castelo uma frota de pesca composta por 529 embarcações com uma arqueação bruta de 7.482 GT e uma potência propulsora de 7.482 kW. Esta situação reflete um decréscimo do número de embarcações em 19,24% (-126 unidades), um ligeiro decréscimo (-2,44%) da arqueação bruta (GT) e da potência (kW) (-1,12%), face a 2014.

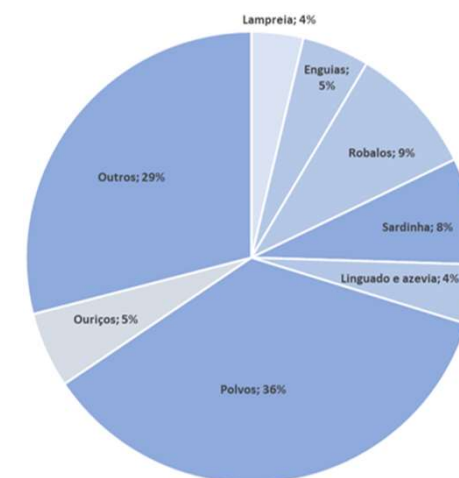
Não obstante o quadro traçado que evidencia a redução do n.º de pescadores, de embarcações, de arqueação bruta e potência das embarcações, assiste-se a um aumento significativo da tonelagem de pesca que passa de 2.081 toneladas (t) em 2014, para 2.886 (t) em 2021, o que representa um aumento de cerca de 36,68%.

No mesmo sentido e com mais expressão, assiste-se a um crescimento do valor nominal do pescado (face às baixas taxas de inflação no período 2014/2021 representa um crescimento real bastante significativo), que passa dos 6,074 M€ para os 10,300 M€, o que representa um crescimento de 69,6% no valor nominal do pescado transacionado.

De notar ainda que, apesar da redução das capturas em toneladas registada relativamente a algumas espécies, com sejam, pescados de águas doces e salobras, e de molúsculos, o seu valor acrescentado aumentou.

Em termos relativos, salienta-se que o crescimento do valor, no Porto de Viana do Castelo, entre 2014 e 2021 é sempre superior à média nacional e da Região do Norte, o que pode levar a concluir por uma maior valorização do pescado na região ou capturas de espécies de maior valor acrescentado.

Percentagem de pescado por espécies (€)



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

E – Dinâmica Económica // Especialização Inteligente

Na análise do contributo potencial do Alto Minho para a estratégia de especialização inteligente da Região do Norte deve começar por se assinalar a existência neste território de uma realidade desfavorável face à da Região Norte e do próprio País. De facto, no Alto Minho existe um contexto relativamente incipiente e/ou embrionário de inovação articulada, o que tem expressão, por exemplo, no facto do investimento em I&D em% do PIB, apesar da evolução positiva registada, continuar a situar-se bastante aquém dos valores para o país e para a região Norte. Para tal concorre, entre outros, o facto do tecido empresarial instalado se caracterizar por uma grande atomização (essencialmente micro e pequenas empresas) ou a limitada articulação entre as instituições científicas e tecnológicas e o tecido empresarial, que na atualidade suporta a grande fatia da despesa realizada.

Deve contudo referir-se, por um lado, o facto do Alto Minho ser dotado de um conjunto de recursos e aptidões com bastante potencial de valorização económica. Assim, a fileira florestal, o setor agroalimentar, a economia do mar e as energias renováveis (hídrica eólica, biomassa e das marés) representam setores de atividade económica que concretizam a lógica da conjugação da dimensão económica com o património dos recursos naturais, um dos aspetos centrais da estratégia de desenvolvimento estabelecida para o território.

Estratégia de inovação articulada com o racional de desenvolvimento regional, cujos domínios de especialização inteligente: i) baseada na realidade da Região e nas principais tendências internacionais e ii) articulada com o Conselho Regional Inovação do Norte.

Sistema Regional de Inovação territorialmente desequilibrado que importa equilibrar através do Alto Minho:

- Centro de Interface Tecnológica Industrial;
- Centro Tecnológico de inovação em energias e tecnologias oceânicas;
- Centro de Tecnologia e Inovação do Agroalimentar.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

Análise prospetiva

A análise prospetiva do Alto Minho é agora sintetizada numa matriz SWOT que conjuga elementos estatísticos, resultados de reuniões de trabalho, sensibilidade das visitas ao terreno e incorporação dos contributos que resultaram das conferências e debates-workshops temáticos realizados ao longo de todo o processo de construção da Estratégia Alto Minho 2030;

A figura seguinte sintetiza as principais características do território que constituem forças e oportunidades com capacidade para atenuar as fraquezas e ameaças com que a região se depara, numa lógica de abordagem ditada pelos desígnios temáticos da Estratégia Alto Minho 2030 enquanto critérios de análise dirigida da região;

Esta não é, portanto, uma análise SWOT exaustiva, antes seletiva, que efetua uma leitura do diagnóstico prospetivo dirigida pelos desígnios temáticos adotados, com o objetivo de identificar as forças e oportunidades da região que têm capacidade de colmatar as respetivas fraquezas e ameaças.



I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

FORÇAS

Qualidade e diversidade dos recursos endógenos
Boas condições naturais para a produção de energias alternativas renováveis
Vocação para as atividades ligadas ao setor primário
Diversidade e qualidade dos produtos locais

Excelência dos valores naturais e ecológicos
Parque Nacional da Peneda-Gerês: reserva da biosfera
Ruralidade moderna como símbolo da singularidade do território, que conjuga a memória e a herança do passado com a excelência de um cosmopolitismo rural
Eventos e iniciativas de projeção nacional e internacional

Boas acessibilidades e posição geoestratégica privilegiada para o investimento, pela relação de proximidade com a Galiza
Cobertura do território, dos parques empresariais e dos municípios, por infraestruturas de nova geração
Elevado grau de abertura da região e elevada intensidade exportadora

Património natural e zonas protegidas
Biodiversidade - espécies hortofrutícolas e raças autóctones
Mosaico verde da paisagem e identidade marcadamente rural
Centros históricos e qualidade de vida

FRAQUEZAS

Estrutura fundiária caracterizada pelo minifúndio e ausência de cadastro
Atividades ligadas ao setor primário percebidas como "menos dignas e desprestigiantes"
Formação profissional com necessidade de melhorar a adaptação às carências efetivas do tecido empresarial

Limitada relação funcional entre as zonas urbanas e os territórios de génese rural
Dificuldades na valorização económica dos recursos endógenos
Desequilíbrio entre os recursos e o seu potencial de aceitação pelo mercado

Debilidade do transporte público e de uma efetiva intermodalidade
Cultura de trabalho em rede com margem de progresso
Excentricidade da região em relação aos canais de difusão de informação relevantes

Perfil de emprego pouco qualificado
Fragilidade do sistema regional de inovação
Articulação de respostas sociais com margem de progresso
Articulação supramunicipal do acolhimento e incubação empresarial com margem de progresso
Espírito empreendedor frágil

■ Uma região que cria emprego e gera riqueza
 ■ Uma região para viver, visitar e "investir"
 ■ Uma região ligada à Europa e ao mundo
 ■ Uma região capaz de se adaptar à mudança

I.2. Diagnóstico Síntese & Análise SWOT

OPORTUNIDADES

Valorização dos recursos endógenos orientada para a criação de emprego e riqueza
 Dinamização de atividades na orla costeira e nos rios
 Circuitos curtos de comercialização dos produtos locais
 Capitalização da experiência na produção de energias renováveis
 Cooperação transfronteiriça de base setorial com os principais clusters da Galiza

Desenvolvimento de produtos e atividades orientados para o turismo de natureza
 Preservação do património natural, histórico e cultural
 Promoção do modelo de vivência "urbano" em perfeita articulação e proximidade com o "verde"
 Conjugação de recursos e vocações, atividades logísticas e produtivas

Aumento dos passageiros no aeroporto do Porto
 Novo terminal de cruzeiros do porto de Leixões
 Estruturação de relações funcionais e recíprocas com os territórios de proximidade
 Novas tecnologias e plataformas de comunicação
 Proximidade ao triângulo desenhado pelas áreas metropolitanas do Porto, Braga/Guimarães e Vigo

Qualificação dos recursos humanos para a resposta social e promoção do envelhecimento ativo
 Modelo de concertação social alargado
 Aliança positiva entre as atividades económicas e a conservação da natureza
 Articulação do sistema de ensino com os centros de produção e difusão de conhecimento

AMEAÇAS

Limites da exploração dos recursos endógenos - exigências de preservação e promoção da sustentabilidade
 Equilíbrio entre a preservação dos recursos naturais e a sua valorização económica
 Dependência do mercado regional Norte-Galiza, com reflexos mais acentuados em contextos de crise

Perda de população e tendência de envelhecimento com reflexos na dimensão da bolsa de mão de obra disponível no futuro
 Predomínio do uso extensivo do solo rural gera produtividades decrescentes e conseqüente abandono dos terrenos agrícolas e excessiva concentração populacional nas zonas urbanas

Níveis salariais praticados dificultam a fixação e atração de mão de obra qualificada
 Elevada concentração do comércio internacional no mercado comunitário, com maior preponderância de Espanha, gera uma maior vulnerabilidade aos ciclos económicos da União Europeia

Esvaziamento do mundo rural pela ausência de serviços de proximidade e ofertas de emprego capazes de fixar e/ou atrair população
 Perfil do emprego e especialização colocam entraves à mobilidade de talentos
 Processos produtivos com fracas exigências ambientais

■ Uma região que cria emprego e gera riqueza
 ■ Uma região para viver, visitar e "investir"
 ■ Uma região ligada à Europa e ao mundo
 ■ Uma região capaz de se adaptar à mudança

I.3. Missão & Visão



integradora e mobilizadora

I.3. Missão & Visão

A ESTRATÉGIA “ALTO MINHO 2030” constitui assumidamente uma estratégia de continuidade em relação à Estratégia Alto Minho 2020 (face aos bons resultados alcançados), refletindo os contributos de um processo participado e inclusivo dos diferentes atores regionais ao longo dos seminários, focus-group e concursos realizados, com o objetivo de construir uma estratégia de desenvolvimento de base territorial que prepare um "futuro desejável" para a região.

Uma estratégia assente no respeito por um passado com identidade. A estratégia de desenvolvimento, assumidamente regional e baseada numa abordagem “bottom-up”, dá prioridade à promoção da transmunicipalidade pela criação de parcerias alargadas de coordenação, cooperação e concertação de iniciativas, identificando quatro desígnios temáticos aplicados ao caso concreto do Alto Minho:

- Uma região competitiva que cria emprego e gera riqueza.
- Uma região atrativa para viver, visitar e investir.
- Uma região conectada, ligada à Europa e ao mundo.
- Uma região resiliente, capaz de se adaptar à mudança.

I.3. Missão & Visão

DA VISÃO AO PLANO GLOBAL DE AÇÃO

Visão aceite e partilhada pelos agentes sociais, económicos, institucionais e culturais da região que exprime o território desejado no horizonte 2030.

Prioridades estratégicas que procuram responder aos principais desafios que se colocam à região e desenhar o caminho que se deseja percorrer em direção à visão projetada.

Governança como elemento central para garantir a operacionalização.

Plano Global de Ação para operacionalizar a estratégia tendo por base o levantamento dos projetos estruturantes a realizar junto dos protagonistas regionais (públicos, associativos e empresariais) para proceder à concertação e enquadramento das prioridades estratégicas para a região.

A VISÃO "ALTO MINHO 2030"

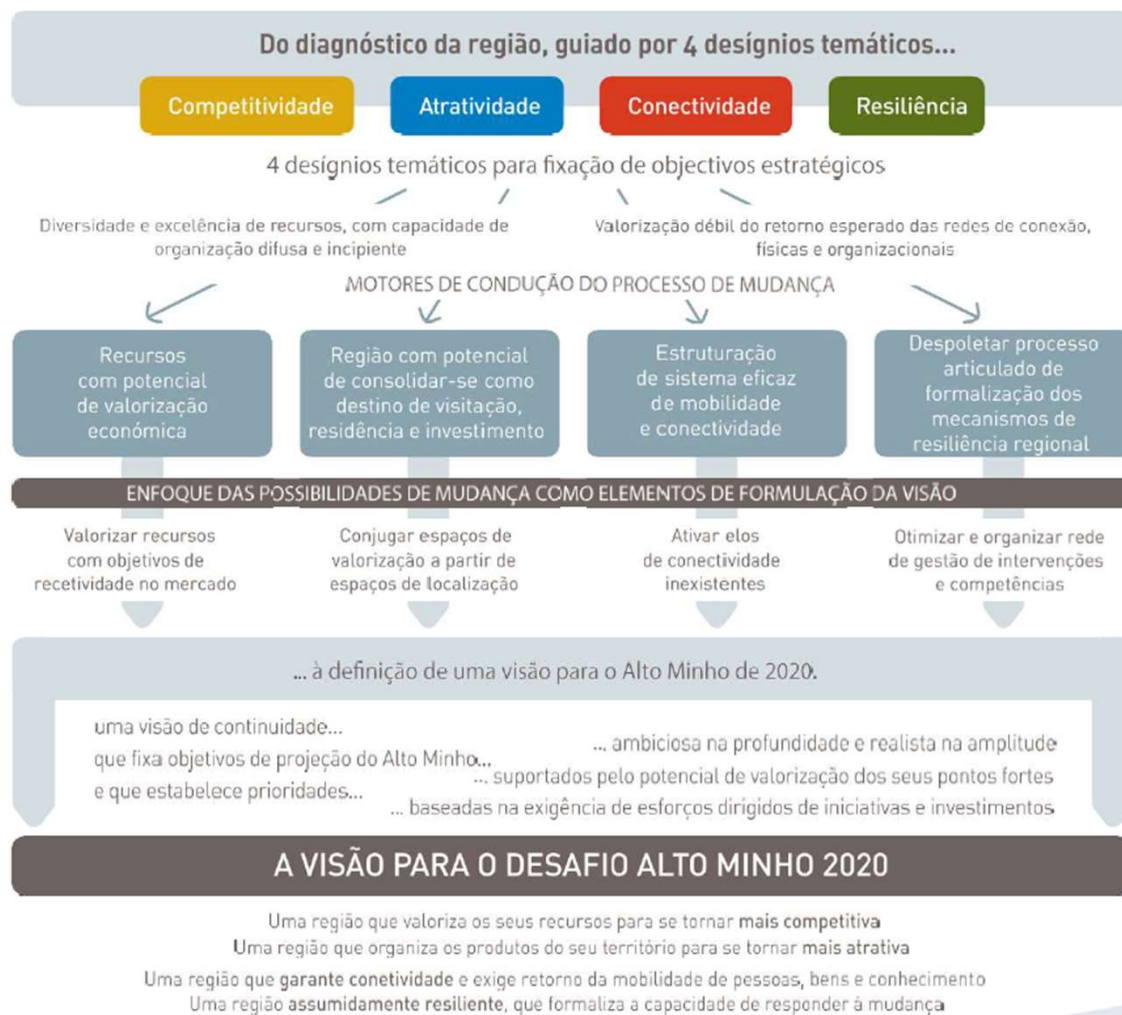
Uma região que valoriza os seus recursos para se tornar mais competitiva.

Uma região que organiza os produtos do seu território para se tornar mais atrativa.

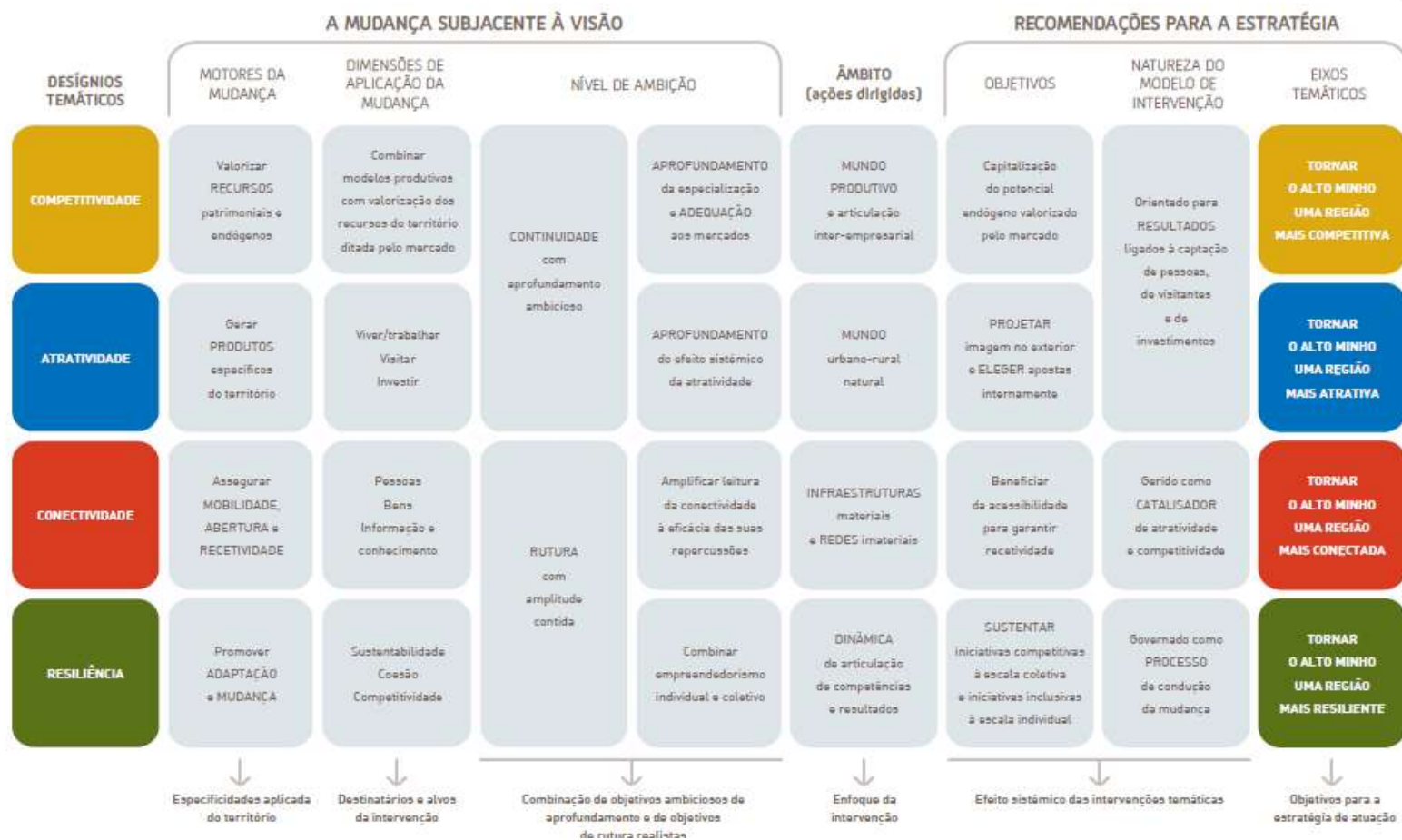
Uma região que garante conectividade e exige retorno da mobilidade de pessoas, bens e conhecimento.

Uma região assumidamente resiliente, que formaliza a capacidade de responder e adaptar-se à mudança.

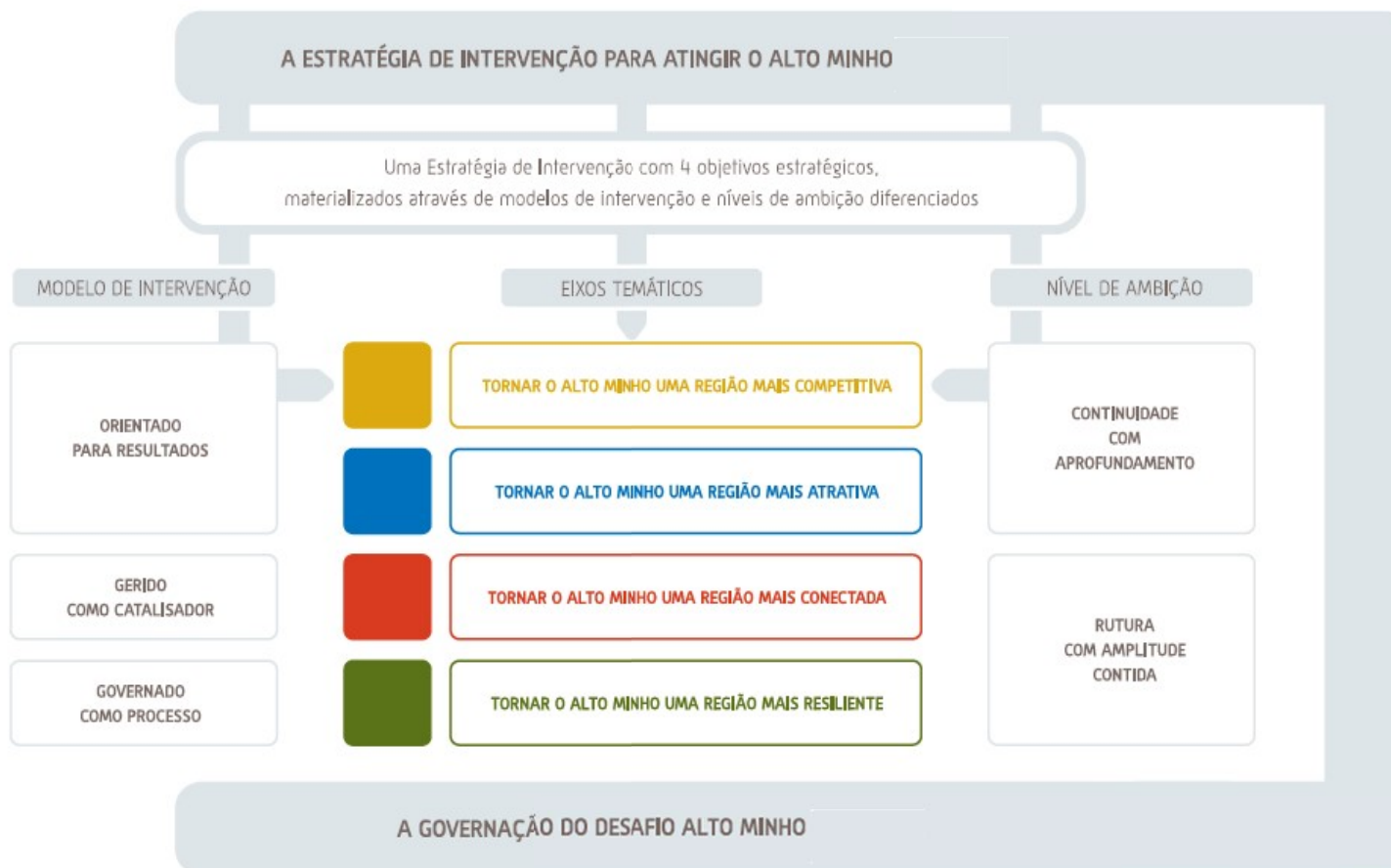
I.3. Missão & Visão



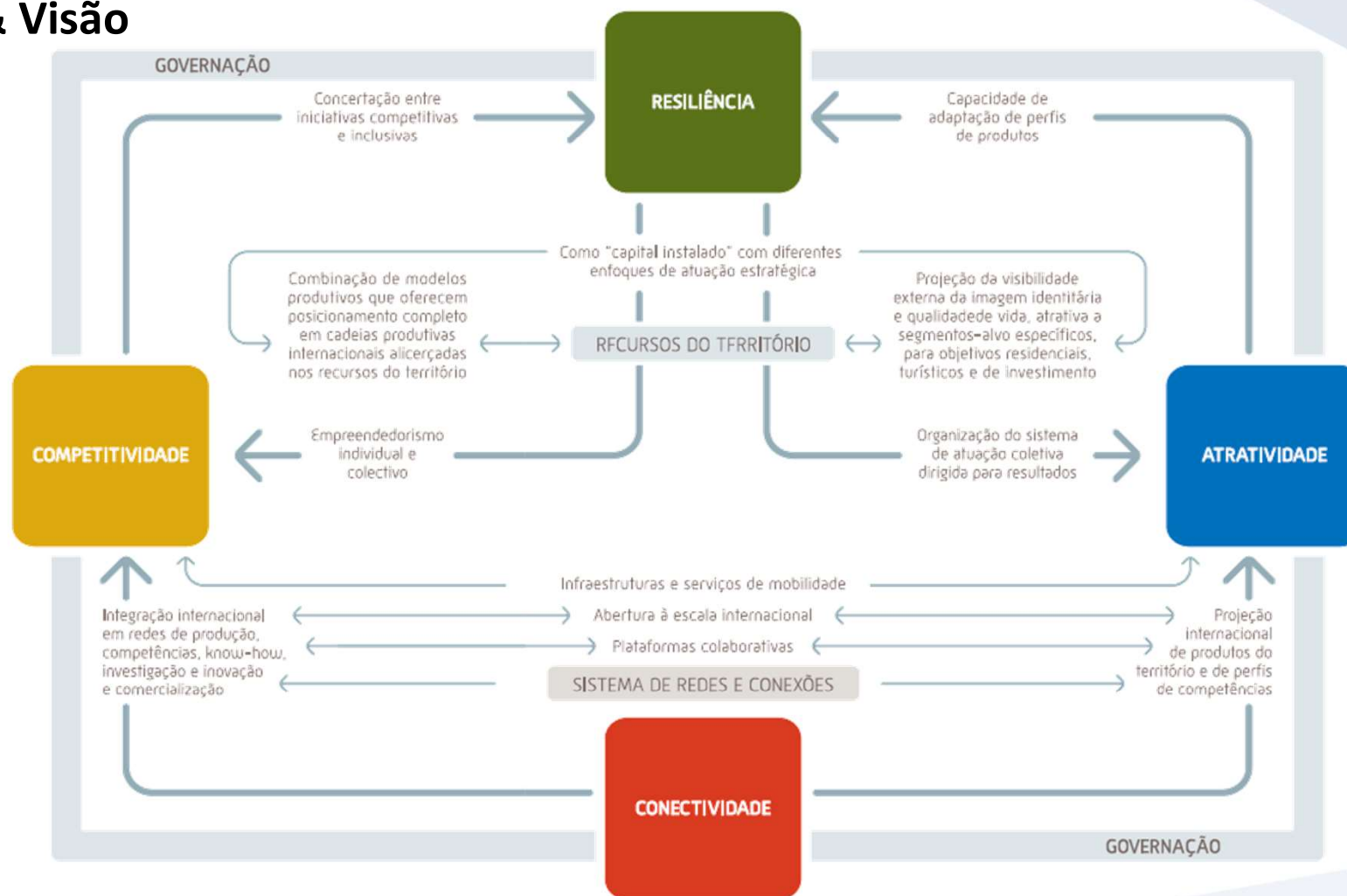
I.3. Missão & Visão



I.3. Missão & Visão



I.3. Missão & Visão



1.4. Eixos Temáticos de Intervenção



especializar, focar e estruturar

1.4. Eixos Temáticos de Intervenção

UMA ESTRATÉGIA COM 4 EIXOS TEMÁTICOS (Competitividade; Atratividade; Conetividade; Resiliência)

Eixo Temático 1

Tornar o Alto Minho uma região mais competitiva

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1.1 Valorizar os recursos endógenos como critério de afirmação competitiva

1.2 Articular a base competitiva regional e setorial

1.3 Atrair população jovem e promover hábitos saudáveis (população do futuro)

Eixo Temático 2

Tornar o Alto Minho uma região mais atrativa

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2.1 Estruturar produtos de localização residencial

2.2 Estruturar produtos turísticos

2.3 Estruturar produtos de localização empresarial

2.4 Promover a atratividade global

Eixo Temático 3

Tornar o Alto Minho uma região mais conectada

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

3.1 Conjugar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de pessoas

3.2 Conjugar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de bens

3.3 Conjugar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de conteúdos

3.4 Promover a abertura à escala internacional e o estabelecimento de plataformas colaborativas

Eixo Temático 4

Tornar o Alto Minho uma região mais resiliente

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

4.1 Promover a resiliência por via da sustentabilidade

4.2 Promover a resiliência por via da coesão

4.3 Promover a resiliência por via da competitividade

1.4. Eixos Temáticos de Intervenção

EIXO TEMÁTICO competitividade

■ Pertinência

A pertinência atribuída à melhoria da competitividade do Alto Minho é validada pelo reconhecimento do potencial dos recursos endógenos do território, como base para a capitalização de vocações produtivas (re)orientadas para as exigências que as dinâmicas de competição global impõem, bem como pelo desenvolvimento do posicionamento geográfico do Alto Minho enquanto elemento ativo e central na articulação empresarial, social e cultural entre a Galiza e o Norte de Portugal.

■ Enfoque

A riqueza dos recursos endógenos da região permite elencar um conjunto de recomendações estratégicas que se prendem com o desenvolvimento de uma base de atividades associadas a estes recursos, que acompanhem as tendências internacionais de incorporação de conhecimento e inovação nos processos produtivos e nos próprios modelos de negócio, e pelo envolvimento mais profundo e alargado da região em redes de produção global.

■ Objetivos específicos

► VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS

A paisagem do Alto Minho constitui-se como o motor de valorização dos recursos do território, pelo efeito gerado nos elementos "água", "ar" e "terra" que se consubstancia no desenvolvimento de atividades relacionadas, assente numa lógica de continuidade e aprofundamento sustentável das vocações produtivas da região que pretende afirmar a marca "Alto Minho" através de uma oferta integrada e diferenciadora.

► ARTICULAÇÃO DA BASE COMPETITIVA REGIONAL E SETORIAL

A definição de uma estratégia de articulação da base setorial do Alto Minho com os principais clusters da Galiza assume um papel decisivo no que respeita à afirmação competitiva da região, num quadro de criação de sinergias, exploração de complementaridades e partilha de riscos.

A inserção dos agentes económicos do Alto Minho nas redes de produção globais deve ser entendida como um processo dinâmico e continuado de afirmação competitiva pelos ativos especializados e pela projeção global que decorre da capacidade em produzir ou incorporar conhecimento e construir produtos diferenciadores.



1.4. Eixos Temáticos de Intervenção

Competitividade: da mudança preconizada à fixação de objetivos específicos



1.4. Eixos Temáticos de Intervenção

EIXO TEMÁTICO atratividade

■ Pertinência

Necessidade de valorização das características intrínsecas do Alto Minho enquanto argumentos que contribuem para a melhoria da atratividade global da região, assente numa lógica que privilegia a adequação da oferta às novas dinâmicas da procura, capaz de tornar o Alto Minho um destino desejado por turistas e visitantes, um território estimado e cobijado pelos atuais e futuros residentes e um espaço apetecível para investidores e empresários.

■ Enfoque

A estratégia para a promoção da atratividade do Alto Minho assenta nas dimensões "viver", "visitar" e "investir", para as quais se propõe a definição de produtos a estruturar em função de resultados passíveis de atingir e à luz das condições que a região oferece.

A construção dos produtos pretende: (i) garantir a organização das condições de oferta, na definição do que podem ser os produtos residencial, turístico e empresarial do Alto Minho; (ii) promover o encontro da oferta com a procura, na articulação entre a vocação da região e o seu ajuste num produto e (iii) identificar os mecanismos catalisadores desta estratégia.

■ Objetivos específicos

▶ PRODUTOS DE LOCALIZAÇÃO RESIDENCIAL

Valorizam as sinergias de soluções residenciais cruzadas e diferenciadas num conceito de vida urbano-rural, que enfatiza o efeito marcante do rural no Alto Minho.

▶ PRODUTOS TURÍSTICOS

Valorizam as sinergias da experiência associada à fruição do património, na sua apropriação máxima enquanto espaço de valorização e não apenas enquanto espaço de localização desse património.

▶ PRODUTOS DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL

Valorizam as sinergias da combinação de vantagens competitivas como forma de acentuar a vantagem preferencial de localização empresarial no Alto Minho e de captação de investimentos centrados na valorização económica dos recursos da região.

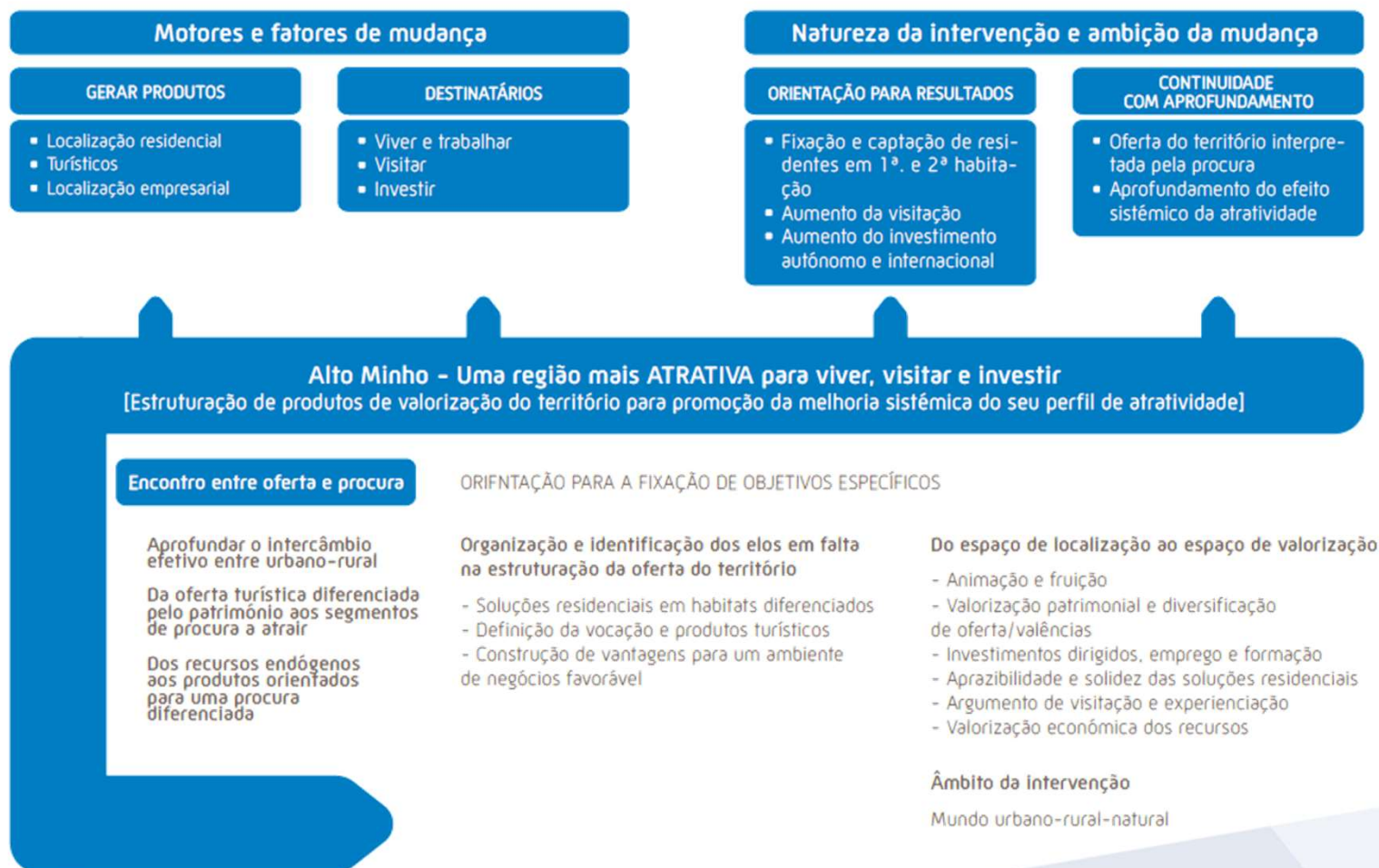
▶ ATRATIVIDADE GLOBAL

Produtos beneficiam das sinergias do território e dos efeitos sistémicos que resultam da interação entre o mundo urbano e o mundo rural-natural e das dinâmicas cruzadas entre as características intrínsecas do território.



1.4. Eixos Temáticos de Intervenção

Atratividade: Da mudança preconizada à fixação de objetivos específicos



1.4. Eixos Temáticos de Intervenção

EIXO TEMÁTICO conectividade

■ Pertinência

Necessidade de construção e desenvolvimento de um conjunto coeso e articulado de ligações físicas e imateriais no Alto Minho que contribuam para a efetiva integração do território nas dinâmicas da globalização, capacitando empresas (para a internacionalização), instituições (para que se insiram e assumam protagonismo em redes de informação e conhecimento relevantes) e pessoas (para o exercício e afirmação plena da sua cidadania).

■ Enfoque

Garantir diferentes mobilidades (de pessoas, de bens e de conteúdos de informação e conhecimento), eficazes enquanto objetivo final (transporte e pendularidade) e instrumental (integrado em roteiros turísticos).

Conjugar escalas de conexão territoriais e institucionais, incorporando a valorização de critérios diferenciados.

Passar do potencial de acessibilidade (disponibilidade de infraestruturas e serviços de mobilidade) à receptividade efetiva (utilização com ocorrência de benefícios derivados).

■ Objetivos específicos

▶ PESSOAS

Conjugação do padrão de coesão territorial entre cidades, vilas e mundo rural, com os seus elementos de atratividade patrimonial, cultura e recursos, onde a conexão de informação determina a eficácia dos efeitos desejados de abertura e internacionalização.

▶ BENS

Ligação entre o benefício que as instituições científicas e tecnológicas podem acumular sobre os recursos valorizados no território, onde a conexão de conhecimento alarga o potencial de inserção produtiva e de atratividade da região à escala internacional.

▶ CONTEÚDOS

Otimização do encaixe internacional dos recursos patrimoniais, associada à apropriação e difusão de uma imagem forte do Alto Minho e pela internacionalização ditada pelo mercado, que exige patamares internacionais de serviço e produção.

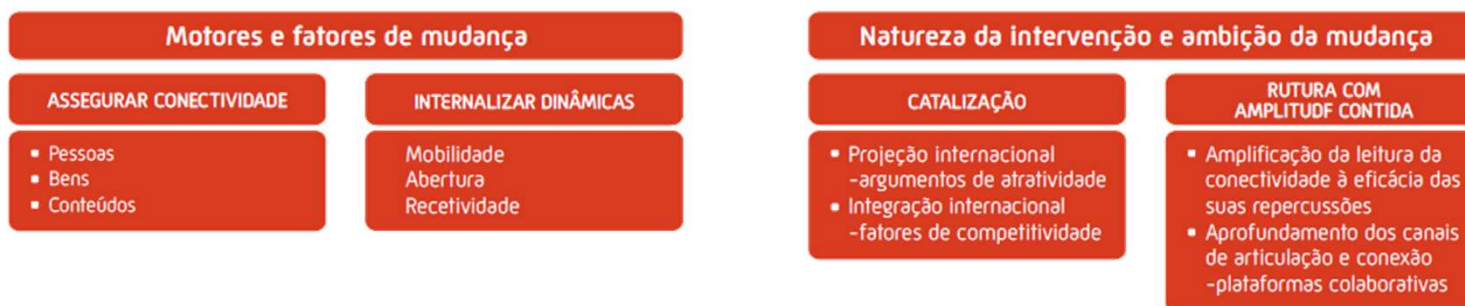
▶ PLATAFORMAS COLABORATIVAS

Criação de sinergias pelo desenvolvimento dos "corredores" de conectividade partilhados, que permitam adquirir dimensão crítica.



1.4. Eixos Temáticos de Intervenção

Conectividade: Da mudança preconizada à fixação de objetivos específicos



Alto Minho - Uma região mais CONECTADA, ligada à Europa e ao mundo
[Definição do sistema e da estratégia operacional de mobilidade global]

Promover ligações globais

Mais mundo no Alto Minho e mais Alto Minho no mundo

"Fazer chegar" e "fazer sair" produtos de e para o Alto Minho

Uma região que se dá a conhecer e é reconhecida

Unir para projetar

Conectar e estar conectado

ORIENTAÇÃO PARA A FIXAÇÃO DE OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Infraestruturas e serviços de mobilidade

- Valorização de recursos endógenos orientada para destinatários
- Alargamento da perceção internacional obtida pela região
- Exportação de recursos endógenos com acréscimo de valor
- Aprofundamento da especialização em atividades inseridas em setores "fragmentados" à escala internacional
- Melhoria da perceção extrarregional e internacional do Alto Minho
- Garantia de acesso às melhores fontes emisso- ras de conhecimento

Redes imateriais e institucionais de conectividade

- Definição de prioridades
- Concertação interna de objetivos concretos e realistas
- Organização de entidades e negociação de iniciativas
- Suporte operativo à articulação das entidades relevantes

Âmbito da intervenção

Mundo urbano-rural-natural

1.4. Eixos Temáticos de Intervenção

EIXO TEMÁTICO resiliência

■ Pertinência

Necessidade do Alto Minho reforçar a capacidade de resposta da região às dinâmicas globais, caracterizadas por transformações cada vez mais aceleradas e profundas, que exigem a mobilização de agentes no território para a construção de mecanismos e processos capazes de combinar dinâmicas de adaptação, flexibilidade, antecipação e mudança que contribuam para o desenho de trajetórias de desenvolvimento que integrem objetivos de coesão, competitividade e sustentabilidade.

■ Enfoque

Garantir a gestão dos equilíbrios entre os diferentes sistemas do território, reconhecendo as vulnerabilidades a que estão sujeitos e as oportunidades que a mobilização de recursos específicos da região permitem explorar, e contribuir para que o Alto Minho se torne uma região com maior capacidade para mudar, aprender e inovar.

■ Objetivos específicos

▶ SUSTENTABILIDADE

Equilíbrio entre o ambiente e vida humana – garantindo as condições necessárias para o "usufruto", numa lógica que privilegie a preservação e a incorporação de limites como meios para garantir a sustentabilidade do património natural. Este equilíbrio deverá garantir que seja possível dinamizar novas iniciativas empresariais, bitoladas pelos limites da sustentabilidade exigidos pela sustentação do perfil "verde" da região.

▶ COESÃO

Integração dos centros urbanos com o mundo rural – promovendo a concertação social e o estabelecimento de redes colaborativas que atuem num quadro de otimização de respostas às necessidades, garantindo a cobertura total do território e assegurando uma mais assertiva capacidade de garantir a coesão social.

▶ COMPETITIVIDADE

Incentivo à flexibilidade e à capacidade para mudar, dos indivíduos e organizações, estimulando a reconversão profissional, o encontro de competências e a introdução de processos flexíveis de produção.



1.4. Eixos Temáticos de Intervenção

Resiliência: Da mudança preconizada à fixação e objetivos específicos



Alto Minho - Uma região mais RESILIENTE, capaz de se adaptar à mudança
 [Capacidade de mudar, mobilizando e combinando recursos que permita a adaptação a novos contextos ou exigências]

Combinar dinâmicas de adaptação e mudança

Fazer, internalizando limites
 Otimizar, gerindo cobertura
 Flexibilizar, promovendo o encontro de competências

ORIENTAÇÃO PARA A FIXAÇÃO DE OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Sustentabilidade

- Diversidade e qualidade dos recursos naturais (o verde e a água)
- Biodiversidade e prevenção de riscos
- Sustentabilidade energética e eficiência
- Sustentabilidade empresarial

Competitividade

- Diversificação setorial ancorada na valorização dos recursos endógenos
- Operacionalização de um sistema de inovação
- Orientação produtiva dirigida para a procura

Combinar empreendedorismo individual e coletivo

Âmbito da intervenção

Dinâmica de articulação de competências e resultados

II. Plano de Ação



II.1 Missões & Desafios



revisitar e reforçar

II.1 Missões & Desafios



Economia Competitiva e Endógena

Missão:

Tornar o Alto Minho mais competitivo, global e com potencial transformador

Desafios:

1. Articular o IDE e as Atividades Industriais mais avançadas com a restante Base Produtiva

Reduzir a dualidade do modelo produtivo existente, endogeneizando as atividades mais inovadoras e competitivas através da promoção de relações empresariais e de negócio com as PME's de base locais, gerando cadeias de valor no território e processos virtuosos de qualificação empresarial.

2. Qualificar, Reconverter, Reter e Atrair Recursos Humanos

Combater a crescente escassez de Mão de Obra, através da qualificação e reconversão profissional dos Recursos Humanos existentes, da antecipação e formação de competências futuras e da retenção e atração ativa de talento.

3. Alargar e intensificar os esforços de inovação, de empreendedorismo e de transição de processos produtivos, qualificando a base empresarial local

Diversificar e qualificar as dinâmicas empresariais no território, sensibilizando e facilitando os processos de inovação e promovendo iniciativas empreendedoras mais qualificadas, com especial enfoque na valorização do seu potencial endógeno e nos processos de transição do modelo produtivo (circular, digital, energético e justo).

4. Reforçar a atratividade territorial e promover a respetiva identidade competitiva, alargando a presença global do Alto Minho

Qualificar a infraestruturação competitiva do território e os esforços de atração de Investimento, articulando e diversificando e tornando mais sofisticadas as soluções de localização empresarial, reforçando a presença em redes estratégicas e de cooperação e apostando na sua promoção e presença mais próxima dos mercados e da diáspora.

II.1 Missões & Desafios

Inclusão Social, Educação e Saúde

Missão:

Tornar o Alto Minho mais inclusivo, saudável, proporcionando qualidade de vida para todos

Desafios:

1. Garantir a sustentabilidade demográfica, enquanto dimensão central da coesão social

A garantia da sustentabilidade demográfica, entendida como dimensão central da coesão social e territorial no Alto Minho, supõe a melhoria das condições de vida dos que habitam e se instalam na região, promovendo o envelhecimento ativo e saudável, assegurando formas de conciliação entre as esferas familiar e profissional e desenvolvendo esforços de atração e integração harmoniosa de novos residentes.

2. Alargar o acesso às qualificações e a aposta no desenvolvimento de competências, combatendo as desigualdades

O alargamento do acesso a qualificações e a aposta no desenvolvimento de competências constituem elementos estruturantes do desenvolvimento do Alto Minho e do combate às desigualdades económicas, culturais e inter-geracionais. Articulado com o desafio 2 do domínio da competitividade, trata-se aqui de garantir a continuidade da aposta no sucesso educativo das gerações mais jovens, assegurando igualmente a promoção de oportunidades de qualificação e desenvolvimento de competências para os demais grupos etários.

3. Promover a inclusão e a saúde e reforçar o bem-estar e a qualidade de vida

A elevação do bem-estar e da qualidade de vida das populações justifica o reforço e a diversificação da aposta na promoção e na prevenção em saúde, com um olhar específico dirigido a problemáticas emergentes e a grupos sociais desfavorecidos.

II.1 Missões & Desafios



Natureza e Transições Climática e Energética

Missão:

Tornar o Alto Minho um território que garante a sustentabilidade dos ecossistemas, mitiga e adapta-se de forma justa às transições climática e energética

Desafios:

1. Regenerar os ecossistemas e as paisagens, valorizando a biodiversidade e os recursos

É vital assegurar o estado de conservação dos ecossistemas através da regeneração ecológica e do reforço de biodiversidade, garantindo o uso sustentável dos recursos.

Promover a gestão adequada da água e a redução efetiva dos resíduos numa lógica de circularidade.

2. Assegurar uma transição energética justa

Apostar em fontes de energia limpas e renováveis e numa maior eficiência nos consumos energéticos.

Experimentar e escalar soluções inovadoras de geração, utilização e armazenamento de energia.

Combater a pobreza energética e minorar as consequências da transição energética sobretudo nas camadas mais desfavorecidas da população.

3. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção de riscos naturais

Aumentar a resiliência, promover a adaptação e a prevenção dos riscos naturais, por forma a mitigar os efeitos negativos provocados pelas manifestações resultantes das alterações climáticas.

Adoção de medidas que melhorem o conhecimento e a sensibilização, instalação de sistemas de monitorização e alerta bem como de intervenções diretas no território.

4. Valorizar e preservar os sistemas agroflorestais e os seus produtos

Valorizar, gerir, remunerar e monitorizar os serviços de ecossistema (nomeadamente, a agricultura, as florestas e a paisagem), quer na vertente produtiva, quer na de saúde, lazer e cultura, quer ainda em termos de descarbonização e adaptação às alterações climáticas

II.1 Missões & Desafios



Cultura, Património e Turismo

Missão:

Tornar o Alto Minho um espaço culturalmente vivo e atrativo

Desafios:

1. Estimular a criatividade e promover o acesso à cultura

O acesso à aprendizagem artística é condição essencial de educação e evolução da população. O trabalho implica a cobertura territorial e etária deste acesso, o alargamento ao espaço transfronteiriço e o apoio ao desenvolvimento da atividade por parte de organizações relevantes, bem como o acolhimento de novas ideias e práticas à escala do subespaço.

2. Salvaguardar e valorizar o capital cultural e natural

Reconversão de espaços, dinamização de programas que permitam aumentar a literacia, incluindo a digital, adaptação de instalações para aumentar a afluência de público e aproximar os espaços dos cidadãos. A valorização de espaços públicos e privados com vocação para acolher e desenvolver atividades artísticas e culturais.

3. Reduzir a pegada ecológica do turismo

Apostar na transversalidade do conceito de eficiência ambiental e energética, investindo na redução da pegada em áreas como a utilização de plástico, o desperdício ambiental, a valorização da paisagem, a sensibilização para as alterações climáticas, economia circular, procurando por esta via a diferenciação da oferta turística do Alto Minho

4. Qualificar a oferta turística e obter ganhos em termos notoriedade e diferenciação

Preparar a região para o turista, atual e futuro, promovendo formas alternativas de mobilidade interna, reforçando a digitalização, melhorando a segurança, trabalhando a maior acessibilidade, em sentido lato. Envolver o setor público e privado, na valorização do capital natural e cultural regional, com vista ao desenvolvimento de um turismo de elevada qualidade.

II.1 Missões & Desafios



Coesão Territorial

Missão:

Tornar o Alto Minho num território mais próspero e mais justo que assegura oportunidades para todos é uma missão integradora, com objetivos sociais (ODS), que promove impactos sistémicos, dinamiza processos de aprendizagem, incentiva a construção de consensos e que envolve vários perfis de atores

Desafios:

1. Promover processos de inovação suportados em processos colaborativos multi-territoriais

Promover a inovação a partir de projetos que procurem desencadear mudanças disruptivas, que pretendam responder ou desencadear processos de transformação, explorando problemáticas emergentes e desafiando as estratégias existentes.

Consolidar o papel de Viana do Castelo nas redes colaborativas de inovação e reforçar as dinâmicas de inovação nos restantes municípios.

2. Elevar os níveis de prosperidade e de bem-estar nas centralidades urbanas e nos espaços rurais

Promover intervenções orientadas para a melhoria da prosperidade, numa perspetiva incremental e multidimensional. Pretende-se alinhar estratégias e intervenções orientadas para mudanças sistémicas em torno de objetivos societais.

Os níveis de prosperidade devem ser incrementados em todos os contextos urbanos municipais, com perfis de prioridade diferenciados.

Os serviços de interesse geral têm aqui uma importância estratégica.

3. Diminuir as vulnerabilidades críticas e aumentar a resiliência territorial

Reforçar a resiliência dos territórios, diminuindo os atuais padrões de vulnerabilidade. Estas intervenções devem estar baseadas em missões ou compromissos intermunicipais.

Os padrões de vulnerabilidade devem ser combatidos por todos os municípios, privilegiando as dimensões mais críticas.

4. Reforçar a acessibilidade digital e viária

Promover a acessibilidade externa, reforçando os níveis de acessibilidade rodoviária, ferroviária, marítima e digital.

II.2 Articulação Estratégica & Programas de Ação

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas

Esta agenda mundial é constituída por 17 objetivos, definidos pelos governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

Os diversos desafios sociais, quer sejam mais antigos ou mais recentes: (i) desertificação do interior; (ii) envelhecimento da população; (iii) abandono da atividade agrícola e/ou empresarial; (iv) alterações climáticas; (v) exigências de sustentabilidade; (vi) pandemia, teletrabalho e mobilidade crescente...

Exigem também aos decisores políticos uma nova VISÃO ESTRATÉGICA e uma maior responsabilidade no que concerne à Atratividade, Gestão e Desenvolvimento Sustentável dos seus territórios.

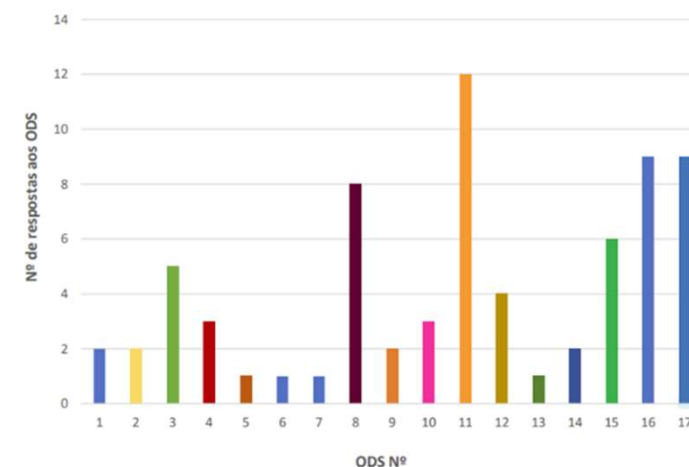
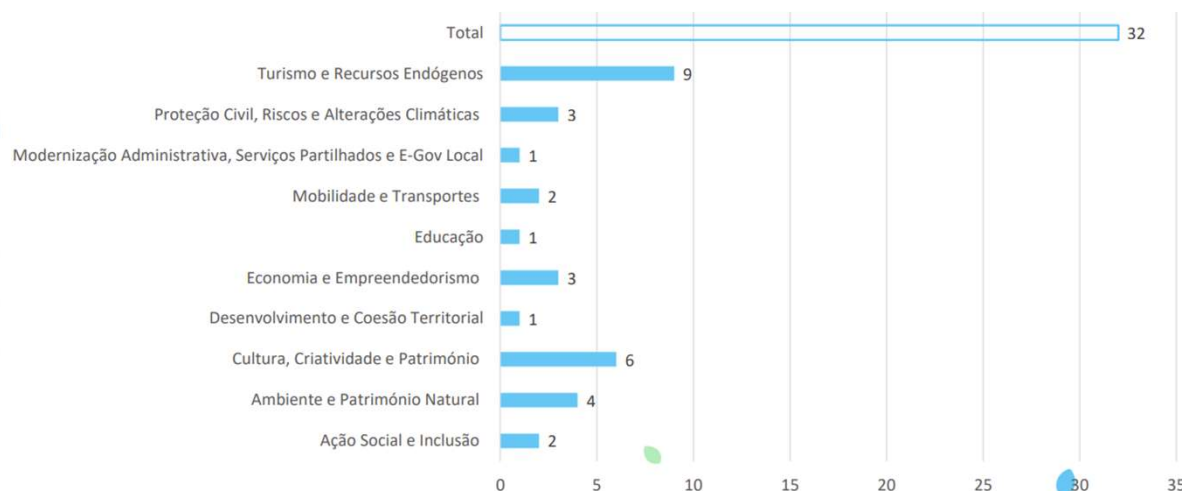
A Estratégia “Alto Minho 2030” acompanha as grandes preocupações e diretrizes veiculadas a nível mundial, procurando, desta forma, assegurar a devida articulação e correspondência com os compromissos e metas aprovados nas Nações Unidas para um futuro sustentável, apresentando um forte contributo para a prossecução e o cumprimento da Agenda 2030. O quadro da página seguinte sistematiza os principais níveis de articulação entre os Objetivos Específicos (OE) do “Alto Minho 2030” e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, através dos contributos diretos entre os OE delineados para o Alto Minho 2030 e os ODS.

No âmbito da sua ação e para alinhar as suas Estratégias com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a CIM do Alto Minho promoveu o desenvolvimento de um POWERBI para a sustentabilidade.



II.2 Articulação Estratégica & Programas de Ação

Os projetos analisados, foram enquadrados em 10 Áreas Temáticas de acordo com a abrangência de intervenção da CIM do Alto Minho.



Tendo em conta que existem 17 ODS e 169 Metas estipuladas para “transformar o Mundo em nome dos Povos e do Planeta” e que o “ajudam a reconduzir-se no caminho da sustentabilidade e da resiliência”. Da análise dos Objetivos e Indicadores de Realização e Resultado dos Projetos, foi possível relacionar e enquadrar esta informação com os ODS e as suas Metas.

Os ODS 5, 6, 7 e 13, dada a sua especificidade, só conseguem ser respondidos por alguns projetos e por isso, aparecem referenciados apenas uma vez cada um.

II.2 Articulação Estratégica & Programas de Ação

O ODS que se destaca é o 11, dado ser um dos mais transversais a todos os Projetos, por trabalhar a temática das “Cidades e Comunidades Sustentáveis”.

O ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e o ODS 17 - Parcerias para a Implementação dos Objetivos, com 9 referências cada. Os ODS 1, 2, 9 e 14, dadas as características dos projetos implementados, também só conseguem ser referenciados duas vezes cada um.



POWERBI DA SUSTENTABILIDADE CIM ALTO MINHO PROJETOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE Área Reservada

Indicadores de Sustentabilidade

PRINCIPAIS COMPLEMENTARES

A1	Água segura	ODS 1
A2	Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água	ODS 1
A3	Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais	ODS 1
A4	Proporção da população com 18 e mais anos com obesidade, por sexo e grupo etário	ODS 2

De modo que a CIM do Alto Minho, possa responder aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, criou-se um conjunto de Indicadores - Principais e Complementares, que lhes podem dar resposta, com a implementação de futuros Projetos.

Uma vez que a Plataforma "Powerbi" da Sustentabilidade é uma ferramenta dinâmica, é possível fazer-se a monitorização destes Indicadores através da verificação da sua evolução, dado que se apresentam as respetivas Metas para cada um deles.

II.2 Articulação Estratégica & Programas de Ação

Agenda 2030	Prioridades e objetivos específicos "Alto Minho 2030"												
	Competitividade		Atratividade			Conectividade				Resiliência			
	11. Valorizar os recursos endógenos como eixos de afirmação competitiva	12. Articular a base competitiva regional e setorial	2.1. Estruturar prioridades de localização residencial	2.2. Estruturar prioridades turísticas	2.3. Estruturar prioridades de localização empresarial	2.4. Promover a atratividade global	3.1. Conectar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de pessoas	3.2. Conectar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade em bens	3.3. Conectar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de conteúdos	3.4. Promover a abertura à escala e a inovação do ecossistema de startups e negócios colaborativos	4.1. Promover a resiliência por via da sustentabilidade	4.2. Promover a resiliência por via da coesão	4.3. Promover a resiliência por via da competitividade
1. Erradicar a Pobreza	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2. Erradicar a Fome	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3. Saúde de Qualidade	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
4. Educação de Qualidade	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
5. Igualdade de Género	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
6. Água Potável e Saneamento	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
7. Energias Renováveis e Acessíveis	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
8. Trabalho Digno e Crescimento Económico	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
9. Indústria, Inovação e Infraestruturas	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
10. Reduzir as Desigualdades	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
12. Produção e Consumo Sustentáveis	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
13. Ação Climática	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
14. Proteger a Vida Marinha	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
15. Proteger a Vida Terrestre	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
17. Parcerias para a Implementação dos Objetivos	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

■ ■ ■ Articulação forte ■ ■ ■ Articulação relevante ■ ■ ■ Articulação moderada ou indireta

Quadro de articulação das Prioridades e Objetivos Específicos "Alto Minho 2030" com os Objetivos da Agenda 2030 (ODS)

II.2 Articulação Estratégica & Programas de Ação

Europa 2030

As orientações estratégicas do Alto Minho 2030 refletem e acompanham as diretrizes veiculadas pelos objetivos temáticos da Europa 2030, direcionando os seus objetivos para a áreas e domínios de intervenção claramente favoráveis aos grandes desígnios da estratégia da União Europeia em 2021-2027. A correspondência entre os objetivos específicos do Alto Minho 2030 e os cinco objetivos principais da Europa 2030 é ilustrada no quadro seguinte, sendo de destacar a forte coerência e complementaridade (embora as relações evidenciadas não se revelem estanques e unívocas, antes se detetando uma multiplicidade de efeitos e contributos cruzados entre os objetivos e as prioridades), nomeadamente:

- A forte articulação entre o Objetivo temático 1 - Uma Europa mais inteligente, através da inovação, digitalização, transformação económica e apoio às PME, e os Objetivos Específicos 1.2. Articular a base competitiva regional e setorial; 2.3. Estruturar produtos de localização empresarial; e 3.3. Conjuguar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de conteúdos;
- A forte articulação entre o Objetivo temático 2 - Uma Europa mais Verde, descarbonizada, implementando o Acordo de Paris e investindo na transição energética, renováveis e combate às mudanças climáticas e o Objetivo Específico 4.1. Promover a resiliência por via da sustentabilidade;

	CENÁRIO 1 <i>Carrying on</i> (Business as Usual)	CENÁRIO 2 <i>Nothing Less but Single Market</i> (Back to business)	CENÁRIO 3 <i>Those who want more, do more</i> (Clubes da Europa)	CENÁRIO 4 <i>Doing less more efficiently</i> (Economia e Defesa)	CENÁRIO 5 <i>Doing much more together</i> (Europa federal)
Mercado Único e política comercial	Reforço do Mercado Único – energia e digital	Reforço do Mercado Único – bens e capital <i>Standards</i> diferenciados Circulação de pessoas e serviços não assegurada	Igual a 1	Padrões comuns mínimos Reforço da regulação Política comercial Europeia	Reforço do Mercado Único Harmonização de <i>standards</i> Política Comercial Europeia
União Económica e Monetária	Progresso incremental no funcionamento da zona-euro	Cooperação limitada na zona-euro	Igual a 1 + grupo avançado na fiscalidade e padrões sociais	Avanços na consolidação e estabilização da zona-euro em detimento de políticas sociais e de emprego	União económica, financeira e orçamental (tal como previsto no relatório dos 5 presidentes, de junho de 2015)
Schengen, migrações e segurança	Cooperação gradual na gestão de fronteiras Sistema comum para a concessão de visto Melhor coordenação em matéria de segurança	Controlo de fronteira mais sistemático Reforço da coordenação em matéria de segurança a nível bilateral Sem política de migração europeia	Igual a 1 + grupo avançado na cooperação na segurança e justiça	Cooperação na gestão de fronteiras Maior sistematização na área do contra-terrorismo	Igual a 4

II.2 Articulação Estratégica & Programas de Ação

- A forte articulação entre o Objetivo temático 3 - Uma Europa mais conectada com redes estratégicas de transportes e digitais e os Objetivos Específicos 3.1. Conjugar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de pessoas; 3.2. Conjugar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de bens; e 3.3. Conjugar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de conteúdos;
- A forte articulação entre o Objetivo temático 4 - Uma Europa Mais Social, investindo no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e apoiando a qualidade do emprego, a educação, as competências, a inclusão social e o acesso equitativo aos cuidados de saúde e o Objetivo Específico 4.2. Promover a resiliência por via da coesão;
- A forte articulação entre o Objetivo temático 5 - Uma Europa mais próxima dos cidadãos, apoiando estratégias de desenvolvimento conduzidas a partir do local e o desenvolvimento urbano sustentável em toda a União Europeia, e o Objetivo Específico 4.2. Promover a resiliência por via da coesão.



#EUinmyRegion



II.2 Articulação Estratégica & Programas de Ação

Portugal 2030

A Estratégia “Alto Minho 2030” acompanha as orientações e diretrizes veiculadas a nível nacional, expressas no referencial Portugal 2030, procurando, desta forma, assegurar a devida articulação e correspondência através dos efeitos e contributos diretos e indiretos entre as prioridades e os objetivos específicos da Estratégia Alto Minho 2030 e os eixos e prioridades do Portugal 2030. Com efeito e tal como se poderá observar no quadro seguinte, a análise sintética efetuada à intensidade dessa articulação entre as estratégias Portugal 2030 e Alto Minho 2030, permite-nos retirar as seguintes ilações:

- A forte articulação entre os objetivos específicos associados ao eixo temático da Competitividade da Estratégia “Alto Minho 2030” e os Eixos relacionados com as temáticas “Redes e Mercados Externos” e “Competitividade e coesão dos territórios da baixa densidade”, e com a prioridade relacionada com “Um País competitivo externamente e coeso internamente” do Portugal 2030;
- A forte articulação dos objetivos específicos do eixo temático da Atratividade da Estratégia “Alto Minho 2030”, com os Eixos relacionados com “Redes e Mercados Externos”, “Competitividade e coesão dos territórios da baixa densidade” e a “Sustentabilidade demográfica” e com a prioridade relacionada com “Um País competitivo externamente e coeso internamente” do Portugal 2030;
- A forte articulação dos objetivos específicos do eixo temático da Conectividade da Estratégia “Alto Minho 2030”, com os Eixos relacionados com a “Redes e Mercados Externos”, “Competitividade e coesão dos territórios da baixa densidade” e a “Inovação e Conhecimento”, Prioridade “Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento” do Portugal 2030;
- A forte articulação dos objetivos específicos do eixo temático da Resiliência da Estratégia “Alto Minho 2030”, com os Eixos relacionados com a temática da “Economia do Mar”, “Competitividade e coesão dos territórios da baixa densidade” e da “Agricultura/florestas”, verificando-se ainda uma forte articulação com as prioridades “As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade” e a “Sustentabilidade e valorização dos recursos endógenos”.



II.2 Articulação Estratégica & Programas de Ação

Portugal 2030		Prioridades e objetivos específicos "Alto Minho 2030"												
		Competitividade		Atratividade				Conectividade				Resiliência		
		1.1. Valorizar os recursos endógenos como critério de afirmação competitiva	1.2. Articular a base competitiva regional e setorial	2.1. Estruturar produtos de localização residencial	2.2. Estruturar produtos turísticos	2.3. Estruturar produtos de localização empresarial	2.4. Promover a atratividade global	3.1. Conectar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de pessoas	3.2. Conectar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de bens	3.3. Conectar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de conteúdos	3.4. Promover a abertura escolar internacional e estabelecimento de relações colaborativas	4.1. Promover a resiliência por via de sustentabilidade	4.2. Promover a resiliência por via da coesão	4.3. Promover a resiliência por via da competitividade
Eixos	Inovação e Conhecimento	■ ■	■ ■	■ ■	■ ■	■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■	■	■	■ ■
	Qualificação, Formação e Emprego	■	■ ■ ■ ■	■	■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■	■ ■	■ ■	■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■
	Sustentabilidade demográfica	■ ■	■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■	■ ■	■ ■	■ ■ ■ ■	■	■	■	■ ■	■ ■ ■ ■	■
	Energia e alterações climáticas	■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■	■ ■	■ ■	■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■	■
	Economia do Mar	■ ■ ■ ■	■ ■	■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■	■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■
	Redes e Mercados Externos	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■
	Competitividade e coesão dos territórios de baixa densidade	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■
	Agricultura/florestas	■ ■	■ ■ ■ ■	■	■ ■	■ ■	■ ■	■	■	■	■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■
Prioridades	As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	■ ■	■	■ ■	■ ■	■	■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■	■	■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■
	Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento	■ ■	■ ■ ■ ■	■	■ ■	■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■	■ ■	■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■
	Sustentabilidade e valorização dos recursos endógenos	■ ■	■	■	■ ■	■	■	■	■	■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	
	Um País competitivo externamente e coeso internamente	■	■ ■ ■ ■	■ ■	■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■	■	■ ■

■ ■ ■ ■ Articulação forte ■ ■ Articulação relevante ■ Articulação moderada ou indireta

Quadro de articulação das Prioridades e Objetivos Específicos "Alto Minho 2030" com os Eixos e Prioridades Portugal 2030

II.2 Articulação Estratégica & Programas de Ação

Norte 2030

A estratégia Norte 2030 e as diversas dimensões que a sustentam constituem referenciais fundamentais para a estruturação da estratégia “Alto Minho 2030”, apresentando uma forte articulação entre os objetivos específicos do Alto Minho 2030, gerando efeitos de intensidade e complementaridade diferenciada que se poderão estender a diversos domínios, ao nível dos constrangimentos estruturais do Norte 2030:

- A complementaridade entre “As baixas qualificações da população ativa empregada” do Norte 2030 e os Objetivos Específicos do Alto Minho 2030 (OE) 1.1. Valorizar os recursos endógenos como critério de afirmação competitiva, o OE 1.2. Articular a base competitiva regional e setorial e o OE 4.2. Promover a resiliência por via da coesão;
- A complementaridade entre a “A baixa produtividade aparente do trabalho e a ainda lenta mudança estrutural do perfil de especialização” e os OE 2.3. Estruturar produtos de localização empresarial e OE 4.3. Promover a resiliência por via da competitividade;
- A complementaridade entre “O natural e consequente mau desempenho em termos de rendimento per capita” e os OE 2.4. Promover a atratividade global, e 3.4. Promover a abertura à escala internacional e o estabelecimento de plataformas colaborativas;
- A complementaridade entre “A questão demográfica” e o OE 3.1. Conjugue infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de pessoas;
- A complementaridade entre “A dinamização dos “interiores” e baixas densidades” e o OE 3.1. Conjugue infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de pessoas
- A complementaridade entre “O passivo ambiental associado à bacia leiteira da região” e o OE 4.1. Promover a resiliência por via da sustentabilidade;
- A complementaridade entre a “A questão institucional” e os OE 3.2. Conjugue infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de bens e o OE 3.4. Promover a abertura à escala internacional e o estabelecimento de plataformas colaborativas;
- A complementaridade entre “Os modelos de negócio do acolhimento empresarial e da atração de investimento” e os OE 2.2. Estruturar produtos turísticos e 2.3. Estruturar produtos de localização empresarial;
- A complementaridade entre a “Excessiva atomização institucional e governação multinível pouco estruturada, geradora de ineficiências e insuficiente aproveitamento de recursos” e os OE 3.2. Conjugue infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de bens e 3.4. Promover a abertura à escala internacional e o estabelecimento de plataformas colaborativas.



II.2 Articulação Estratégica & Programas de Ação

Ao nível dos “ativos específicos a valorizar e escalar” do Norte 2030:

- O contributo do OE 1.1. Valorizar os recursos endógenos como critério de afirmação competitiva, para “Os recursos empresariais, territoriais, culturais e institucionais para a internacionalização da Região” e “a excelência dos terroirs na economia do vinho”, do Norte 2030;
- O contributo do OE 1.2. Articular a base competitiva regional e setorial, para o “sistema regional de inovação do Cávado-Ave e da AMP”, do Norte 2030;
- O contributo do OE 2.2. Estruturar produtos turísticos para “os sinais de inovação na transformação do espaço rural” e “os recursos do turismo para uma valorização integrada do território”, do Norte 2030;
- O contributo do OE 2.3. Estruturar produtos de localização empresarial para os “Territórios emergentes e recursos empresariais, de conhecimento, tecnologia e de clusterização para a mudança estrutural da especialização produtiva”, do Norte 2030;
- O contributo do OE 2.4. Promover a atratividade global para “O Norte como centro de atração de serviços intensivos em conhecimento”;
- O contributo do OE 3.4. Promover a abertura à escala internacional e o estabelecimento de plataformas colaborativas, para “O potencial geoestratégico da região: simultaneamente atlântico e continental”, do Norte 2030;
- O contributo do OE 4.3. Promover a resiliência por via da competitividade para “Um potencial de infraestruturas de apoio à incubação de projetos ao qual deve corresponder uma mais legível e capaz oferta de recursos de conhecimento e conselho de suporte”, do Norte 2030.



II.2 Articulação Estratégica & Programas de Ação

	Norte 2030	Prioridades e objetivos específicos "Alto Minho 2030"												
		Competitividade		Atratividade			Cooperação			Resiliência				
		11. Melhorar as condições de emprego e de desenvolvimento competitivo	12. Atrair e fixar talento e competências	21. Fortalecer a produção industrial	22. Desenvolver serviços	23. Estimular o desenvolvimento económico	74. Promover a inovação global	31. Enriquecer o tecido empresarial e a produtividade dos setores	32. Criar parcerias estratégicas e apoios locais	33. Colaborar e inovar para a competitividade	34. Promover o acesso a mercados internacionais	41. Promover a resiliência por meio da inovação	42. Promover a resiliência por meio da cultura	43. Promover a resiliência por meio da sustentabilidade
Os condicionamentos estruturais	1. As baixas qualificações da população ativa empregada	■ ■ ■	■ ■ ■	■	■	■ ■ ■	■ ■	■	■	■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■	
	2. A baixa produtividade aparente do trabalho e a ainda lenta mudança estrutural do perfil de especialização	■	■ ■	■	■	■ ■ ■	■ ■	■	■	■	■ ■ ■	■	■ ■ ■	
	3. O natural e consequente mau desempenho em termos de rendimento per capita	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■	
	4. A questão demográfica	■	■	■	■	■	■	■ ■ ■	■	■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■	
	5. A dinamização dos "interiores" e baixas densidades	■ ■	■	■ ■	■	■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■	■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■	
	6. A questão social e institucional do Douro	■	■	■	■	■	■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■	
	7. O passivo ambiental associado à bacia leiteira da região	■	■	■	■	■	■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■	
	8. A questão institucional	■	■	■	■	■	■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■	
	9. Os modelos de negócio do acolhimento empresarial e da atração de investimento	■ ■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	
	10. Excessiva atenuação institucional e governação multível pouco estruturada, geradora de ineficiências e replicante aproveitamento de recursos	■	■	■	■	■	■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■	
Os eixos específicos a valorizar e secular	1. O sistema regional de inovação do Cávado-Ave e do AMP	■ ■	■ ■ ■	■ ■	■ ■	■ ■ ■	■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■	■ ■	
	2. Os recursos empresariais, territoriais, culturais e institucionais para a internacionalização da Região	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	
	3. Territórios emergentes e recursos empresariais, de conhecimento, tecnologia e de classificação para a mudança estrutural da especialização produtiva	■ ■	■ ■ ■	■ ■	■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	
	4. Os sinais de inovação na transformação do espaço rural	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	
	5. A excelência dos territórios na economia do vinho	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	
	6. A valorização necessária dos ainda existentes recursos de juventude	■	■	■	■	■	■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■	
	7. O Norte como centro de atração de serviços intensivos em conhecimento	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	
	8. Os recursos do turismo para uma valorização integrada do território	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■	
	9. O potencial geoestratégico da região: simultaneamente atlântico e continental	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	
	10. Um potencial de infraestruturas de apoio à incubação de projetos ao qual deve corresponder uma maior legislação e maior oferta de recursos de conhecimento e consócio de suporte	■	■ ■ ■	■	■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■	

■ ■ ■ Articulação forte ■ ■ Articulação relevante ■ Articulação moderada ou indireta

Quadro de articulação das Prioridades e Objetivos Específicos "Alto Minho 2030" com os Eixos e Prioridades Portugal 2030

II.2 Articulação Estratégica & Programas de Ação

Dos Objetivos Específicos aos Programas de Ação

Conhecidos os objetivos específicos e o seu alinhamento estratégico nas distintas escalas desta conjuntura importa reconhecer neste ponto a forma e o contexto que viabilizou a construção e operacionalização dos programas de ação fundamentais para a concretização da Estratégia Alto Minho 2030. Naturalmente que os diversos programas apresentam uma dependência direta do PO Norte 2030, em particular no contexto do ITI CIM/AM (OP1, OP2, OP4 e OP5.1), mas apresentam um propósito mais alargado, envolvendo na medida do possível iniciativas e projetos que possam ter enquadramento no âmbito do PRR-PT, do PEPAC, dos diversos instrumentos de cooperação territorial europeia, dos instrumentos diretos da Comissão Europeia e, por fim dos próprios orçamentos dos programas nacionais.

Neste âmbito, no início do primeiro semestre de 2022, num processo alinhado com a estratégia Alto Minho 2030, a CIM Alto Minho em articulação com os diversos parceiros municipais e privados, dinamizou o trabalho de construção de Programas de Ação para áreas temáticas nucleares para o desenvolvimento e coesão territorial do Alto Minho, os quais têm vindo a ser apresentados a diversas entidades regionais e a membros do governo.



INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE NO ALTO MINHO 2030

Reunião CIM 2023.06.12



II.2 Articulação Estratégica & Programas de Ação

Do trabalho desenvolvido destaque para as seguintes iniciativas dinamizadas:

- Programa de Ação para a Promoção do Turismo Sustentável do Alto Minho publicado em novembro de 2022;
- Programa de Ação para a Inovação e Criatividade no Alto Minho em fase de auscultação municipal;
- Programa de Ação para Promoção do Empreendedorismo e de Competitividade Territorial apresentado em julho de 2023;
- Programa de Ação para a Capacitação e Qualificação;
- Dossier Temáticos: (i) Alto Minho: Prioridades de Investimento na área da Saúde; (ii) Alto Minho: Prioridades de Investimento – Conetividade territorial & Infraestruturas; (iii) Alto Minho 2030: Riscos & Segurança & Proteção Civil; (iv) Alto Minho: Territorialização dos Sistema Regional de Inovação – CTI's Industria, Agroalimentar e Energias e Tecnologias Oceânicas.

De salientar que todos estes programas de ação e dossiers temáticos foram consensualizados ao nível intermunicipal e apresentados em diversas reuniões com membros do governo e também junto das diversas entidades publicas de nível, nacional e regional.



II.2 Articulação Estratégica & Programas de Ação

Da conjugação de todo este trabalho desenvolvido e tendo por base as tendências recentes observadas no território do Alto Minho o plano de ação do Alto Minho para o período de programação de fundos comunitário 2030 está organizado em 8 programas de ação assinalados de forma resumida na caixa em destaque.

É hoje um território que atrai investimento nacional e estrangeiro, designadamente de carácter industrial;	Atrai e fixa pessoas, mas não em número suficiente para compensar o saldo natural;	Uma população crescentemente envelhecida;	Melhorou significativamente as qualificações da sua população, mas tem dificuldade em incorporar as qualificações de nível superior no seu tecido empresarial;
Níveis de desemprego abaixo da média do país e da região Norte, todavia com evidenciação de desequilíbrios entre oferta e procura de qualificações e competências (<i>skills mismatch</i>);	Afirma-se em termos culturais com projetos e eventos de projeção internacional e nacional, contudo a acessibilidade à cultura e as práticas artísticas requerem um esforço adicional;	Em termos turísticos consolidou a sua posição quer no turismo cultural, natureza bem como no náutico, mas compara mal em termos de rentabilidade e sazonalidade com outros sub-destinos da Região Norte;	Detém recursos e valores culturais, naturais e paisagísticos singulares cuja preservação e valorização implica um investimento significativo e permanente.

8 Programas de Ação

- PA 1** “Alto Minho como um destino de excelência ambiental”
- PA 2** “Alto Minho funcional e internacional”
- PA 3** “Alto Minho conectado, em transição e inovador”
- PA 4** “Alto Minho sustentável e resiliente à mudança climática”
- PA 5** “Alto Minho coeso e inclusivo”
- PA 6** “Alto Minho com potencial endógeno”
- PA 7** “Alto Minho competitivo e acelerador do ecossistema empreendedor”
- PA 8** “Alto Minho território transcultural e criativo para viver e visitar”

II.3. Programas de Ação (síntese conclusiva)



densificar, propor e intervir

PA 1 “Alto Minho como um destino de excelência ambiental”

123

ABORDAGEM OPERACIONAL

Foco de intervenção/ação

Programa de ação orientador da atuação do destino com o horizonte 2027 que define o posicionamento estratégico que o Alto Minho deve comunicar, os mercados e segmentos para os quais deve focar a sua atuação, os ativos turísticos que deve potenciar no processo de comunicação, bem como as ferramentas online e offline que deve operacionalizar para divulgar o território. O Programa de Ação define, prioriza e planeia as ações de promoção do Alto Minho enquanto destino turístico, procurando elevá-lo a referência nacional em termos de sustentabilidade, assente no património natural preservado existente, nas distinções e certificações que possui, nos bons resultados dos indicadores de sustentabilidade e no equilíbrio existente entre a comunidade, os recursos do território e a dinâmica turística.

Objetivo Geral

O Alto Minho deverá trabalhar de forma coordenada com os agentes da cadeia de valor do turismo, para alcançar o reconhecimento como: O mais sustentável destino de natureza em Portugal, território de excecionais áreas protegidas, onde se destaca o único Parque Nacional, **Peneda-Gerês**, com atividades para todo o ano, que permitem percorrer a História milenar, as tradições e o património edificado da região, mergulhar no Atlântico ou desafiar-se nos Rios, experimentar uma gastronomia influenciada pelas culturas de mar e montanha, sempre acompanhada pela frescura dos inigualáveis Vinhos Verdes, sentindo-se parte de uma comunidade hospitaleira, onde há sempre lugar à mesa para mais um, num ambiente de total serenidade, tranquilidade, afeto e segurança.

Objetivos Específicos

- Afirmar o Alto Minho como o melhor destino de natureza em Portugal;
- Afirmar o Alto Minho como um destino turístico de referência nacional a nível da sustentabilidade;
- Comunicar o Alto Minho como um destino para todo o ano e desconcentrar os fluxos turísticos pelo território, dinamizando a digitalização da informação e promoção sobre o destino;
- Valorizar e promover o património imaterial, as tradições locais, a gastronomia local e os vinhos; verdes, como elementos centrais da cultura do Alto Minho;
- Aumentar a rentabilidade e a competitividade das empresas do turismo no panorama nacional.

PA 1 “Alto Minho como um destino de excelência ambiental”

124

Projetos Âncora

- A.1.1_Promover o Alto Minho, de forma diferenciada, em mercados turísticos que reconheçam a exclusividade do seu património e, na sua visita, adotem comportamentos de sustentabilidade, tendo por base a consolidação da estruturação de produtos e ativos territoriais (PNPG e AP, Náutica, Vias Verdes, Património classificado, Enogastronomia, Aldeias e jardins históricos e Saúde e bem-estar, etc);
- A.1.2_Capacitar o destino ao nível da sustentabilidade, preservar o património natural e cultural, sensibilizar o trade e a comunidade e implementar projetos que melhorem o desempenho ambiental, cultural, social e económico;

Projetos complementares

- A1.1.1_Promover, ativamente, o Alto Minho em mercados e segmentos estratégicos;
- A1.1.2_ Investir numa presença digital ativa, dinâmica e direcionada aos públicos-alvo;
- A1.1.3_Promover o destino em imprensa e junto de operadores turísticos especializados;
- A1.1.4_Participar em Feiras Profissionais e Eventos especializados;
- A1.1.5_Organizar ou receber eventos que consolidem o posicionamento do destino e os seus ativos turísticos;
- A1.1.6_Comunicar à comunidade local o posicionamento do destino;
- A1.2.1_Promover a certificação dos municípios e empresas turísticas do Alto Minho;
- A1.2.2_Conservar e gerir o património natural
- A1.2.3_Valorizar e promover o património, a gastronomia, os vinhos e as manifestações culturais
- A1.2.4_Disseminar conhecimento sobre sustentabilidade e promover a qualificação dos profissionais do turismo
- A1.2.5_Estimular a investigação e apoiar a implementação em processos e projetos de sustentabilidade
- A1.2.6_Monitorizar a satisfação dos residentes e do trade turístico face desenvolvimento turístico

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO ECOSISTEMA

Promotores/Parceiros: CIM Alto Minho, Municípios, Turismo Porto e Norte, ER, APA, ICNF, Consórcios Intermunicipais (Ex. Minho Inovação), Agências de Desenvolvimento, Associações de Desenvolvimento e promoção do território (ADERE PG, ADRIL, ADRIMINHO. ARDAL, Instituições do Ensino Superior e Científico (Ex. IPVC, IPCA, Universidade Católica, etc.), Escola de Hotelaria e Turismo, Associações do Setor (Ex. APHORT, etc.), Rede de Incubadoras do território (ex. INCubo, etc.);

Destinatários alvo: Institutos Politécnicos e Centros de Investigação, Organismos Intermédios, Comunidades Intermunicipais e Municípios; Profissionais do setor, Beneficiários dos fundos e População em geral

PA 1 “Alto Minho como um destino de excelência ambiental”

125

PLANEAMENTO TEMPORAL

Metas & Indicadores

- Baixar a taxa de sazonalidade das dormidas para 34% (2019 – 42%) [2029];
- Superar uma taxa de ocupação de 52% (2019 – 33%) [2025];
- Ter 7% das unidades de alojamento acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida (2021 – 4%) [2027];
- Ter 10% dos empreendimentos turísticos com certificações ambientais (2021 – 3%) [2027];

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Contributo ODS e PT2030/Norte2003 (conforme ilustração lateral)

Contributo para os eixos temáticos do Alto Minho 2030

Competitividade	★★★★★
Atratividade	★★★★★
Conectividade	★★★★★
Resiliência	★★★★★

FONTE DE FINANCIAMENTO

A concretização deste programa de ação deverá ser apoiada por vários instrumentos de financiamento do Portugal 2030, até 31 de dezembro de 2029. Neste contexto, consoante o âmbito e tipologia de ação para a concretização das ações âncora e complementares poderão ser mobilizados os recursos financeiros previstos nos Programas Operacionais. Este financiamento será obrigatoriamente complementado por fundos nacionais. Complementarmente poderão vir a ser mobilizados outros instrumentos de financiamento europeu. De seguida assinalam-se as linhas de apoio pré-identificadas:

- Turismo de Portugal (linhas de apoio); PO regional do Norte; Instrumentos diretos da Comissão Europeia e Cooperação territorial Europeia, incluindo a dimensão transfronteiriça;



PA 2 “Alto Minho funcional e internacional”

ABORDAGEM OPERACIONAL

Foco de intervenção/ação

A construção de uma imagem integrada e reconhecida do Alto Minho constitui-se como um vetor fundamental para a participação efetiva e afirmação da região nas dinâmicas globais que apelam, com uma crescente intensidade, para que os territórios sejam encarados como espaços de valorização de pessoas, recursos, atividades e ideias. Assim, o desenvolvimento da marca “Alto Minho” apresenta-se como um elemento estruturante para a afirmação do território - pelo efeito de alavanca gerado na valorização e promoção das suas características identitárias - contribuindo para que se posicione como um espaço de localização atrativo para residentes, investidores, visitantes e turistas.

Objetivos Geral

A melhoria da atratividade global do Alto Minho assenta numa identificação clara dos contornos da região que devem ser comunicados enquanto argumentos sólidos capazes de fixar ou captar residentes, atrair visitantes ou turistas e captar investimento.

Objetivos Específicos

- Explorar a projeção e reconhecimento dos eventos âncora da região, integrando e promovendo os produtos endógenos do Alto Minho;
- Atrair agentes criativos para a região, reforçando e difundindo a imagem do Alto Minho como um território que abraça e promove a criatividade;
- Dinamizar, orientar e apoiar a definição das estratégias e os processos de internacionalização das empresas;
- Estruturar produtos de localização empresarial devidamente articulados que potenciem a exploração de vantagens competitivas por parte das empresas;
- Aproveitar o potencial que a diáspora encerra, promovendo a captação de investimento para o território ou explorando a ligação à região para reforçar o acesso a mercados.

PA 2 “Alto Minho funcional e internacional”

127

Projetos Âncora

- A2.1_Desenvolver uma forte cultura de rede no território, alicerçada na cooperação, envolvimento e confiança dos atores regionais, que seja capaz de se constituir como um mecanismo de convergência de vontades, agregador dos elementos diferenciadores e identitários da região (qualidade de vida, beleza da paisagem, património e tradições) e criador de sinergias entre as diferentes potencialidades do território, conferindo-lhes a massa crítica qualitativa necessária para a projeção de uma imagem forte e coesa do Alto Minho, que se mostre atrativa para os diferentes destinatários;
- A2.2_Promoção de redes e ações de cooperação territorial do Alto Minho, quer ao nível inter-regional e transnacional da União Europeia, quer no que se refere a outras regiões parceiras internacionais;
- A2.3_Promoção do programa de cooperação territorial europeia do Alto Minho;

Projetos complementares

- A2.1.1_Valorização dos eventos âncora de promoção do Alto Minho e dos seus principais produtos endógenos;
- A2.1.2_Valorização da imagem criativa do Alto Minho;
- A2.1.3_Estruturação, desenvolvimento e dinamização da plataforma de apoio à internacionalização no site “altominho.pt”;
- A2.2.1_Desenvolvimento de ações de marketing territorial e de capacitação institucional para a captação de investimento estrangeiro e de promoção de dinâmicas regionais de internacionalização;
- A2.2.2_Promoção de rede de cooperação empresarial com a diáspora;
- A2.2.3_Dinamização de um programa de ações de benchmarking e de boas práticas no domínio da criação de parcerias e redes da cooperação territorial, no sentido de reforçar a presença de instituições do Alto Minho em ações de cooperação multilateral de desenvolvimento;
- A2.3.1_Dinamização e seguimento de um Plano de Ação de Cooperação Transfronteiriça do Alto Minho, em particular, nos domínios da euro-região digital, internacionalização dos clusters euro-regionais, reforço da intermodalidade e da mobilidade transfronteiriça, valorização do capital endógeno e iniciativas de cooperação no turismo, ambiente, proteção civil e entre estabelecimentos de ensino superior transfronteiriços nas vertentes de formação e de I&D;
- A2.3.2_Dinamização e seguimento do Plano de Ação de Cooperação Transnacional do Alto Minho, nomeadamente, nas áreas da valorização da economia do mar e do turismo natureza;
- A2.3.3_Fomentar a participação de instituições do Alto Minho em Projetos conjuntos dos Programas Quadro 2021-2027 da União Europeia e em Redes Internacionais e no âmbito da Euro-região Galicia-Norte de Portugal

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO ECOSISTEMA

Promotores/Parceiros: CIM Alto Minho, Municípios, Associações e Confederações Empresariais (CEVAL, etc.), Consórcios Intermunicipais (Ex. Minho Inovação), Agências de Desenvolvimento, Associações de Desenvolvimento e promoção do território (ADERE PG, ADRIL, ADRIMINHO, ARDAL, Instituições do Ensino Superior e Científico (Ex. IPVC, Rede de Incubadoras do território (ex. INCubo, etc.); AECT rio Minho & AECT Raia Seca; AECT – GNP;

Destinatários alvo: Institutos Politécnicos e Centros de Investigação, Organismos Intermédios, Comunidades Intermunicipais e Municípios; Profissionais do setor,

Beneficiários dos fundos e População em geral

PA 2 “Alto Minho funcional e internacional”

PLANEAMENTO TEMPORAL

Metas & Indicadores

- Aumento do investimento na região proveniente da diáspora [2027];
- Aumento das exportações e de novos mercados (alargamento) [2027];
- Aumento das taxas de natalidade e sobrevivência das empresas [2027];
- Aumento do número de países participantes nos eventos, e do número de ações de promoção internacional em mercados específicos [2027];

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Contributo ODS e PT2030/Norte2003 (conforme ilustração lateral)

Contributo para os eixos temáticos do Alto Minho 2030

Competitividade	★★★★★
Atratividade	★★★★★
Conectividade	★★★★★
Resiliência	★★★★★

FONTE DE FINANCIAMENTO

A concretização deste programa de ação deverá ser apoiada por vários instrumentos de financiamento do Portugal 2030, até 31 de dezembro 2029. Neste contexto, consoante o âmbito e tipologia de ação para a concretização das ações âncora e complementares poderão ser mobilizados os recursos financeiros previstos nos Programas Operacionais. Este financiamento será obrigatoriamente complementado por fundos nacionais. Complementarmente poderão vir a ser mobilizados outros instrumentos de financiamento europeu. De seguida assinalam-se as linhas de apoio pré-identificadas:

- Linhas de apoio da AICEP, IAPMEI; PRR-PT, PO regional do Norte; Instrumentos diretos da Comissão Europeia e Cooperação territorial Europeia, incluindo a dimensão transfronteiriça;



PA 3 “Alto Minho conectado, em transição e inovador”

ABORDAGEM OPERACIONAL

Foco de intervenção/ação

Programa de ação orientador do desenvolvimento das ligações do Alto Minho que contribuam para a melhoria da conectividade, promovendo uma inserção ativa dos diversos atores do território nas dinâmicas globais, constitui um desígnio fundamental para o progresso da região, num quadro de aceleração da globalização caracterizado pelo esbatimento das fronteiras materiais e imateriais percebidas que impulsionou um aumento, sem precedentes, da mobilidade de pessoas, bens, informação e conhecimento.

Objetivo Geral

O Alto Minho deverá construir um sistema de conectividade e mobilidade no Alto Minho, conjugando elementos físicos e imateriais, capaz de promover, de forma eficaz e eficiente, os fluxos de pessoas e bens e garantir o acesso e a difusão de informação e conhecimento, e de se constituir como um veículo essencial para a integração, valorização e projeção do tecido empresarial, das instituições e das pessoas da região.

Objetivos Específicos

- Qualificar as ligações transfronteiriças, físicas e imateriais, reforçando a aproximação e alargando o âmbito de cooperação do Alto Minho com as províncias galegas;
- Desenvolver o conceito de “Alto Minho como região digital” através da disponibilização de um conjunto alargado de ativos e serviços sub-regionais e locais associados à transição digital;
- Reforçar a competitividade do porto de Viana do Castelo, melhorando as condições operacionais e os acessos rodoviários e ferroviários ao porto;
- Reforçar e desenvolver as condições de mobilidade e conectividade, que permitam criar sinergias e obter ganhos de escala, com os territórios de proximidade, com instituições e redes empresariais globais, reforçando a conectividade aos espaços de acolhimento empresarial do Alto Minho.

Projetos Âncora

- A3.1_ Valorização do posicionamento macro-territorial do Alto Minho no contexto da Rede Transeuropeia de Transportes, quer no contexto do Corredor Atlântico, quer na Rede de Portos Europeus, quer nas ligações rodoviárias transfronteiriças chave para a competitividade económica;
- A3.2_ Valorização da Inserção Económica, Social e Ambiental do Alto Minho em Redes, Parcerias e Projetos de Cooperação Territorial (nomeadamente) no âmbito da União Europeia;
- A3.3_ Reforço da posição geoestratégica privilegiada para o investimento, pela relação de proximidade com a Galiza, com uma acessibilidade sub-regional que pode rapidamente ser alavancada com o reforço das ligações transfronteiriças;
- A3.4_ Promoção da iniciativa “Alto Minho na transição Digital”, incluindo a transição digital na administração local (DIGI_ADMIN_2030);

Projetos Complementares

- A3.1.1_Ligações rodoviárias transfronteiriças e melhoria de acesso aos espaços de acolhimento empresarial:
 - No eixo Melgaço a Valença - Corrigir as zonas de traçado mais sinuosos; Alargamento do perfil transversal; Introdução de vias de lentos nas pendentes mais acentuadas; Remodelar interseções; Construção de variantes em Valença e Monção;
 - No IC28 entre Ponte da Barca e Lindoso - Corrigir zonas de traçado sinuoso e construção de vias de lentos; Construção de variantes ou assumir a travessia de povoações em Muía, Touvedo, Britelo, Paradamonte, Cidadelhe e Lindoso; diminuir tempos de percurso para facilitar a mobilidade;
 - Prolongamento do IC1 (A28) até Sapardos (A3) e Valença - Conexão com o acesso a Paredes de Coura (em funcionamento);
- Melhoria da atual EN 13 – ligação Valença - VN Cerveira – A28;
- Construção da Variante Sul Ponte de Lima – Ligação com o nó da A3
- Estudar soluções de conexão para a ligação de Caminha aos concelhos limítrofes de Rosal ou A Guarda- incluindo a manutenção das condições de operacionalidade da travessia do Ferryboat e equacionando soluções inovadoras de mobilidade fluvial).
- A3.2.1_ Conectividade entre a Linha do Minho e a Linha de Alta Velocidade;
- A3.3.1_ Qualificação do porto de Mar de Viana do Castelo ;
- A3.3.2_ Ligação do Porto de Mar de Viana do Castelo à ferrovia crucial para potenciar as exportações dos municípios do Alto Minho;
- A3.3.3_ Promoção da mobilidade sustentável no Alto Minho;
- A3.3.4_ Qualificação dos centros de meios aéreos e aeródromos do território (CERVAL e CMA Arcos de Valdevez).

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO ECOSISTEMA

Promotores/Parceiros: CIM Alto Minho, Municípios, REFER, Infraestruturas de Portugal, MinhoCOM, ANACOM, IMT e AMT, GNP-AECT, AECT Rio Minho e Raia Seca

Destinatários alvo: Organismos Intermédios, Comunidades Intermunicipais e Municípios; Empresas, e População em geral

PA 3 “Alto Minho conectado, em transição e inovador”

PLANEAMENTO TEMPORAL

Metas & Indicadores

- Aumento do número de passageiros por via ferroviária;
- Redução dos tempos e aumento da cadência das viagens;
- Aumento da proporção das exportações efetuadas pelo porto de Viana do Castelo;
- Diminuição do tempo de ligação interna (entre os dez concelhos do Alto Minho) e transfronteiriça.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Contributo ODS e PT2030/Norte2003 (conforme ilustração lateral)

Contributo para os eixos temáticos do Alto Minho 2030

Competitividade	★★★★★
Atratividade	★★★★★
Conectividade	★★★★★
Resiliência	★★★★★

FONTE DE FINANCIAMENTO

A concretização deste programa de ação deverá ser apoiada por vários instrumentos de financiamento do Portugal 2030, até 31 de dezembro de 2029. Neste contexto, consoante o âmbito e tipologia de ação para a concretização das ações âncora e complementares poderão mobilizados os recursos financeiros previstos nos Programas Operacionais. Este financiamento será obrigatoriamente complementado por fundos nacionais. Complementarmente poderão vir a ser mobilizados outros instrumentos de financiamento europeu. De seguida surgem as linhas de apoio pré-identificadas:

- PRR-PT, PO regional do Norte; PO Temático (competitividade), Instrumentos diretos da Comissão Europeia e Cooperação territorial Europeia, incluindo a dimensão transfronteiriça;



PA 4 “Alto Minho sustentável e resiliente à mudança climática”

ABORDAGEM OPERACIONAL

Foco de intervenção/ação

Programa de ação focado na promoção do Alto Minho enquanto território sustentável exige uma gestão equilibrada dos recursos do território, ancorada na preservação dos elementos que definem a identidade do território sem, contudo, impedir a exploração do seu potencial de valorização e de encontrar soluções positivas para acompanhar as tendências em curso que emergem das dinâmicas da globalização e que reforçam a necessidade dos territórios se orientarem para novos modelos de desenvolvimento assentes numa economia de baixo carbono.

Objetivo Geral

O Alto Minho deverá trabalhar de forma coordenada para estabelecer no território um conjunto de mecanismos e processos, que envolvam uma multiplicidade de stakeholders, que permitam internalizar nos hábitos dos cidadãos, das instituições e das empresas um conjunto de práticas “verdes” que respeitem e contribuam para a sustentabilidade do património natural, do património histórico e da biodiversidade da região, prevenindo e adaptando-se à mudança climática

Objetivos Específicos

- Proteger e gerir, de forma ativa, o património natural, a biodiversidade, a geodiversidade e os recursos hídricos, garantindo o equilíbrio entre a base ambiental e a base das atividades económicas desenvolvidas;
- Promover a sustentabilidade energética do Alto Minho;
- Promover a valorização e tratamento dos resíduos sólidos urbanos e dos bio resíduos;
- Estruturar um modelo de prevenção e gestão de riscos capaz de responder de forma ágil e flexível às ameaças ambientais e climáticas;
- Melhorar a qualidade da paisagem com recuperação das zonas degradadas e criação de corredores ecológicos;
- Melhorar a eficiência em operações integradas sub-regionais e locais no âmbito do Ciclo Urbano da Água;
- Promoção da transição para a economia circular no Alto Minho;

Projetos Âncora

- A4.1_ Implementação das medidas propostas nos Planos Intermunicipal e municipais de adaptação às alterações climáticas;
- A4.2_ Implementação das medidas propostas na Estratégia regional para a Paisagem do Alto Minho;
- A4.3_ Melhoria dos níveis de qualidade, atendimento, integração e eficiência do sistemas Ciclo Urbano da Água e Resíduos Sólidos Urbanos;
- A4.4_ Capacitação, prevenção, gestão e mitigação de riscos à escala da paisagem (PROTEC|GEORISK 2030);
- A.4.5_ Aquisição e gestão conjunta de equipamentos (Alto Minho ATEMPO 2030);
- A.4.6_ Qualificação e requalificação de infraestruturas (Segurança e PC);

Projetos complementares

- A4.1.1_ Promoção da transição para a economia circular no Alto Minho;
- A4.1.2_ Projeto integrado de promoção da sustentabilidade energética do Alto Minho;
- A4.1.2_ Promoção da eficiência energética nos edifícios municipais e sociais;
- A4.1.3_ Promoção da Certificação da Gestão Florestal Sustentável;
- A4.1.4_ Estruturação, dinamização e monitorização do Plano de Ação “Alto Minho – território Net Zero Energy”;
- A4.2.1_ Recuperação de áreas degradadas, incluído a (i) Promoção de uma estratégia de recuperação de espaços degradados, priorizando estas intervenções de acordo com a proximidade a espaços de excelência ambiental e o impacto na paisagem rural; (ii) Conservação e reabilitação da rede hidrográfica, incluindo limpeza e desassoreamento de linhas de água, zonas ribeirinhas e das zonas húmidas, aplicação de técnicas de engenharia natural e recuperação das galerias ripícolas dos principais rios;
- A4.3.1_ Projeto integrado de promoção da sustentabilidade energética do Alto Minho;
- A4.3.2_ Projeto integrado de promoção dos serviços coletivos territoriais no âmbito do CUA e dos RSU;
- A4.4.1_ Desenvolvimento de um programa de educação e sensibilização ambiental e da promoção do empreendedorismo verde na rede de biodiversidade do Alto Minho;
- A4.4.2_ Controlo e erradicação de espécies invasoras lenhosas a desenvolver nos principais espaços florestais, faixas litorais e galerias ripícolas;
- A4.4.3_ Priorizadas operações integradas à escala da paisagens transfronteiriça, em particular, ao nível dos riscos biológicos (invasoras e outros) no sentido de tornar a paisagem mais dinâmica e resiliente e na melhoria da qualidade dos recursos hídricos transfronteiriços;
- A4.4.4_ Desenvolvimento de planos de ação e gestão da rede de biodiversidade e de paisagens singulares do Alto Minho (Paisagem Protegida da Lagoa de Bertandos e S. Pedro d’Arcos. Paisagem Protegida de Corno de Bico, PP Serra d’Arga), promovendo a valorização ecológica e ambiental das atividades produtivas e conservação de ecossistema;
- A.4.5.1_ Estruturação e desenvolvimento de um programa de capacitação que fomente a eficácia e a eficiência da capacidade de resposta às emergências, nomeadamente, através do uso das inovações tecnológicas, para dar respostas a ocorrências/riscos provocados pela mudança climática e contingências decorrentes de riscos tecnológicos com impacto no ecossistema
- A4.5.2_ Dotação dos meios, recursos e equipamentos dimensionados aos riscos territoriais identificados no território, bem como o reforço e qualificação da capacidade de intervenção ao nível das instalações e infraestruturas de apoio
- A4.5.3_ Dinamização de um programa de informação e sensibilização da população como forma de prevenção dos riscos relacionados com as mudanças climáticas.
- A.4.6.1_ Desenvolvimento do Roteiro Estratégico permitindo orientar a ação conjunta dos diversos corpos de bombeiros
- A.4.6.2_ Reforço dos serviços municipais de proteção civil
- A.4.6.3_ Reforço da segurança às populações

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO ECOSISTEMA

Promotores/Parceiros: CIM Alto Minho, Municípios, ER, APA, ICNF, ERSAR, Grupo Águas de Portugal (Águas do Alto Minho, Agências de Desenvolvimento, Associações de Desenvolvimento e promoção do território (ADERE PG, ADRIL, ADRIMINHO, ARDAL, Instituições do Ensino Superior e Científico (Ex. IPVC), ANEPC, Federação de Bombeiros.

Destinatários alvo: Organismos Intermédios, Comunidades Intermunicipais e Municípios, Beneficiários dos fundos, agentes de proteção civil e População em geral

PA 4 “Alto Minho sustentável e resiliente à mudança climática”

134

PLANEAMENTO TEMPORAL

Metas & Indicadores

- Evoluir positivamente, mantendo o rácio entre a produção de energia elétrica de base renovável e o consumo total de energia relativo ao Alto Minho superior aos níveis médios de Portugal e da região do Norte;
- Evoluir positivamente, convergindo gradualmente para o indicador registado (% de resíduos urbanos recolhidos seletivamente) ao nível da região do Norte e do País;
- Evoluir positivamente, convergindo gradualmente para o indicador registado (taxa de superfície florestal ardida) ao nível da região do Norte e do País;

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Contributo ODS e PT2030/Norte2003 (conforme ilustração lateral)

Contributo para os eixos temáticos do Alto Minho 2030

Competitividade	★★★★★
Atratividade	★★★★★
Conectividade	★★★★★
Resiliência	★★★★★

FONTE DE FINANCIAMENTO

A concretização deste programa de ação deverá ser apoiada por vários instrumentos de financiamento do Portugal 2030, até 31 de dezembro de 2029. Neste contexto, consoante o âmbito e tipologia de ação para a concretização das ações âncora e complementares poderão mobilizados os recursos financeiros previstos nos Programas Operacionais. Este financiamento será obrigatoriamente complementado por fundos nacionais. Complementarmente poderão vir a ser mobilizados outros instrumentos de financiamento europeu. De seguida surgem as linhas de apoio pré-identificadas:

- PRR –PT; Fundo Ambiental; PO regional do Norte; Programas temáticos (ex. PO Sustentável); Cooperação territorial Europeia, incluindo a dimensão transfronteiriça;



PA 5 “Alto Minho coeso e inclusivo”

135

ABORDAGEM OPERACIONAL

Foco de intervenção/ação

Programa de ação focado na construção de um território coeso e inclusivo implica a criação de dinâmicas de atuação em rede que impulsionem o envolvimento de uma gama alargada de agentes sociais, institucionais e culturais do Alto Minho, que agregue uma multiplicidade de competências no sentido de providenciar as respostas necessárias e adequadas aos desafios e constrangimentos que se colocam à região.

Objetivo Geral

Promover a coesão social e territorial surge como um objetivo de sustentação fundamental para o modelo de desenvolvimento do Alto Minho, ancorado num conjunto de ações que visem o estímulo do trabalho em rede das instituições regionais, numa lógica de articulação supramunicipal, para melhorar os mecanismos de resposta social, o acesso aos serviços básicos e avançados, o sistema de ensino pela adequação da oferta formativa às necessidades das empresas que facilitem a inserção na vida ativa, a aproximação do mundo rural ao mundo urbano, a preservação da memória e da identidade da região e a participação da comunidade nas questões relevantes para o desenvolvimento do território.

Objetivos Específicos

- Promover a empregabilidade no Alto Minho, através da estruturação de um modelo educativo que estimule o empreendedorismo, a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida;
- Desenvolver os conceitos “Alto Minho saudável”, associado à qualificação dos sistemas coletivos de saúde, e “Alto Minho ativo”, para a promoção da atividade física;
- Dinamizar ações integradas de revitalização económica, social e urbanística de zonas sensíveis e ações de regeneração urbana e comercial nos centros urbanos de excelência, promovendo a valorização de temáticas diferenciadas;
- Estabelecer um programa de ação orientado para o desenvolvimento rural;
- Estruturar um sistema de transportes públicos eficiente e eficaz, através da coordenação supramunicipal que garanta a intermodalidade.

PA 5 “Alto Minho coeso e inclusivo”

Projetos Âncora

- A5.1_Promoção das condições de excelência/qualidade no ensino básico e secundário do Alto Minho
- A5.2_Promoção de comunidades saudáveis no Alto Minho
- A5.3_Planeamento, dinamização e monitorização de iniciativas-âncora para o desenvolvimento social do Alto Minho
- A5.4_Promoção da cultura inclusiva e de uma região proATIVA no Alto Minho
- A5.5_Promoção do Pacto Territorial para a Empregabilidade do Alto Minho

Projetos complementares

- A5.1.1_Promoção em rede sub-regional do Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar (School4All - Alto Minho 2030);
- A5.1.2_Promoção da carta educativa intermunicipal “Alto Minho 2020”, definindo os mecanismos de articulação entre as políticas locais de território e as políticas de educação no sentido de estabelecer estratégias de regulação da oferta e da procura de ensino e de desenvolvimento do diálogo entre as várias ofertas educativas, para que se constitua como um instrumento fundamental de planeamento e reforço da gestão racional dos recursos;
- A5.1.3_Asegurar uma estreita articulação do sistema de ensino com os centros de produção e difusão de conhecimento;
- A5.2.1_dinamização de programação de promoção da atividade física junto dos cidadãos, a promoção de serviços de telemedicina e teleassistência de saúde, ou o desenvolvimento de programas de informação e comunicação sobre saúde tirando partido da diversidade ambiental e das estruturas verdes do território;
- A5.2.2_Dinamização de um plano de marketing e comunicação do produto “Saúde e bem estar” do Alto Minho procurando o reposicionamento da identidade “ através da associação a conceitos de bem estar e tratamentos;
- A5.2.3_Dar continuidade e adensar iniciativas integras à escala do Alto Minho de literacia na saúde num contexto de transição para economia circular/sustentável (ex Programa Alimentação Saudável em Saúde Escolar Programa de Otimização das Dietas Escolares);
- A5.2.4_Investimentos no domínio da saúde no Alto Minho, ao nível do Hospital de Viana do Castelo e Ponte de Lima (a enquadrar no OP4 4.5 PO NORTE2030) e nos cuidados primários de saúde (a enquadrar na componente 1 Saúde do PRR-PT);
- A5.3.1_Inovação e adaptação à mudança social/comportamental (ex. Conselhos Municipais de Saúde, Estratégias Supramunicipais e gabinetes intermunicipais de coordenação municipal);
- A5.3.2_Qualificação da rede de equipamentos e serviços de coesão territorial e social, certificação da qualidade das respostas sociais e articulação e melhoria das respostas de apoio domiciliário; promoção da coordenação e gestão partilhada de equipamentos e serviços entre concelhos;
- A5.3.3_Serviç@s móveis prioritários;
- A5.4.1_Alto Minho, um território Conciliador - Consensualizar compromissos que promovem a igualdade de género e a não discriminação no Alto Minho, com níveis de desempenho elevados na execução dos Planos Municipais e Intermunicipal; Desenvolver estratégias de animação da parceria que concorrem para a promoção da igualdade e não discriminação junto de grupos específicos;
- A5.4.2_Participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação de grupos vulneráveis - Região IntegrAtiva Alto Minho
- A5.5.1_Developolvimento de um plano de qualificação e capacitação para a ação local e sub-regional;

PA 5 “Alto Minho coeso e inclusivo”

137

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO ECOSISTEMA

Promotores/Parceiros: CIM Alto Minho, Municípios, IPSS, ULSAM, Escolas Profissionais e Agrupamentos Escolares, ISS, ACSS, ARS Norte, SEF, IPDJ, PNA, Agências de Desenvolvimento, Instituições do Ensino Superior e Científico (Ex. IPVC),

Destinatários alvo: Organismos Intermédios, Comunidades Intermunicipais e Municípios; Profissionais do setor, IPSS, Beneficiários dos fundos e População em geral;

PA 5 “Alto Minho coeso e inclusivo”

138

PLANEAMENTO TEMPORAL

Metas & Indicadores

- Reforçar as respostas sociais para idosos para patamares superiores à média nacional
- Evoluir positivamente, mantendo a capacidade de resistência à subida do desemprego, garantindo em patamar inferior a 90% do índice de desemprego de Portugal
- Evoluir positivamente na Taxa de retenção e desistência, mantendo-a em patamar inferior às médias da região do Norte e do País
- Evoluir positivamente na Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, mantendo-a em patamar superior às medias da região do Norte e do País
- Evoluir positivamente, mantendo valores médios (média de alunas/os matriculadas/os por computador com ligação à Internet) mais favoráveis do que a média nacional

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Contributo ODS e PT2030/Norte2003 (conforme ilustração lateral)

Contributo para os eixos temáticos do Alto Minho 2030

Competitividade	★★★★★
Atratividade	★★★★★
Conectividade	★★★★★
Resiliência	★★★★★

FONTE DE FINANCIAMENTO

A concretização deste programa de ação deverá ser apoiada por vários instrumentos de financiamento do Portugal 2030, até 31 de dezembro de 2029. Neste contexto, consoante o âmbito e tipologia de ação para a concretização das ações âncora e complementares poderão mobilizados os recursos financeiros previstos nos Programas Operacionais. Este financiamento será obrigatoriamente complementado por fundos nacionais. Complementarmente poderão vir a ser mobilizados outros instrumentos de financiamento europeu. De seguida surgem as linhas de apoio pré-identificadas:

- PRR-PT, PO Temático (Pessoas), PO regional do Norte; Instrumentos diretos da Comissão Europeia e Cooperação territorial Europeia, incluindo a dimensão transfronteiriça, FAMI.



PA 6 “Alto Minho com potencial endógeno”

ABORDAGEM OPERACIONAL

Foco de intervenção/ação

Os recursos endógenos do Alto Minho assumem uma importância decisiva para a afirmação do território, na medida em que se constituem como vetores fundamentais para o desenvolvimento sustentado do tecido económico e social, pelo potencial que revelam na criação de emprego e riqueza e pelo seu papel enquanto elementos essenciais para a defesa e projeção da identidade da região. Assim, o Alto Minho encontra na valorização dos recursos endógenos o mecanismo privilegiado para a construção de uma região mais competitiva, enquanto espaço de afirmação de empresas através de produtos diferenciados, mais resiliente e mais atrativa, conjugando a preservação do património ambiental com a valorização económica dos seus elementos identitários.

A valorização económica dos recursos endógenos do Alto Minho constitui-se como um motor para afirmação de um modelo de desenvolvimento competitivo. Com efeito, montanha, vales, rios e mar assumem-se como elementos âncora para o desenvolvimento de uma gama alargada de atividades ligadas à fileira florestal, ao setor agroalimentar, à economia do mar e às energias renováveis com capacidade para gerar emprego e criar riqueza de forma sustentada na região.

Objetivo Geral

O Alto Minho deverá impulsionar um conjunto alargado de atividades assentes em modelos produtivos que se mostrem competitivos num quadro concorrencial cada vez mais exigente, onde as dinâmicas da procura e a importância da incorporação de conhecimento vão redefinindo com maior intensidade os modelos de negócio, e sejam capazes de acompanhar ou até liderar os processos de transformação nos próprios modelos de produção, orientando-os para práticas sustentáveis que se vão assumindo como exigências da economia de baixo carbono e como tendências mais vincadas nos modelos de consumo.

Objetivos Específicos

- Valorizar o potencial económico dos recursos endógenos mar e rios, com o desenvolvimento de modelos de negócio ligados à economia azul, assentes em princípios de inovação e diferenciação e devidamente orientados para diferentes tipos de procura;
- Reforçar, reorientar e desenvolver as atividades ligadas à fileira da floresta, ao setor agroalimentar e às energias renováveis, promovendo uma oferta formativa regional orientada para estas atividades que consiga alavancar novos modelos de negócio, novos processos produtivos e orientar a produção para diferentes segmentos de procura;
- Aumentar a rentabilidade e a competitividade das empresas ligados ao setor primário e aos ativos endógenos tirando partido do contexto ambiental e climático..

PA 6 “Alto Minho com potencial endógeno”

140

Projetos Âncora

- A.6.1_ Valorização económica sustentável dos recursos endógenos (mar e rio, agroalimentar, recursos eco energéticos, da vinha e do vinho, das rochas ornamentais e da pedra, artesanato e ofícios tradicionais);
- A6.2_Criação de um Centro de Tecnologia e Inovação do Agroalimentar baseado no conhecimento e inovação focado nos recursos endógenos, na viticultura e enologia, no território e paisagem e na gastronomia;

Projetos complementares

- A6.1.1_Construção e concessão da Marina Atlântica de Viana do Castelo;
- A6.1.2_ Apoio à diversificação nas explorações agrícolas: dinamização das explorações no sentido da sua autossustentabilidade, promoção do turismo de habitação e turismo em espaço rural, transformação de produtos agrícolas e animação turística;
- A6.1.3_Promoção da rede regional de circuitos “curtos” de comercialização de produtos locais da região;
- A6.2.1_Ações conjuntas de promoção, internacionalização, estudo e dinamização e apoio à captação de investimentos;
- A6.2.2_Reforço da eficiência da produção de uva Alvarinho e Loureiro;
- A6.2.3_Criar um laboratório com a missão de apoiar a inovação e o empreendedorismo para os setores agrícola e alimentar;
- A6.2.4_Promoção da renovação e transmissão dos saberes tradicionais, através de escolas-oficinas, escolas de artes e ofícios, escolas profissionais e centros de formação especializados;
- A6.2.5_Apoio à certificação e qualificação de produtos artesanais da região;

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO ECOSISTEMA

Promotores/Parceiros: CIM Alto Minho, Municípios, Turismo Porto e Norte, ER, APA, ICNF, Consórcios Intermunicipais (Ex. Minho Inovação), Agências de Desenvolvimento, Associações de Desenvolvimento e promoção do território (ADERE PG, ADRIL, ADRIMINHO, ARDAL, Instituições do Ensino Superior e Científico (Ex. IPVC, IPCA, Universidade Católica, CIIMAR, etc.), Escola de Hotelaria e Turismo, Associações do Setor (Ex. APHORT, etc.), Rede de Incubadoras do território (ex. INCubo, etc.); NUTRIR, Cooperativas Agrícolas; Associação de Produtores Florestais; Associações de Criadores de Raças Autóctones; Direção regional de agricultura e pescas do Norte; Direção Geral do Mar e Assuntos Marítimos; Estaleiros navais de Viana do Castelo; Associações locais (pescadores e agricultores);

Destinatários alvo: Institutos Politécnicos e Centros de Investigação, Organismos Intermédios, Comunidades Intermunicipais e Municípios; Profissionais do setor, Beneficiários dos fundos e População em geral

PA 6 “Alto Minho com potencial endógeno”

141

PLANEAMENTO TEMPORAL

Metas & Indicadores

- Aumento do ritmo de criação de emprego e do número de empresas nos setores ligados à valorização dos recursos endógenos;
- Aumento do valor acrescentado nas exportações nos setores ligados aos recursos endógenos;
- Acréscimo da contribuição da venda de produtos proveniente de produtos biológicos no VAB da região;
- Aumento do efetivo de espécies endógenas e de raças autóctones/variedades regionais.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Contributo ODS e PT2030/Norte2003 (conforme ilustração lateral)

Contributo para os eixos temáticos do Alto Minho 2030

Competitividade	★★★★★
Atratividade	★★★★★
Conectividade	★★★★★
Resiliência	★★★★★

FONTE DE FINANCIAMENTO

A concretização deste programa de ação deverá ser apoiada por vários instrumentos de financiamento do Portugal 2030, até 31 de dezembro de 2029. Neste contexto, consoante o âmbito e tipologia de ação para a concretização das ações âncora e complementares poderão mobilizados os recursos financeiros previstos nos Programas Operacionais. Este financiamento será obrigatoriamente complementado por fundos nacionais. Complementarmente poderão vir a ser mobilizados outros instrumentos de financiamento europeu. De seguida surgem as linhas de apoio pré-identificadas:

- PRR-PT; Fundo Ambiental; MAR2030 e PEPAC; Turismo de Portugal (linhas de apoio); PO regional do Norte; Instrumentos diretos da Comissão Europeia e Cooperação territorial Europeia, incluindo a dimensão transfronteiriça;



PA 7 “Alto Minho competitivo e acelerador do ecossistema empreendedor”

ABORDAGEM OPERACIONAL

Foco de intervenção/ação

Programa de ação orientador da atuação do destino com o horizonte 2027 que pretende ser mobilizador dos ativos existentes e do potencial do ecossistema empreendedor do Alto Minho, projetando a sua dinâmica e competitividade no quadro da inserção geoestratégica da Euroregião Galiza-Norte de Portugal de forma a contribuir para o alinhamento e metas das políticas públicas locais de apoio ao empreendedorismo e ao aproveitamento dos recursos endógenos do território. O foco da ação passa por promover, no âmbito nacional e internacional, o ecossistema empreendedor do Alto Minho, através do desenvolvimento de iniciativas que assegurem, em estreita ligação com os diferentes atores locais, regionais e nacionais, a estruturação e governança de redes e espaços de colaboração e o reforço da atratividade territorial

Objetivos Geral

O objetivo geral passa por criar a base de orientação estratégica para contribuir para o desenvolvimento do ecossistema empresarial e empreendedor do Alto Minho, através da reanimação, dinamização e governança da Rede de Competitividade Territorial do Alto Minho, uma estrutura informal criada anteriormente pela CIM Alto Minho e necessitar urgentemente de ser ativada. Para o sucesso desta iniciativa, é determinante o compromisso empenhado das diversas estruturas de ensino superior e profissional da região na dinâmica desta rede. Acresce a necessidade de integração em redes nacionais (de áreas empresariais, de incubadoras, de fablabs e de espaços makers), uma vez que promove a abertura do ecossistema ao exterior e o acesso a novas tendências e boas práticas de apoio ao empreendedorismo.

Objetivos Específicos

- Estruturar e capacitar o ecossistema empreendedor do Alto Minho;
- Divulgar a proposta de valor do ecossistema empreendedor do Alto Minho;
- Promover a atratividade internacional das áreas de acolhimento empresarial e do ecossistema empreendedor.

PA 7 “Alto Minho competitivo e acelerador do ecossistema empreendedor”

143

Projetos Âncora

- A7.1_ Rede de Apoio à Competitividade Territorial do Alto Minho
- A7.2_ Campus Empreendedor
- A7.3_ 'Rural Startup Village Alto Minho' & RURAL CAPITAL expanding Alto Minho;
- A7.4_ Rede regional de CTI do Alto Minho “Industria, Energia e tecnologia oceânicas e Agroalimentar”

Projetos complementares

- A7.1.1_ Plano de Comunicação e Promoção do Ecossistema de inovação e empreendedorismo do Alto MinhoA
- 7.1.2_ Programa Smart Qualific'AAE 5+ Alto Minho
- A7.2.3_ Programa de Aceleração Alto Minho
- A7.2.1_ Rede de Mentores Empreende Alto Minho
- A7.3.2_ Programa de Aceleração Rural Hub Alto Minho
- A7,3,3_ 'Make It in Alto Minho' & Espaços_COWORK Alto Minho;
- A7.2.2_ 'One Stop Shop Alto Minho'
- A7.3_1_ Rede Maker Alto Minho
- A7.4.1_ Promoção e qualificação da rede regional de Centros de Estudos, Conhecimento e Investigação do Alto Minho

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO ECOSISTEMA

Promotores/Parceiros: CIM Alto Minho, Municípios,, Consórcios Intermunicipais (Ex. Minho Inovação), Agências de Desenvolvimento, Associações de Desenvolvimento e promoção do território (ADERE PG, ADRIAL, ADRIMINHO. ARDAL, Instituições do Ensino Superior e Científico (Ex. IPVC, IPCA, Universidade Católica, Universidade do Minho, Universidade do Porto, UTAD), Rede de Incubadoras do território (ex. INCubo, etc.), IAPMEI, AICEP, Portugal Ventures, ANI, ANJE, Turismo Portugal, Start UP Portugal, ACIBTM/ In.Cubo, CEVAL, AEVC, CVRVV, Centro Tecnológico e Inovação (ex. CITN, etc), Escolas Profissionais (ETAP; EPRAMI; EPRALIMA; Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima; Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo), Laboratórios Colaborativos (ex. DataColab, etc.)

Destinatários alvo: Institutos Politécnicos e Centros de Investigação, Organismos Intermédios, Comunidades Intermunicipais e Municípios; Profissionais do setor, Beneficiários dos fundos e Empresas e Empresários;

PLANEAMENTO TEMPORAL

Metas & Indicadores

- Investimentos privados combinados com apoio público
- Pequenas e médias empresas (PMEs) introdutoras de inovação de produtos e/ou de processos
- Pedido de patente apresentados
- Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais públicos novos e melhorados
- Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora
- Instituições envolvidas em projetos de inovação e experimentação social
- Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados
- PMEs que recorrem a serviços de incubação depois da criação da incubadora

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Contributo ODS e PT2030/Norte2003 (conforme ilustração lateral)

Contributo para os eixos temáticos do Alto Minho 2030

Competitividade	★★★★★
Atratividade	★★★★★
Conectividade	★★★★★
Resiliência	★★★★★

FONTE DE FINANCIAMENTO

A concretização deste programa de ação deverá ser apoiada por vários instrumentos de financiamento do Portugal 2030, até 31 de dezembro de 2029. Neste contexto, consoante o âmbito e tipologia de ação para a concretização das ações âncora e complementares poderão mobilizados os recursos financeiros previstos nos Programas Operacionais. Este financiamento será obrigatoriamente complementado por fundos nacionais. Complementarmente poderão vir a ser mobilizados outros instrumentos de financiamento europeu. De seguida surgem as linhas de apoio pré-identificadas:

- Turismo de Portugal (linhas de apoio); PO regional do Norte; Instrumentos diretos da Comissão Europeia e Cooperação territorial Europeia, incluindo a dimensão transfronteiriça;



PA 8 “Alto Minho território transcultural e criativo para viver e visitar”

145

ABORDAGEM OPERACIONAL

Foco de intervenção/ação

O acesso à aprendizagem artística é condição essencial de educação e evolução da população. O trabalho implica a cobertura territorial e etária deste acesso, o alargamento ao espaço transfronteiriço e o apoio ao desenvolvimento da atividade por parte de organizações relevantes, bem como o acolhimento de novas ideias e práticas à escala do território do Alto Minho. Reconversão de espaços, dinamização de programas que permitam aumentar a literacia, incluindo a digital, adaptação de instalações para aumentar a afluência de público e aproximar os espaços dos cidadãos. A valorização de espaços públicos e privados com vocação para acolher e desenvolver atividades artísticas e culturais.

Objetivo Geral

- Estimular a criatividade e promover o acesso à cultura salvaguardando e valorizando o capital cultural;

Objetivos Específicos

- Capacitar e reforçar o conhecimento focados numa lógica de acesso, incentivo à criação, à prática e ao conhecimento;
- Qualificar, salvaguardar e promover a visitação através da refuncionalização, digitalização, inovação tecnológica, valorização dos espaços e eficiência dos recursos;
- Reforçar a dimensão da comunicação e valorização em rede promovendo a divulgação, a animação e a sensibilização transmunicipal e intermunicipal;
- Qualificar e classificar eventos âncora do território;

PA 8 “Alto Minho território transcultural e criativo para viver e visitar”

146

Projetos Âncora

- A8.1_ Organização, valorização e promoção do Património, Arte e Cultura do Alto Minho;
- A8.2_ Capacitação, Qualificação e Reconhecimento dos principais serviços e recursos culturais do Alto Minho;
- A8.3_ Valorização de eventos-âncora de promoção do Alto Minho e dos seus principais produtos culturais do Alto Minho;
- A8.4_ Valorização da imagem criativa do Alto Minho.

Projetos complementares

- A8.1.1_ Planos Nacionais das Artes, Leitura, Vídeo, Cinema - implementação de projetos na rede escolar do Alto Minho;
- A8.1.2_ RIMA(P) - Rede Intermunicipal de Música e Artes de Palco;
- A8.1.3_ Memória do Alto Minho: Bandas Filarmónicas; Grupos de Cantares, De Repente Canta a gente; polifonias Alto Minho; Danças Populares;
- A8.1.4_ Touring Alto Minho: valorização de ruínas e outros recursos culturais;
- A8.2.1_ ADN+ - Interculturalidades artísticas - novos mundos, novas casas, o mesmo ADN;
- A8.2.2_ Inclusão pelas artes: corpo e mente;
- A8.2.3_ Programa acessibilidade a espaços culturais;
- A8.2.4_ Sabor das artes: envelhecimento ativo e combate ao isolamento;
- A8.2.5_ Museus, Centros Interpretativos: promover a itinerância turística no Norte;
- A8.3.1_ Agenda regional de inovação artística;
- A8.3.2_ RIBAM - Rede Intermunicipal de Bibliotecas;
- A8.3.3_ Programação de residências artísticas do Alto Minho;
- A8.4.1_ Centros Artísticos de Futuro;
- A8.4.2_ Artes & Empresas: moda, design de produto, arquitetura, fotografia;

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO ECOSISTEMA

Promotores/Parceiros: CIM Alto Minho, Municípios,, Consórcios Intermunicipais (Ex. Minho Inovação), Agências de Desenvolvimento, Associações de Desenvolvimento e promoção do território (ADERE PG, ADRIL, ADRIMINHO, ARDAL, Instituições do Ensino Superior e Científico (Ex. IPVC), Comédias do Minho, Teatro Noroeste, Fundação Bienal de Cerveira, AO NORTE, Academia de Música de Viana do Castelo, Orquestras do Alto Minho, Casa Museu de Monção;

Destinatários alvo: Associações e Entidades Privadas, Academias, Ensino Profissional e Superior, Organismos Intermédios, Comunidades Intermunicipais e Municípios (Bibliotecas, Arquivos, Museus, Centros de Informação e Interpretação, etc.); Profissionais do setor, Beneficiários dos fundos e Empresas e Empresários;

PA 8 “Alto Minho território transcultural e criativo para viver e visitar”

147

PLANEAMENTO TEMPORAL

Metas & Indicadores

- Evoluir positivamente, convergindo gradualmente para o nº de espetadores por habitante registado na Região do Norte e no País

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Contributo ODS e PT2030/Norte2003 (conforme ilustração lateral)

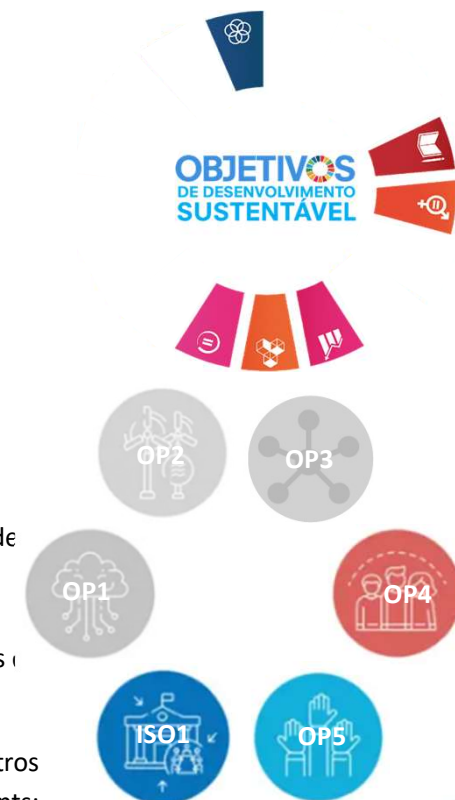
Contributo para os eixos temáticos do Alto Minho 2030

Competitividade	★★★★★
Atratividade	★★★★★
Conectividade	★★★★★
Resiliência	★★★★★

FONTE DE FINANCIAMENTO

A concretização deste programa de ação deverá ser apoiada por vários instrumentos de financiamento do Portugal 2030, até 31 de dezembro de 2029. Neste contexto, consoante o âmbito e tipologia de ação para a concretização das ações âncora e complementares poderão mobilizados os recursos financeiros previstos nos Programas Operacionais. Este financiamento será obrigatoriamente complementado por fundos nacionais. Complementarmente poderão vir a ser mobilizados outros instrumentos de financiamento europeu. De seguida surgem as linhas de apoio pré-identificadas:

- PRR-PT, DGARTES, Turismo de Portugal (linha + interior); PO regional do Norte; Europa Creativa; New European Bauhaus e outros instrumentos diretos da Comissão Europeia e Cooperação territorial Europeia, incluindo a dimensão transfronteiriça; EEA Grants;



III. Metas & Indicadores



verificar, acompanhar e medir

III. Metas & Indicadores

1. Indicadores de contexto	Alto Minho [1]	Norte [2]	[3=1/2]
Território e população			
Concelhos (N.º)	10	86	-
Superfície territorial (km², 2019)	2.218,8	21.285,9	10%
Superfície de área agrícola (km², 2018)	409,9	6.240,9	7%
Superfície de área florestal (km², 2018)	941,9	7.891,2	12%
População residente (N.º, 2019)	230.412	3.575.338	6%
População residente em área predominantemente urbana (N.º, 2019)	110.377	2.643.252	4%
População residente em área predominantemente rural (N.º, 2019)	49.862	334.068	15%
Índice de envelhecimento (2019)	225,7	165,8	-
Índice de dependência (2019)	57,6	50,5	-
Ambiente e energia			
Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab., 2019)	469	470	-
Consumo de energia elétrica (GWh, 2018) [Po]	1.095,9	15.125,3	7%
Emissões de gases de efeito de estufa (kt CO2eq, 2017)	1.096,3	14.557,9	8%
Desempenho económico e competitividade			
Poder de compra per capita (2017)	79,7	92,1	-
PIB per capita em PPC (UE28=100, 2018) [Po]	59,6	65,2	-
VAB (Base 2016 - M€, 2018)	3.082,4	52.078,4	6%
VAB das indústrias transformadoras no VAB das empresas (%; 2018)	43,3	34,9	-
Despesa em I&D no PIB (%; 2017)	0,5	1,5	-
Intensidade exportadora de bens (%; 2018) [Pe]	53,7	37,5	-
Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%; 2019)	141,6	128,3	-
Emprego e inclusão social			
Pessoal ao serviço das empresas (N.º, 2018)	76.221	1.369.856	6%
Desemprego registado por 100 habitantes com 15 ou mais anos de idade (%; 2018)	2,5	4,8	-
Pensionistas da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (%; 2018)	357,7	329,0	-
Beneficiários do RSI por 1000 habitantes em idade ativa (%; 2018)	13,7	33,1	-
Acessos à internet em banda larga por 100 habitantes (%; 2019)	26,7	31,2	-
Sistema de ensino e qualificações			
Escolarização do ensino superior (%; 2019/2020)	25,2	36,1	-
Retenção e desistência no ensino básico (%; 2018/2019)	1,3	2,4	-
Participação em cursos de dupla certificação do ensino secund. (%; 2018/2019)	46,9	42,9	-

O acompanhamento da implementação da estratégia Alto Minho 2030 e a monitorização da convergência regional em relação aos objetivos fixados para a região, recomendam a definição de um conjunto sintético de metas, que permitam aferir, sempre que possível e aplicável, o grau de concretização desses mesmos objetivos a médio e longo prazo (5 e 10 anos). O quadro aqui apresentado apresenta uma visão geral dos indicadores de contexto (partida) para a definição, avaliação e acompanhamento das metas seguidamente proposta para cada eixo de intervenção.

III. Metas & Indicadores

Os quadros seguintes visam quantificar as principais metas assumidas para os quatro eixos temáticos da estratégia Minho (Competitividade, Atratividade, Conetividade e Resiliência), nomeadamente:

No eixo temático da **competitividade** coloca-se a tónica na melhoria da capacidade da região criar riqueza e melhorar o nível de vida oferecido à sua população residente, seja pela valorização dos recursos endógenos, seja pela afirmação internacional da região em determinadas atividades de cadeias de produção globais. Impõe-se uma análise dupla da convergência, efetuada à escala nacional e da UE27. Fixa-se como meta que a trajetória de convergência do Alto Minho para com o nível médio de vida da UE27 seja sustentada por ganhos mais expressivos de produtividade e por avanços mais moderados na intensidade da utilização de recursos humanos que, conjugados com uma estabilização da população residente, contribuirão para uma redução mais acelerada das disparidades face à UE27, num quadro em que o desempenho da região pretende superar a do País. Por outro lado, é importante reforçar quer a intensidade exportadora da região (mantendo um desempenho superior no contexto do País e da região Norte), quer a incorporação de conhecimento e a inovação nos processos e produtos, de modo a aumentar as exportações de bens de alta tecnologia.

III. Metas & Indicadores

No eixo temático da **atratividade** sugere-se que a região estabeleça metas em três domínios: população, turistas e emprego. Neste sentido, o Alto Minho deve procurar manter o ciclo positivo da evolução da natalidade com tendência de aproximação à Região Norte, num cenário em que os efeitos negativos que decorrem de um saldo natural desfavorável sejam superados por um reforço da capacidade de captação de população, refletido nos fluxos migratórios dirigidos ao território. No que diz respeito ao turismo, pretende manter-se o ciclo de crescimento do número de dormidas na região e da taxa de ocupação cama, introduzindo como ambição uma aproximação convergente à dinâmica de crescimento evidenciada pela região Norte. Complementarmente, procurar-se-á manter um nível de bandeiras azuis em praias costeiras e fluviais superiores aos registados na Região Norte e Portugal, bem como uma convergência gradual para o número de espectadores nos espetáculos ao vivo registado na Região Norte e no País. No âmbito do emprego, o atual ciclo conjuntural de crise vivido na economia portuguesa recomenda que as metas sejam fixadas em termos de percurso relativo comparado com o percurso nacional. Importará, portanto, continuar a inverter gradualmente o ciclo de perdas de postos de trabalho, enquanto prioridade decisiva para a valorização da competitividade regional.

No eixo temático da **conetividade** recomenda-se que as metas estabelecidas para o Alto Minho a médio e longo prazo sejam dirigidas à melhoria da mobilidade de bens e conteúdos. No domínio da mobilidade de bens, o Alto Minho deverá ser capaz de diversificar os seus destinos de exportação, reduzindo a exposição aos principais mercados e aproveitando economias em crescimento. Já na mobilidade de conteúdos, a aposta da região deverá ser dirigida no sentido do aumento da capilaridade das infraestruturas digitais para garantir o acesso e promover o aumento da recetividade da população às novas tecnologias.

III. Metas & Indicadores

O eixo temático da **resiliência** preconiza objetivos em torno da sustentabilidade, da coesão e da competitividade que orientam a fixação de metas suscetíveis de potenciar a flexibilidade e a capacidade de adaptação e de mudança do Alto Minho. A região deverá ser capaz de manter uma maior resistência ao desemprego em relação ao País, sobretudo (no desemprego jovem e qualificado) e no reforço das respostas sociais para idosos para patamares superiores à média nacional, contribuindo na minimização de fenómenos de exclusão social. A região encontra também um desafio assinalável na qualificação da população residente, sobretudo nos níveis de habilitações mais elevados. A região deverá, de igual modo, acompanhar a dinâmica empreendedora do País, garantindo uma melhor qualidade dos nascimentos das novas empresas que as torne mais sustentáveis, procurando ainda evoluir positivamente, convergindo gradualmente para os níveis de investimento em I&D em % do PIB da região do Norte e do País. Em quarto lugar, a região deverá reforçar a resiliência pela sustentabilidade do território, promovendo melhores condições para o ordenamento equilibrado e sustentável, quer através da dinamização da regeneração e reabilitação urbana e da diminuição dos espaços florestais ardidos, quer na melhoria do acesso e qualidade dos níveis de serviço no domínio do saneamento básico, quer ainda pela valorização das energias renováveis e da eficiência energética.

Por fim, assinale-se que os indicadores formulados para as metas desta estratégia foram, também validados através da grelha de apreciação “Smart Indicators” apresentada ao longo do período 2021-2027.

SMART Indicators:	Specific (Especificação)	O indicador aborda os cinco W's: quem (Who), o quê (what), quando (when), onde (where) e porquê (why)? O indicador especifica o que precisa ser feito, mediante um prazo para a sua conclusão? Na formulação do indicador são usados verbos de ação, tais como: criar, projetar, desenvolver, implementar, produzir, etc.?
	Measurable (Mensuração)	O indicador inclui medidas numéricas ou descritivas que definem a quantidade, qualidade, custos, etc.? O indicador baseia-se em elementos observáveis, como: ações, quantidade, qualidade, tempo, eficiência e/ou flexibilidade para medir os resultados?
	Achievable (Atingível)	O indicador é alcançável com os recursos disponíveis? O indicador é alcançável dentro do prazo inicialmente delineado? É possível alcançar o objetivo do indicador dado o ambiente de trabalho e a autoridade de controle?
	Relevant (Relevância)	O indicador é um instrumento para a missão da parceria de governação? O indicador respeita uma atividade importante no contexto das funções da parceria de governação? O indicador vai ajudar a instituição a atingir os seus principais objetivos?
	Time-Bound (Tempo Limite)	O indicador identifica a data limite definida para a conclusão e/ou frequências para ações específicas importantes para alcançar o indicador? O indicador incorpora uma data específica, um marco no calendário ou um prazo relativo à realização de outro resultado ou seja, ligações a outros projetos?

III. Metas & Indicadores

Eixo	Indicadores de Monitorização	Portugal	Norte	Alto Minho	Fonte	Metas 2030
3. CONETIVIDADE	Acessos ao serviço Internet em banda larga em local fixo por 100 habitantes (2018)	36,8%	33,0%	28,6%	INE; Anuário Estat. Comun. Inter.	Evoluir positivamente, convergindo gradualmente para o número de Acessos ao serviço Internet em banda larga em local fixo por 100 habitantes registado na Região do Norte e no País.
	Média de alunos/os matriculadas/os por computador com ligação à Internet (2017/2018)	4,7	4,8	3,7	INE; Anuário Estatístico; Indicadores de Educação	Evoluir positivamente, mantendo valores médios mais favoráveis do que a média nacional.
	Concentração das exportações nos 4 principais mercados de destino (2018)	58%	62%	83%	INE; Anuário Estatístico; Comércio Internac.	Diversificar os mercados de exportação para que a concentração nos 4 principais mercados se situe em patamares dos 70 a 75%

Eixo	Indicadores de Monitorização	Portugal	Norte	Alto Minho	Fonte	Metas 2030
4. RESILIÊNCIA	Rácio entre a produção de energia elétrica de base renovável e o consumo total de energia (média dos três últimos anos 2016-2018)	0,64	1,09	2,55	DGEG	Evoluir positivamente, mantendo o rácio entre a produção de energia elétrica de base renovável e o consumo total de energia relativo ao Alto Minho superior aos níveis médios de Portugal e da região do Norte.
	Intensidade energética da economia (2017)	99	84	71	DGEG	Evoluir positivamente, mantendo valores médios de intensidade energética da economia mais favoráveis do que a média nacional.
	Taxa de cobertura das respostas sociais para idosos (2015)	12,80%	-	13,08%	INE (população idosa resid.); Carta Social (capac. das respostas)	Reforçar as respostas sociais para idosos para patamares superiores à média nacional.
	Taxa quinzenal da mortalidade infantil (2014-2018) https://www.ine.pt/sportal/xmain?xid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008711&contexto=bd&selTab=Lab2&xlang=PT	3,0%	2,7%	4,5%	INE. Óbitos por Causas de Morte	Evoluir positivamente, convergindo gradualmente para a taxa de mortalidade infantil da média nacional.
	Esperança de vida à nascença (2016-2018)	80,80	81,18	80,81	INE; Anuário Estatístico - Indicadores de População	Evoluir positivamente, convergindo gradualmente para os níveis de esperança de vida à nascença da região do Norte.
	Indicador Local de Desemprego Registrado (2018)	5,3%	6,2%	3,5%	INE (pop. Residente); IEFP (n.º de desemp.)	Evoluir positivamente, mantendo a capacidade de resistência à subida do desemprego, garantindo patamar inferior a 95% do índice de desemprego de Portugal.
	Taxa de retenção e desistência no ensino básico (2017/2018)	5,1%	3,6%	2,4%	Anuário Estatístico; Indicadores de Educação (INE)	Evoluir positivamente na Taxa de retenção e desistência, mantendo-a em patamar inferior às médias da região do Norte e do País.
	Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (2017/2018)	86,1%	87%	89,8%	Anuário Estatístico; Indicadores de Educação (INE)	Evoluir positivamente na Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, mantendo-a em patamar superior às médias da região do Norte e do País.
	Taxa de escolarização no ensino superior (alunos/os com idade entre 18 e 22 anos)	36,4%	34,2%	23,1%	Anuário Estatístico; Indicadores de Educação (INE)	Evoluir positivamente, convergindo gradualmente para os níveis de taxa de escolarização do ensino superior da região do Norte e do País.

III. Metas & Indicadores

Eixo	Indicadores de Monitorização	Portugal	Norte	Alto Minho	Fonte	Metas 2030
1. COMPETITIVIDADE	PIBpc (2017, EU28 = 100) https://appso.eurostat.ec.europa.eu/nu/submitViewTableAction.do	77	65	59	Eurostat	Evoluir positivamente, convergindo gradualmente para níveis do PIBpc da UE a 5 e 10 anos.
	PIBpc (2017, PT = 100)	100	85	77	INE; Contas Regionais	Evoluir positivamente, convergindo gradualmente para níveis do PIBpc do País a 5 e 10 anos.
	Produt. Aparente do Trabalho (VAB/Emprego) (2017, PT = 100)	100	85,6	88,1	INE; Contas Regionais	Evoluir positivamente, convergindo gradualmente para níveis da produtividade aparente do País a 5 e 10 anos.
	Intensidade Exportadora (2018)	28,4%	37,6%	53,7%	INE; Estat. do Comércio Interbens	Manter níveis de Intensidade Exportadora superiores aos registados na Região do Norte e no País a 5 e 10 anos.
	Taxa de cobertura das importações pelas exportações (2019)	74,6%	128,6%	143,7%	INE; Estat. do Comércio Interbens	Manter rácios de taxas de cobertura das exportações vs importações superiores aos registados na Região do Norte e no País a 5 e 10 anos.
	Exportações de bens de alta tecnologia no total das exportações de bens (2019)	5,17%	5,70%	3,67%	INE; Estat. do Comércio Interbens	Evoluir positivamente, convergindo gradualmente para níveis da quota de bens de alta tecnologia exportados do País a 5 e 10 anos.

Eixo	Indicadores de Monitorização	Portugal	Norte	Alto Minho	Fonte	Metas 2030
2. ATRATIVIDADE	Taxa de variação da Natalidade (trienio 2019-2017 vs 2016-2014)	2,70%	2,00%	1,50%	INE; Estim. Anuais da Pop. Resid.	Manter ciclo positivo de evolução da natalidade trienal, com tendência de aproximação à Região do Norte.
	Taxa de cresc. saldo migratório (2018)	0,11%	0,11%	0,11%	INE; Anuário Estatístico, população	Manter ciclo de saldos migratórios positivos.
	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros (variação 2014-2018)	39%	61%	95%	INE; Anuário Estatístico, Turismo	Manter ciclo de crescimento do número de dormidas, com tendência de aproximação gradual à região do Norte.
	Taxa líquida de ocupação cama (2017)	48,9%	42,0%	30,7%	INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria	Manter o ciclo de crescimento da taxa de ocupação cama, com tendência de aproximação à região do Norte.
	Porcentagem de Praias costeiras e fluviais com bandeira azul (2018)	54,6%	64,6%	76,5%	INE (nº praias); Assoc. Bandeira Azul da Europa	Manter níveis de percentagem de bandeiras azuis em praias costeiras e fluviais superiores aos registados na Região do Norte e Portugal.
	Espetadores de espetáculos ao vivo por habitante (2018)	1,6%	2,0%	1,3%	INE; Inquérito aos Espet. ao Vivo	Evoluir positivamente, convergindo gradualmente para o nº de espetadores por habitante registado na Região do Norte e no País.
	População empregada no setor primário (var. 2011 - 2016)	-16,4%	-19,2%	-6,0%	INE; Contas Nacionais	Reduzir gradualmente as perdas de postos de trabalho numa perspectiva comparativa com a Região do Norte e do País, invertendo o ciclo de destruição de postos de trabalho até 10 anos.
	População empregada no setor secundário (var. 2011 - 2016)	-9,6%	-3,7%	-4,9%	INE; Contas Nacionais	Reduzir gradualmente as perdas de postos de trabalho numa perspectiva comparativa com a Região do Norte e do País, invertendo o ciclo de destruição de postos de trabalho até 10 anos.
	População empregada no setor terciário (var. 2011 - 2016)	2,2%	5,3%	3,0%	INE; Contas Nacionais	Reforçar o ritmo de criação de postos de trabalho.

IV. Modelo de Governação



IV. Modelo de Governança

O modelo de desenvolvimento territorial do Alto Minho deve ser interpretado numa lógica de envolvimento de todos os stakeholders da região, encontrando-se ancorado em redes de cooperação institucionais que sejam o reflexo de estratégias partilhadas pelos diferentes agentes do território. Neste quadro, um ambiente institucional que garanta as condições necessárias à instalação e ao funcionamento das empresas, estimule o empreendedorismo e a criatividade, demonstre capacidade de resposta eficaz aos problemas sociais e promova o exercício pleno da cidadania, constitui-se como um elemento crucial para a melhoria da competitividade, atratividade, conectividade e resiliência do Alto Minho.

O sucesso da implementação de uma estratégia de planeamento de base territorial está particularmente associado à capacidade desta se ancorar em instrumentos com uma governança bem dimensionada, suportada por mecanismos que garantam uma representatividade de participação alargada, flexível e operativa e um marketing territorial arrojado, inovador e eficaz. O figurino adotado deve igualmente refletir o espírito das intervenções e projetos previstos na Estratégia e no Plano de Ação, em termos das entidades envolvidas e da estrutura executiva adotada.

Reconhecendo na estratégia uma orientação para um futuro desejável e realizável, que muitas vezes sofre desvios e reajustamentos, é necessário, também por isso, ter mecanismos ágeis que permitam ajustes aos caminhos inicialmente definidos, sem perder de vista a orientação central e o ponto de chegada. O acompanhamento e monitorização das iniciativas previstas na Estratégia de desenvolvimento territorial do Alto Minho, bem como a promoção e envolvimento dos parceiros e dos cidadãos para a execução das mesmas, constituem assim fatores decisivos para que se consigam concretizar os objetivos de desenvolvimento fixados para o Alto Minho de 2030.

Combinar capacidade executiva e decisional é, portanto, um imperativo a considerar na definição do Modelo de Governança da região. Fator essencial nesta matéria é a capacidade de se formularem, planearem e concretizarem políticas e estabelecer metas e prazos para as ações, sendo imprescindível que existam elevados padrões de concertação e cooperação entre os diversos stakeholders, a diferentes níveis. A este respeito duas questões merecem destaque:

- (i) A ideia de que uma “boa” governança é um requisito fundamental para um desenvolvimento que se requer equilibrado, do ponto de vista do equilíbrio entre objetivos de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo;
- (ii) A questão dos processos e práticas de governança na prossecução das suas metas ganha particular acuidade, incluindo aspetos como o formato institucional do processo decisório, a articulação público-privado na formulação de políticas e, ainda, a maior ou menor abertura a uma participação alargada da representação social, económica e cultural do território.

IV. Modelo de Governança

Existem no Alto Minho dinâmicas positivas, de âmbito variável, no que respeita à atuação concertada entre os diversos atores locais, de que importa retirar ensinamentos e experiências a aportar na definição de um modelo de governação que se pretende mais maduro e exequível, porque beneficiário desse processo de aprendizagem. Existe, contudo, ainda muito espaço para fortalecer nesses domínios da cooperação e articulação inter-institucional, sobretudo em matérias da esfera decisional pública e em matérias que, apesar da esfera de aplicação ser local ou regional, são definidas centralizadamente.

A plataforma recomendada para acompanhar, dinamizar e coordenar a implementação da estratégia de desenvolvimento do Alto Minho é uma Parceria Executiva com atribuições conjugadas, cujo figurino reflete o perfil das principais tipologias homogéneas de intervenções previstas, tendo em consideração o espírito da Visão assumida para o território e da Estratégia delineada para a sua implementação, bem como do conjunto de iniciativas previstas em sede de Plano de Ação.

A Missão desta parceria deverá ser a de garantir a implementação do Plano de Ação adotado, através da assunção das responsabilidades de implementação dos projetos e prioridades executivas para as quais recebe mandato político das entidades com legitimidade democrática e política com poderes para o efeito, lideradas pela CIM Alto Minho, e acompanhadas pelos Presidentes das Câmaras Municipais da região, entidades associativas públicas e privadas representantes do mundo empresarial, entidades do sistema educativo e formativo públicas e privadas, entidades líderes do sistema de apoio social e de apoio ao desenvolvimento de base local, etc.. Deverá ser respeitada e formalmente assumida a influência e responsabilidade inequívoca de algumas entidades no contributo para um modelo governativo com missão executiva bem sucedida.

A delegação das responsabilidades de coordenação executiva implícita a este modelo de governação deverá ser ajustada à concretização dos objetivos exigentes a que a região se propõe, em matéria de concertação de iniciativas e parceiros. A Missão desta parceria resulta de uma leitura com fins governativos e operacionais dos eixos temáticos fixados (de competitividade, de atratividade, de conectividade e de resiliência) na Estratégia “Alto Minho 2030”, remetendo para a fixação de prioridades e para a assunção de diligências ditadas por um primado de promoção do Alto Minho enquanto região atrativa para viver, visitar e investir.

O Modelo de gestão e organização proposto traduz o quadro operativo de governação da estratégia de implementação da Estratégia “Alto Minho 2030”, introduzindo uma expressão assertiva à valorização da capacidade de implementar e de despoletar ações, concretas e direcionadas, geradoras de dinâmicas de resultados. É, portanto, um modelo de governação que deverá levar à prática o plano de ação.

Os campos de atuação desta Parceria Executiva resultam nos seguintes três objetivos de governação:

- (i) Atrair visitantes e residentes, no âmbito da promoção da atratividade turística e residencial, onde se abarcam questões que se prendem com a definição do produto turístico e a política de intervenção da região para a promoção da região e o marketing turístico, a dinamização da oferta cultural e a programação turístico-cultural, as questões da atratividade urbana e dos centros históricos, Atrair empresários e investimentos, no âmbito da promoção da competitividade empresarial, onde se abarcam questões que se prendem com a conectividade externa (redes logísticas e acesso aos mercados), com a valorização dos recursos endógenos e a promoção de iniciativas empresariais dirigidas, com as áreas de acolhimento empresarial, com a formação para a competitividade e o empreendedorismo;
- (ii) Cuidar do território, no âmbito da valorização territorial, onde se abarcam questões que se prendem com a educação para residentes, a sustentabilidade ambiental e ecologia (articular o “natural” com o “artificial”), a conectividade e mobilidade interna (transportes e digital), a resposta social e a dotação de infraestruturas e equipamentos.

Em resumo, o modelo de governança para a Estratégia "Alto Minho 2030" baseia-se numa abordagem participativa, transparente, responsável e adaptável à realidade, às circunstâncias, aos desafios, oportunidades emergentes e mudanças nas condições económicas, sociais e políticas ao longo do período de implementação da estratégia. A colaboração entre todas as partes interessadas, a coordenação eficaz e a capacidade de adaptação são elementos-chave para o sucesso da estratégia de desenvolvimento regional.

IV.1. Ecossistema dos Fundos

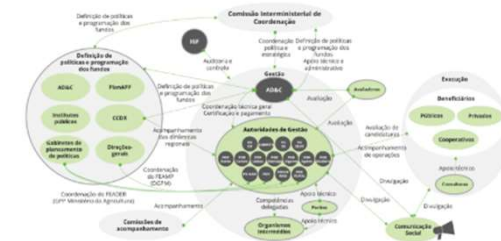


Multinível e comprometido

IV.1. Ecossistema dos Fundos

Em termos da sua função no ecossistema dos Fundos e assumindo como referencial o modelo de governação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) no período de programação 2014-2020, as diversas entidades que o integram podem ser distribuídas por três grandes grupos (não obstante algumas ocuparem posições mais transversais, ou de charneira):

- Conceção e acompanhamento** – Compreende entidades que não estão diretamente envolvidas na gestão dos Fundos, mas que têm um papel determinante na definição das políticas públicas para cuja implementação os Fundos concorrem, ou no acompanhamento da sua implementação, sob as perspetivas dos territórios e dos sectores que beneficiam da Política de Coesão. Essencialmente, enquadram-se neste grupo direções-gerais, gabinetes de planeamento de políticas, institutos públicos, as comissões de coordenação e desenvolvimento regional, as entidades externas à gestão que integram as comissões de acompanhamento dos programas, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP e o Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública (PlanAPP);
- Gestão** – As entidades diretamente envolvidas na gestão constituem naturalmente o núcleo do ecossistema dos Fundos, estando na generalidade envolvidas (com diferentes níveis de intensidade) em todo o ciclo de política, desde a conceção estratégica, a programação, a seleção de candidaturas e a sua operacionalização, até à monitorização e avaliação das operações apoiadas e à comunicação do desempenho. É coordenada ao nível político pela Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) e ao nível técnico pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C), integrando ainda as autoridades de gestão dos programas operacionais e os respetivos organismos intermédios, a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) enquanto autoridade de auditoria, outras entidades da administração central com responsabilidades de gestão específicas, assim como entidades externas – públicas e privadas – que prestam serviços essenciais à gestão, sobretudo respeitantes à seleção de candidaturas e à avaliação.
- Implementação** – A concretização dos investimentos apoiados pelos Fundos é responsabilidade das múltiplas entidades, de natureza pública, privada ou cooperativa, que desenvolvem as operações apoiadas pelos Fundos e que constituem os beneficiários diretos da Política de Coesão. Estes beneficiários são ainda frequentemente assessorados por consultores externos, que os apoiam ao longo do ciclo dos projetos. Por fim, os órgãos de comunicação social têm um papel relevante de intermediação entre o ecossistema dos Fundos e os grandes públicos, acompanhando de forma crítica e independente o seu desempenho e contribuindo para amplificar a divulgação das suas realizações e dos seus resultados e impactes.



Esquema sintético do ecossistema dos Fundos
Fonte: CEDRU / DY (2021)

COMPETE
2030

PESSOAS
2030
PROGRAMA DEMOCRÁTICA,
QUALIFICAÇÕES
E INCLUSÃO

SUSTENTÁVEL
2030
PROGRAMA AÇÃO CLIMÁTICA
E SUSTENTABILIDADE

MAR
2030

NORTE 2030

alto minho
desafio 2030

IV.2. Modelo & Prática no Alto Minho



robusto, consolidado e operacional

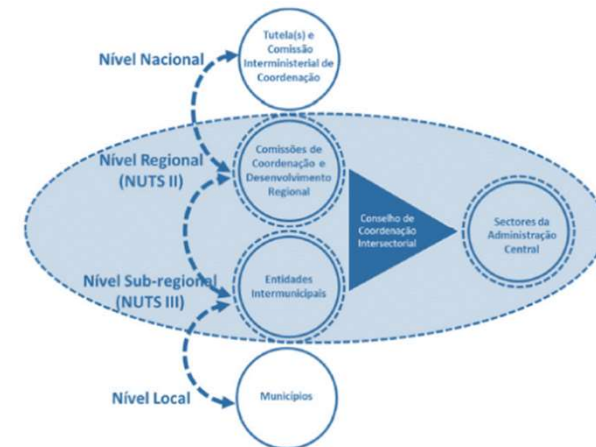
IV.2. Modelo & Prática no Alto Minho

O modelo e a prática adotados no Alto Minho constitui uma experiência singular de governança que conseguiu aproveitar as oportunidades oferecidas pela cooperação à escala intermunicipal, supramunicipal e mesmo às escalas supra NUTS III e transfronteiriça. O Alto Minho conjuga de forma virtuosa a capacidade para gerar e alcançar consensos políticos em torno de prioridades e intervenções à escala supramunicipal com uma reconhecida capacidade técnica que permitiu afirmar e operacionalizar essas prioridades. O aprofundamento desta experiência de cooperação intermunicipal, a sua consolidação e a qualificação do tecido institucional, alargando a outras áreas de atuação e instituições, constitui uma condição de sucesso do Plano de Ação Alto Minho 2030.

Como é assumido na IIBT ALTO MINHO 2030 o modelo de desenvolvimento territorial do Alto Minho deve ser interpretado numa lógica de envolvimento de todos os stakeholders da região, encontrando-se ancorado em redes de cooperação institucionais que sejam o reflexo de estratégias partilhadas pelos diferentes agentes do território .

Neste contexto e além do envolvimento dos parceiros no modelo de governação do CDCT, a presente proposta materializa esta perspetiva de participação ativa dos principais stakeholders do Alto Minho, nomeadamente, através das seguintes vertentes:

a) Participação dos atores territoriais na co construção e /ou atualização da “Estratégia Alto Minho 2023” e do seu Plano de Ação, enquanto condição essencial para a adequada concretização, nas áreas aplicáveis, no CDCT AM 2030. Neste âmbito, merece destaque a participação no processo de formulação e validação estratégica (em sede do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Minho - CEDI-AM) – cujos membros deste órgão estão disponíveis em <https://www.cim-altominho.pt/pt/apresentacao/orgaos-sociais/conselho-estrategico-para-o-desenvolvimento-intermunicipal>.



IV.2. Modelo & Prática no Alto Minho

b) Promoção de iniciativas públicas de informação, sensibilização e apresentação de Resultados do CDCT, abrangendo, nomeadamente: (i) a promoção de ações de informação / sensibilização relativas às diversas medidas, orientada para os seus potenciais beneficiários, bem como a sua disseminação junto de atores regionais indutores / catalisadores de procura potencial; (ii) a realização de sessões públicas de apresentação dos resultados, bem como de balanço e perspetivas da aplicação dos diversos instrumentos de financiamento do Portugal 2030 no território do Alto Minho; (iii) Elaboração de Relatórios periódicos sobre a evolução das principais dinâmicas territoriais no Alto Minho, bem como sobre a aplicação dos distintos instrumentos de financiamento do Portugal 2030 com impacto no território do Alto Minho;

c) Utilização das tecnologias de informação e comunicação enquanto ferramentas essenciais para o acompanhamento e interação com os vários agentes do território, propondo-se: (i) retirar partido do PowerBI das sustentabilidade (plataforma online) que permita também uma melhor gestão da rede de parceiros, a agilização dos processos e dos conteúdos gerados, facilidade na comunicação e divulgação das atividades desenvolvidas; (ii) a disponibilização no site específico para o CDCT de informação de suporte à sua gestão e monitorização, quer em sede de apresentação de candidaturas, quer de balanço dos respetivos níveis de aprovação e de execução física e financeira.

A estruturação da proposta do **modelo de gestão e organização do CDCT AM 2030** teve em consideração os seguintes pressupostos e órgãos / estruturas:

(i) Órgão de Decisão - Conselho Intermunicipal da CIM Alto Minho, órgão constituído pelos Presidentes dos dez Municípios que reúne no mínimo mensalmente. No âmbito do PDCT cumpre a este órgão, nomeadamente, aprovar as orientações e as diretrizes transversais e validar a estratégia do PDCT, dar parecer sobre as propostas de aprovação e pronunciar-se sobre as respetivas propostas de reprogramação e de Relatórios de Execução;

(ii) Órgão de Acompanhamento e Monitorização do CDCT - Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Minho - Órgão consultivo da CIM Alto Minho, o qual já analisou e teve conhecimento prévio da proposta estratégica aqui plasmada), integrado quer por serviços públicos desconcentrados, quer pelos principais atores públicos, privados e associativos do Alto Minho.

IV.2. Modelo & Prática no Alto Minho

Deste modo, a estrutura de Gestão do CDCT, integrada por recursos humanos qualificados nos domínios técnicos de referência e com ampla experiência adquirida na aplicação das regras e da legislação comunitária, está organizada numa tarefa de coordenação e em quatro áreas funcionais visando o respeito pelo princípio da segregação das funções, com uma clara separação entre as seguintes funções previstas para cada área funcional:

(i) Coordenação / Gestor do CDCT, responsável pela coordenação direta da estrutura técnica do CDCT;

(ii) Área Administrativa e Financeira (Gestão Financeira do Programa - Acompanhamento dos processos de pré-candidatura e apoio aos promotores; Área de Análise e Controlo Administrativo e Financeiro);

(iii) Área de Planeamento e Desenvolvimento (Análise e acompanhamento físico das Operações; Acompanhamento Financeiro; Apoio na análise e acompanhamento físico das Operações);

(iv) Área de Comunicação e Animação (Atendimento - apoio helpdesk aos promotores e Monitorização & Avaliação).

A estrutura de gestão do CDCT poderá contar também com Assessorias especializadas/Peritos, cuja função será o apoio técnico à estruturação de propostas e/ou de pareceres em domínios em que não existam, em vocação específica e/ou em número suficiente, assim como recursos técnicos da estrutura da CIM Alto Minho necessários para o desenvolvimento de tarefas definidas.

Assinale-se, por fim, que se trata de uma proposta preliminar, sujeita às decisões específicas que venham a decorrer do processo de negociação com as Autoridades de Gestão dos PO Regional do Norte (Norte 2030). De qualquer forma e sem prejuízo das necessárias adaptações resultantes da disponibilização do manual de procedimentos pelas autoridades de gestão, o princípio da segregação das funções será devidamente assegurado por via da separação entre a análise das candidaturas, análise dos pedidos de pagamento e verificações físicas.

IV.2. Modelo & Prática no Alto Minho

Neste contexto, apresentam-se, de forma mais específica, as principais tarefas a desenvolver por cada uma das áreas de coordenação / funcionais anteriormente.

(a) Gestor do CDCT: (i) Desenvolver as ações de coordenação técnica, administrativa e financeira do PDCT necessárias para assegurar o seu desenvolvimento e execução; (ii) Acompanhamento dos processos de pré-candidatura e apoio aos promotores; (iii) Estabelecer os regulamentos internos de funcionamento da estrutura inerentes ao seu bom funcionamento; (iv) Assegurar que sejam implementadas as normas e procedimentos que vierem a ser propostos pelas Entidades Gestoras; (v) Assegurar os procedimentos de avaliação das candidaturas apresentadas e emissão de parecer técnico e final; (vi) Elaboração dos relatórios de execução, nos termos e moldes que venham a ser definidos pelas entidades gestoras ou pelo Secretariado Executivo Intermunicipal; (vii) Preparação e tramitação de toda a documentação necessária à tomada de decisão por parte do Secretariado Executivo Intermunicipal e/ou Conselho Intermunicipal;

(b) Área Administrativa e Financeira (i) Gestão Financeira do Programa - Acompanhamento dos processos de pré-candidatura e apoio aos promotores; (ii) Avaliação das candidaturas apresentadas, em conformidade com as especificações da regulamentação, legislação e Aviso de Abertura de Concurso, e emissão de parecer técnico; (iii) Análise dos pedidos de pagamento em conformidade com a informação recebida da Área de Análise e Controlo Administrativo e Financeiro; (iv) Elaboração dos relatórios de execução anual, na componente de execução financeira; (v) No âmbito da Análise e Controlo Administrativo e Financeiro destaca-se a: (v.1) Análise da elegibilidade contabilística, temporal, material, processual e estrita das despesas apresentadas; (v.2) Realização das visitas de verificação e elaboração dos relatórios respetivos; (v.3) Verificação da execução financeira; (v.4) Utilização do Sistema de Informação;

(c) Área de Planeamento e Desenvolvimento: Área responsável pelo acompanhamento global da execução física das operações desde a apoio e informação aos promotores, análise da valia técnica e acompanhamento físico, nomeadamente no que se refere: (i) Acompanhamento dos processos de pré-candidatura e apoio aos promotores; (ii) Avaliação das candidaturas apresentadas, em conformidade com as especificações da regulamentação, legislação e Aviso de Abertura de Concurso, e emissão de respetivo parecer técnico; (iii) Organização do dossier de projeto; (iv) Realização das visitas de verificação física, intermédias e final; (v) Análise dos relatórios de execução dos promotores de projetos e emissão de parecer técnico; (vi) Elaboração dos relatórios de execução que venham a ser solicitados pelo Gestor do CDCT; (vii) Utilização do Sistema de Informação;

IV.2. Modelo & Prática no Alto Minho

(d) Área de Comunicação e Animação: (i) Implementação de ações de comunicação e divulgação do programa; (ii) Acompanhamento dos projetos em desenvolvimento, na vertente de verificação do cumprimento das normas de publicidade a que os promotores estão obrigados; (iii) Área de Atendimento, apoio helpdesk - Considerando que as medidas do CDCT preveem ações com destinatários, que vão para além dos institucionais, Municípios, Administração Central, entre outros, abrangendo, nomeadamente, particulares e empresas e microempresas, impõe-se a criação de um Front Office, para apoio de helpdesk aos potenciais promotores e/ou promotores de operações cofinanciados.

(e) Área da Dinamização e Monitorização Estratégica: abrangendo, nomeadamente: (i) a apresentação de propostas de estruturação / reprogramação do CDCT AM 2030 ; (ii) a dinamização do modelo de governação, enquanto espaço de concertação, acompanhamento e monitorização estratégica do CDCT AM 2030 (nomeadamente, no âmbito do CEDI); (iii) a estruturação e/ou a preparação de contributos para os Avisos no âmbito do CDCT; (iv) a monitorização estratégica do CDCT AM 2030, nomeadamente, no que respeita a metas de realização e de resultados do CDCT, bem como à evolução da execução física e financeira, atentos os compromissos assumidos em termos de investimentos, indicadores e calendarização; (v) a preparação de contributos relativos a documentos de enquadramento estratégico, legal ou operacional dos POs financiadores; (vi) a preparação dos Relatórios Anuais e Final de execução do CDCT AM 2030 (vii) a produção e dinamização de iniciativas de informação, comunicação e capacitação orientadas para os atores regionais, fundamentais para melhorar o enquadramento estratégico para a tomada de decisão sobre o CDCT AM 2030 , bem como sobre as dinâmicas territoriais do Alto Minho; (viii) recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional.

Por fim, as **Assessorias especializadas/Peritos** serão envolvidas, nomeadamente: (i) no apoio jurídico; (ii) no acompanhamento do sistema de monitorização; (iii) na avaliação do grau de realização dos objetivos, metas e indicadores de realização e de resultados; (iv) da elaboração de propostas de constituição de grupos de trabalho de âmbito multisectorial abrangendo, nomeadamente, os representantes de instituições públicas e privadas diretamente interessadas nos temas prioritários; (v) na emissão de parecer técnico externo sempre que necessário na instrução apreciação das candidaturas (atendendo inclusive à multiplicidade de temáticas previstas nos CDCT).



IIBT ALTO MINHO 2030 & Plano de Ação
Período 2021-2027
Proposta Final | setembro de 2023

CIM Alto Minho

Rua Bernardo Abrunhosa, 105
4900-309 Viana do Castelo
Tel: +351 258 800 200
Fax: +351 258 800 220
Email: geral@cim-altominho.pt



cim alto minho
comunidade intermunicipal do alto minho



Cofinanciado pela
União Europeia